Diário da Manhã

DM 45 ANOS

DESDE 1980 — O JORNAL DO LEITOR INTELIGENTE — WWW.DM.COM.BR - R$ 2,50

QUARTA-FEIRA | ANO: 46 | Nº 13.265 22H30 - EDITOR-GERAL: WELLITON CARLOS | 26 DE MARÇO DE 2025

STF analisa hoje mérito da denúncia de golpismo



Primeira Turma do STF negou ontem pedido de defesa de Jair Bolsonaro (PL) e outros acusados pela trama golpista para anular colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid. Decisão foi tomada por unanimidade. Colegiado refutou defesas, decidiu suspender a sessão e vai seguir para a análise do mérito da denúncia hoje. Ex-presidente Jair Bolsonaro acompanha julgamento. ***Página 13***

128 motociclistas morreram no último ano em Goiânia

Acidentes de trânsito mataram 205 pessoas em Goiânia em 2024. Secretaria Municipal de Saúde (SMS) revela que maioria das vítimas são homens, 84,9%, e motociclistas, 62%. Vias mais letais foram a BR-153, a Avenida Perimetral Norte e a GO-070. ***Página 10***

Caiado sanciona isenção de IPVA para 370 mil motos

Medida beneficia motocicletas de até 150 cilindradas e mais de seis anos de uso. Norma é favorável aos trabalhadores que utilizam motocicletas para deslocamento e geração de renda. "Estudamos o perfil desses veículos para garantir o benefício a quem mais precisa", afirmou o governador Ronaldo Caiado. ***Página 11***



Médico cogitou parar tratamento para deixar papa morrer

Equipe cogitou interromper tratamento médico para que o papa Francisco pudesse morrer em paz. "Vimos que ele estava em sofrimento", afirmou o médico. A recuperação do papa foi considerada milagrosa pelos católicos. ***Página 2***

Metade dos brasileiros foi vítima de fraude em 2024

Metade dos brasileiros (51%) foi vítima de alguma fraude no ano passado. Desses, 54,2% tiveram prejuízo financeiro. Dados fazem parte do Relatório de Identidade e Fraude 2025, divulgado na terça-feira, 25, pela Serasa Experian. Principal tipo de golpe aplicado foi uso indevido de cartões de crédito (47,9%), transações fraudulentas via Pix (32,8%) e phishing, e-mails ou mensagens que induzem ao roubo de dados (21,6%). ***Página 3***

Pablo Marçal compra mansão na Flórida por R$ 25 milhões

Influenciador e ex-candidato ao governo de São Paulo, Pablo Marçal adquiriu residência na Flórida, Estados Unidos. Ele comprou a casa que era do ex-jogador de futebol Kaká no condomínio Isleworth, que tem grandes mansões e que abriga moradores como Tiger Woods e Morgan Freeman. ***Página 3***



Rede de ódio às mulheres

Série "Adolescência", a mais vista do momento na Netflix, traz à tona um tema que preocupa cada vez mais: a "manosfera", rede digital que prega ódio às mulheres. Com quatro episódios, a produção traz a história de Jaime, menino de 13 anos suspeito de matar colega de escola a facadas. ***Página 21***

Deus em questão

Sob direção de Elias Andreato, peça teatral "A Última Sessão de Freud" propõe confronto entre dois intelectuais essenciais para o pensamento no século 20. Espetáculo no Teatro Goiânia cria diálogo ficcional em que Sigmund Freud, ateu, e CS Lewis, cristão racionalista, colocam "Deus em questão". ***Página 18***

OPINIÃO PÚBLICA

O impacto da acessibilidade no tratamento dentário para todos - Alexandre Ravani
Março, mês da poesia - Luiz Carlos Amorim
Março Azul: combate ao câncer de intestino e o compromisso estadual - Érika Lopes
Síndrome do pequeno poder Randandan - Euripedes Clementino



ROTA 190

aulusrg@hotmail.com ÁULUS RINCON

Homem, esposa e filho confessam ter matado conhecido com paus e pedras



Uma discussão familiar durante bebedeira, segundo os acusados, foi o que culminou com o assassinato a pedradas e pauladas de um homem de 46 anos em Aparecida de Goiânia. Na madrugada de ontem, três, dos cinco acusados de participação no crime, todos da mesma família, foram presos pela Polícia Militar.

Os três presos, segundo a polícia, aparecem nas imagens atacando Joilson Gonçalves Jorge de Sousa na porta de uma distribuidora de bebidas que fica na Vila Maria no final da noite de sexta-feira. Atingido com uma pedrada na cabeça quando tentava fugir dos agressores, o homem caiu na calçada, e depois foi violentamente atacado, até a morte, com um bloco de meio fio, e várias pauladas.

Quando localizados por uma equipe da Companhia de Policiamento Especializado (CPE) de Aparecida de Goiânia, dois dos autores, um homem e uma mulher, estavam em uma casa no Residencial Raiza, em Inhumas. O filho desta mulher, e que também aparece no vídeo, foi localizado em um motel na cidade de Goianira.

A PM divulgou somente as idades dos presos. A mulher tem 37 anos, o filho dela 19 anos, e o atual marido dela 32 anos.

Vítima tinha facão

Em depoimento gravado pelos PMs, a mulher contou que tudo começou quando Joilson, que era casado com a irmã dela, e bebia junto com outros familiares, passou a discutir com todos, e lhe desferiu uma garrafada na cabeça. Após ser agredido pelo marido dela, Joilson teria se armado com um facão, e passou a correr atrás de todos os que estavam na mesa, para mata-los.

Durante a confusão, a mulher apresentou um profundo corte na cabeça, provocado, segundo ela, pela garrafa atirada por Joilson. Junto com o marido e o filho, ela foi encaminhada à Central Geral de Flagrantes de Aparecida de Goiânia, onde os três foram autuados.

O caso segue sob investigação da Polícia Civil, que já está ouvindo testemunhas, e tenta apurar se a versão apresentada pelos três presos é real. Até o início da noite de ontem, os outros dois homens que também aparecem na filmagem agredindo a vítima até a morte ainda não tinham sido presos.

Segurança é agredida até a morte pelo ex-namorado

Aos 35 anos, a segurança de eventos Daniana Virtuoso foi a oitava vítima de feminicídio do ano em Goiás. Cinco destes crimes foram registrados somente em março, que, teoricamente, teria que ser lembrado como sendo o mês de proteção à mulher. Com hematomas na cabeça, o corpo dela foi encontrado caído perto da ponte do Rio Bacalhau, em Niquelândia, cidade que fica na região norte de Goiás. Pelo que apurou a polícia, o autor do feminicídio, praticado com pedradas e pauladas, é um ex namorado dela, que também trabalha como segurança, e que não mais foi visto na cidade. A identidade dele, que terá sua prisão solicitada ainda hoje, não foi revelada. Daniana tinha uma medida protetiva que, também na teoria, impedia que o ex se aproximasse dela.

Foragido morre em confronto com a Rotam

Recebidos com tiros, segundo a ocorrência registrada pela corporação, militares da Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana (Rotam) reagiram, e balearam um procurado por tráfico de drogas, que morreu antes mesmo da chegada do socorro médico. O confronto aconteceu na zona rural de Caldazinha, na região metropolitana de Goiânia. Após a troca de tiros, os PMs apreenderam um revólver calibre 38 que estava com duas cápsulas deflagradas, e quatro intactas. De acordo com a Rotam, o foragido que morreu, que não teve a identidade revelada, já havia sido preso duas vezes por tráfico de drogas, e duas por receptação.

Apreendidas 71 peças de maconha em Caldas Novas

Após levantamento feito pelo Serviço de Inteligência, militares do 26º BPM encontraram uma casa que estava sendo usada para guardar grandes quantidades de drogas em Caldas Novas. Dentro do imóvel, os PMs encontraram 71 peças de maconha, avaliadas, segundo a corporação, em R$ 300 mil. A suspeita é que o entorpecente seria comercializado no Feriado da Semana Santa. Um homem que já respondeu por crimes em Goiás e Minas Gerais, que estava dentro do imóvel, foi preso, e autuado, em flagrante, por tráfico de drogas. A identidade dele não foi revelada.

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus **autores** e não refletem a opinião do veículo **Jornal Diário da Manhã**

A coluna ROTA 190 é publicada diariamente neste espaço

Médico cogitou parar tratamento para deixar papa morrer

O papa Francisco, 88, correu riscos sérios de morrer durante a sua internação em um hospital de Roma, afirmou o médico responsável por seu tratamento, Sergio Alfieri



Equipe cogitou interromper o tratamento para que o papa pudesse morrer

Folhapress

O papa Francisco, 88, correu riscos sérios de morrer durante a sua internação em um hospital de Roma, afirmou o médico responsável por seu tratamento, Sergio Alfieri.

Equipe cogitou interromper o tratamento para que o papa pudesse morrer em paz. Em entrevista ao jornal Corriere Della Sera, Alfieri afirmou que, apesar de correr risco de morte, Francisco esteve consciente durante toda a internação. "Vimos que ele estava em sofrimento", afirmou.

"Estávamos todos cientes de que a situação tinha piorado e de que havia risco de ele não resistir", afirmou o médico. Ao todo, Francisco passou 38 dias no hospital, após ser diagnosticado com uma crise respiratória.

Enfermeiro Massimiliano Strappetti foi o responsável por orientar a equipe médica a não desistir. "Tente de tudo, não desista", disse o profissional de saúde, conforme relatado por Alfieri. "Durante dias, corríamos o risco de danificar seus rins e medula óssea, mas continuamos, e seu corpo respondeu aos medicamentos e a infecção pulmonar diminuiu."

Após apresentar a primeira melhora, o papa teve um segundo momento crítico, quando aspirou o próprio vômito em uma crise. "Foi terrível", lembrou o médico.

Papa também tinha consciência de que muitos pensavam que ele estava morto. Segundo Alfieri, ele reagiu "com a sua ironia usual" à informação.

Para o médico, o momento mais marcante da internação de Francisco foi a hora em que ele deixou o quarto onde estava internado. "Foi a emoção de ver o homem se tornando papa de novo", disse.

"Tivemos que escolher se pararíamos por ali e o deixaríamos ir, ou se iríamos em frente e o forçaríamos com todos os medicamentos e terapias possíveis, correndo o maior risco de danificar seus outros órgãos", disse Sergio Alfieri, ao jornal Corriere della Sera, da Itália.

Ata do Copom prevê juros altos por mais tempo

Folhapress

A piora nas expectativas para prazos mais longos dificulta a convergência da inflação à meta e exige juro mais alto por mais tempo, alerta o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central em ata divulgada nesta terça-feira (25).

O colegiado do BC ressalta que as projeções subiram novamente em todos os prazos, tornando o cenário de inflação "mais adverso". De acordo com o comitê, esse é um fator de desconforto comum a todos os membros e deve ser combatido.

"O cenário de convergência da inflação à meta torna-se mais desafiador com expectativas desancoradas para prazos mais longos e exige uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado", diz.

Segundo o último boletim Focus, os agentes econômicos esperam que o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) termine 2026 encostado no teto da meta perseguida pelo BC, em 4,5%. Para 2027 e 2028, as estimativas do mercado financeiro estão em 4% e 3,78%, respectivamente.

O alvo central é 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Isso significa que a meta é considerada cumprida se oscilar entre 1,5% (piso) e 4,5% (teto).

Produtores apontam desafios na criação do pirarucu

WANDELL SEIXAS

Estudos desenvolvidos no Brasil abordaram os principais desafios enfrentados pelos produtores comerciais de pirarucu, incluindo melhoramento, criação de larvas, crescimento, alimentação, manejo sanitário e processamento, entre outros e temas. No Araguaia e outros cursos hídricos, a Sema – Goiás monitora esse peixe que chega a medir três metros e pesar 250 quilos. E está em fase de extinção.

José Miguel Saud Morheb, piscicultor de Itapu (RR), especialista na produção e cultivo de peixes nativos em ambientes controlados explica ao Diário da Manhã que o pirarucu é uma espécie emblemática de peixes amazônicos e um candidato promissor para o desenvolvimento adicional da aqüicultura em água doce, dadas suas altas taxas de crescimento e forte demanda de mercado.

"Nos últimos cinco anos, a Embrapa mobilizou várias instituições de P&D do Brasil e do exterior para trabalhar em conjunto com os principais players do setor", destaca Morheb. De acordo com o piscicultor, o projeto recebeu apoio financeiro do Sebrae e do CNPq e teve como escopo os principais desafios enfrentados pelos produtores para criar, manejar, cultivar, alimentar, transportar e processar esse peixe.

Ele ressalta que, embora o pirarucu já tenha sido considerado monogâmico para a formação comportamental de casais durante a estação reprodutiva, não é o que acontece nas fazendas, onde uma fêmea pode copular com diferentes machos em diferentes ocasiões.

Metade dos brasileiros foi vítima de fraude em 2024

Dados fazem parte do Relatório de Identidade e Fraude 2025, divulgado nesta terça-feira pela Serasa Experian empresa de tecnologia de dados que atua também na análise de crédito, autenticação e prevenção à fraude



Principal tipo de golpe aplicado foi uso indevido de cartões de crédito (47,9%)

BRUNO DE FREITAS MOURA

Metade dos brasileiros (51%) foi vítima de alguma fraude no ano passado. Desses, 54,2% tiveram prejuízo financeiro. Os dados fazem parte do Relatório de Identidade e Fraude 2025, divulgado nesta terça-feira (25) pela Serasa Experian — empresa de tecnologia de dados que atua também na análise de crédito, autenticação e prevenção à fraude.

O principal tipo de golpe aplicado foi uso indevido de cartões de crédito (47,9%), seguido por pagamento de boletos falsos ou transações fraudulentas via Pix (32,8%) e phishing, emails ou mensagens fraudulentas que induzem ao roubo de dados (21,6%).

Foram entrevistadas 877 pessoas entre 18 e 65 anos, nas cinco regiões do país. A margem de erro é de 3,4% para mais ou para menos.

O levantamento apontou que, dentro do universo de brasileiros que perderam dinheiro com fraude, a maior parte teve prejuízo entre R$ 100 e R$ 1 mil.

Entre os homens, 52,5% informaram ter sofrido fraude. Entre as mulheres, o índice se reduz para 49,3%.

O estudo confirma que, quanto maior a idade, maior a proporção de vítimas de golpes. Na faixa etária de 18 a 29 anos, 40,8% dos entrevistados mencionaram terem sido vítimas. De 30 a 49 anos, o percentual sobe para 51,9%. No grupo de pessoas com mais de 50 anos, 57,8% foram alvos dos criminosos.

TECNOLOGIA

A pesquisa da Serasa Experian identificou que a tecnologia é usada tanto para oferecer mais segurança em transações quanto para deixar as fraudes mais sofisticadas.

Por um lado, o uso da biometria facial como método de autenticação cresceu de 59% para 67% na passagem de 2023 para 2024. Entre os entrevistados, 71,8% afirmam se sentir mais protegidos ao utilizá-la.

Por outro lado, os pesquisadores identificaram o uso de inteligência artificial (IA) generativa "para a criação de perfis falsos altamente realistas, projetados para burlar verificações de identidade com dados sintéticos, além de tornar os ataques de phishing mais sofisticados, com links e mensagens fraudulentas que imitam comunicações legítimas".

Uma ferramenta dos criminosos são as chamadas deepfakes —imagens criadas com o uso de tecnologias de IA que permitem a sobreposição de rostos e vozes em vídeos, com o intuito de criar imagens falsas de pessoas em vídeos.

Para o diretor de Autenticação e Prevenção da Serasa Experian, Caio Rocha, é importante que as empresas aprimorem constantemente tecnologias de prevenção à fraude, "combinando diferentes tecnologias para reforçar a segurança e fortalecer a confiança nos serviços digitais em toda a jornada do consumidor".

Há pouco mais de um mês, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) lançaram a Aliança Nacional de Combate a Fraudes Bancárias e Digitais. A iniciativa pretende atuar tanto na prevenção quanto na repressão de golpes e crimes online.

USO DE DOCUMENTOS

De acordo com o levantamento da Serasa Experian, o extravio de dados é uma das formas de se iniciar fraudes. Em 2024, 16,3% dos entrevistados informaram terem os documentos roubados ou perdidos.

A pesquisa identificou ainda que 19% dos entrevistados admitiram já ter compartilhado os dados pessoais com terceiros, "expondo-se a riscos ainda maiores".

As razões para o compartilhamento de dados mais citadas foram compras online (73,7%), abertura de contas bancárias (20,4%) e obtenção de empréstimos (15,2%).

O estudo constatou que, apesar de ser o meio em que mais fraudes são cometidas, o cartão de crédito é o método de pagamento considerado mais seguro pelos entrevistados, superando a marca de 2023.

Pablo Marçal compra mansão de Kaká na Flórida por R$ 25 milhões

Pablo Marçal, influenciador e ex-candidato ao governo de São Paulo, adquiriu uma residência na Flórida, Estados Unidos.

O coach comprou a casa que era do ex-jogador de futebol Kaká no condomínio Isleworth, que tem grandes mansões e que abriga moradores como Tiger Woods e Morgan Freeman.

O local tem três andares, seis quartos, sete banheiros, piscina, sala de bilhar e um campo de futebol, além de ampla área arborizada.

A comunidade brasileira é forte no estado americano, e recentemente foi a vez de Ana Castela comprar uma mansão por lá, no valor de R$ 7 milhões.

Neste mês, a Justiça paulista bloqueou R$ 245,9 mil das contas de uma das empresas do ex-coach em razão de uma alegada dívida com o Banco Safra.

A decisão, tomada pelo desembargador Mendes Pereira no final do ano passado, foi executada no dia 11 de fevereiro.

Virginia Fonseca compra jatinho avaliado em mais de R$ 22 milhões

Após comprar um avião em 2023 e dar de presente para Zé Felipe, a apresentadora Virginia Fonseca resolveu aumentar sua coleção de aeronaves com a aquisição de mais um jatinho.

A influenciadora, inclusive, publicou uma imagem da sigla (PS-MZV), e disse que seriam as iniciais de cada membro de sua família (Marias, Zé Felipe e Leonardo e Virginia).

Dessa forma, foi possível pesquisar mais sobre o avião, adquirido por ela no dia 25 de março, conforme registro aeronáutico brasileiro.

Trata-se de um Cessna Citation Sovereign de médio porte, fabricado em 2005 e com mais de dez assentos, com valor estimado entre R$ 22 milhões e R$ 28 milhões. O jatinho oferece viagens de luxo com privacidade. "Toda honra e glória a Deus. 2025 é nosso", escreveu ela em uma publicação.



Diário da Manhã
dm.com.br
UNIGRAF UNIDAS GRÁFICAS E EDITORA LTDA
CNPJ: 00.424.275/0001-52
Fundado em 12 de março de 1980
Av. Anhanguera, 2.833, Setor Leste Universitário, CEP: 74.610-010 Goiânia-Goiás Caixa postal: 103

Fábio Nasser **Fundador** | Welliton Carlos **Editor-Geral** | Júlio Nasser **Presidente**

Departamento Comercial - (62) 3267-1000 - comercial@dm.com.br
Redação - online@dm.com.br
Circulação | Assinaturas - (62) 3267-1000

Preço das assinaturas - R$ 49,90/mês | R$ 598,00/ano
Vendas avulsas - Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias úteis: R$ 2,50 | Domingo: R$ 3,50

Ulisses Aesse Editor-chefe de reportagem e coordenador de pauta
Helton Lenine Política
Patrick de Noronha Internacional e Ciência

dm.com.br

dm digital

acervo de edições


Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo Jornal Diário da Manhã

BOA SAFRA SEMENTES S.A.

CNPJ/ME sob o nº 10.807.374/0001-77

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Aos
Conselheiros e aos diretores da
Boa Safra Sementes S.A.
Formosa - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Boa Safra Sementes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor justo dos contratos de compra e venda futura de *commodities*

Veja a Notas explicativa n° 23 e nº 6.o. das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Como parte da operação de compra e venda de *commodities,* a Companhia mantém contratos de compra e venda futura, os quais são mensurados pelo valor justo conforme o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O valor justo dos contratos futuros são estimados com base em dados observáveis, preços cotados em bolsa, ajustados para diferenças nos mercados locais, como localização de partida dos grãos, quantidade, período de entrega futura, local de entrega e qualidade ou grau da mercadoria. Em alguns casos, os dados não são observáveis porque são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado. Em razão das incertezas e complexidades na determinação das premissas utilizadas na estimativa do valor justo dos contratos de compra e venda de *commodities* a termo, e do impacto que eventuais alterações poderiam trazer para o valor justo desses contratos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: • Inspeção, em base amostral, dos contratos a termo estabelecidos com o objetivo de obter evidência sobre as premissas relevantes utilizadas no cálculo do valor justo. • Recálculo, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, do valor justo para a totalidade dos contratos a termo que a Companhia mantinha em seus controles. • Avaliação da adequação da classificação e contabilização em relação aos requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável. • Avalição da adequação das divulgações relacionadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. • Entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de valorização dos instrumentos financeiros derivativos. Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de valorização dos instrumentos financeiros derivativos, identificamos a necessidade de melhorias dos controles internos que alteraram nossa avaliação quanto à natureza do nosso trabalho e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo dos contratos futuros, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro 2024.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e as suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e as suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 25 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-O
Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8.a	226.622	462.522	238.527	465.589
Títulos e valores mobiliários	8.b	96.510	115.366	338.507	264.525
Contas a receber	9	577.869	472.235	577.856	489.117
Estoques	10	217.085	137.938	227.243	138.096
Instrumentos financeiros derivativos		13.602	15.601	13.602	15.601
Adiantamentos a fornecedores	11	112.028	85.326	114.165	85.326
Mútuos entre partes relacionadas		–	8.000	–	–
Impostos a recuperar	12.a	173.719	56.450	174.552	56.700
Impostos de Renda e contribuição social	12.b	62.062	40.035	62.187	40.068
Outros créditos	13	3.471	31.065	1.265	404
Total do ativo circulante		**1.482.968**	**1.424.538**	**1.747.904**	**1.555.426**
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	8.b	8.205	7.014	8.205	7.014
Adiantamentos a fornecedores	11	4.724	1.350	339	1.358
Outros créditos	13	1.623	1.500	1.810	1.679
Impostos a recuperar	12.a	1.699	39.050	1.699	39.050
Ativo fiscal diferido	25	90.292	91.220	91.902	92.830
Imobilizado	14	696.037	539.688	802.234	648.615
Investimentos	15	56.433	105.081	1.781	1.755
Bens de direito de uso	20	27.202	31.930	8.517	14.904
Intangivel	16	503	264	2.211	1.973
Total do ativo não circulante		**886.718**	**817.097**	**918.698**	**809.178**
Total do ativo		**2.369.686**	**2.241.635**	**2.666.602**	**2.364.604**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Fornecedores	17	141.935	157.400	161.541	160.398
Financiamentos e empréstimos	18	142.464	373.624	140.956	38.533
Adiantamento de clientes	19	57.837	34.007	60.027	34.077
Instrumentos financeiros derivativos	24	2.196	–	2.196	–
Passivo de arrendamento	20	7.776	6.870	5.811	6.082
Obrigações sociais e trabalhistas		7.367	8.089	8.031	9.899
Dividendos a pagar		–	–	12.734	4.790
Juros sobre capital próprio a pagar		17.732	84.596	17.732	84.596
Obrigações tributárias	21	16.360	4.163	20.455	5.787
Total do passivo circulante		**393.667**	**668.749**	**430.083**	**344.162**
Não circulante					
Financiamentos e empréstimos	18	607.963	534.861	273.051	535.057
Passivo de arrendamento	20	21.261	25.396	9.198	12.878
Total do passivo não circulante		**629.224**	**560.257**	**282.249**	**547.935**
Patrimônio líquido	22				
Capital social		719.420	429.726	719.420	429.726
Reserva legal		36.373	31.700	36.373	31.700
Reservas de incentivos fiscais		522.096	522.096	522.096	522.096
Reservas de capital		4.304	1.451	4.304	1.451
Ações em tesouraria		(11.842)	–	(11.842)	–
Reserva de lucros		76.444	27.656	76.444	27.656
Patrimônio líquido atribuível a controladores		**1.346.795**	**1.012.629**	**1.346.795**	**1.012.629**
Participação de não controladores		–	–	607.475	459.878
Total do patrimônio líquido		**1.346.795**	**1.012.629**	**1.954.270**	**1.472.507**
Total do passivo		**1.022.891**	**1.229.006**	**712.332**	**892.097**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.369.686**	**2.241.635**	**2.666.602**	**2.364.604**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receita operacional líquida	26	1.757.749	2.019.166	1.841.052	2.078.749
Custos dos produtos vendidos	27	(1.554.813)	(1.724.382)	(1.617.430)	(1.770.842)
Lucro bruto		**202.936**	**294.784**	**223.622**	**307.907**
Despesas de vendas	27	(34.746)	(26.594)	(44.003)	(26.765)
Despesas administrativas e gerais	27	(41.233)	(28.761)	(44.826)	(28.278)
Provisão para perdas esperadas	27	(665)	(3.641)	(665)	(3.641)
Outras receitas operacionais		1.282	4.996	10.991	4.288
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos		**127.574**	**240.784**	**145.119**	**253.511**
Receitas financeiras	28	174.324	155.186	182.674	157.341
Despesas financeiras	28	(192.516)	(198.284)	(152.322)	(156.357)
Financeiras líquidas		**(18.192)**	**(43.098)**	**30.352**	**984**
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial		(957)	10.677	2	(516)
Resultado antes dos impostos		**108.425**	**208.363**	**175.473**	**253.979**
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	(148)	98.687	(148)	98.687
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(14.817)	(5.549)	(14.817)	(7.714)
Resultado do período		**93.460**	**301.501**	**160.508**	**344.952**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores				**93.460**	**301.501**
Acionistas não controladores				**67.048**	**43.451**
Resultado por ação				**135.322**	**117.140**
Resultado por ação - básico (em R$)	29			0,72	2,57
Resultado por ação - diluído (em R$)				0,72	2,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Resultado do exercício	**93.460**	**301.501**	**160.508**	**344.952**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**93.460**	**301.501**	**160.508**	**344.952**
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores			93.460	301.501
Acionistas não controladores			67.048	43.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Lucro liquido do exercício		93.460	301.501	160.508	344.952
Ajustes sobre o resultado do período					
Depreciação e amortização	14	18.905	3.106	24.269	8.363
Amortização de direito de uso	20	5.755	3.794	6.387	7.192
Resultado da baixa de ativo imobilizado	14	227	–	265	–
Resultado da baixa de ativo intangível	16	–	1	–	17
Provisão para perdas esperadas	9 e 11	664	3.641	665	3.641
Ajuste a valor presente do contas a receber	9	4.751	4.141	5.291	4.341
Ajuste a valor presente de contas a pagar	17	465	(307)	455	(318)
Juros sobre empréstimos e arrendamento	16	117.211	105.728	69.199	50.979
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Transação de pagamento baseado em ações, liquidável em ações		2.853	269	2.853	269
Resultado com derivativos não realizados	28	25.965	34.392	25.965	34.392
Valor justo dos contrato futuros e estoques (estoques)	27	1.934	25.577	1.934	25.577
Provisão de devoluções de estoque	10	(452)	–	(452)	–
Participação em investidas pelo método de equivalência e amortização da mais valia	15	2.012	(10.677)	(5)	516
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	303	(98.687)	303	(98.687)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25	14.817	5.549	14.817	7.714
Outros		–	(18)	(20)	1.658
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	9	(144.415)	(253.423)	(97.792)	(263.820)
Estoques	10	(80.629)	(37.175)	(90.629)	(36.943)
Adiantamentos a fornecedores	11	(15.662)	(4.501)	(26.353)	(1.350)
Mútuos entre partes relacionadas		8.000	(6.725)		
Impostos a recuperar	12	(112.533)	(15.856)	(113.208)	(18.037)
Outros créditos	13	29.757	(17.305)	(3.277)	12.674
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores	17	(28.877)	51.228	688	52.840
Obrigações sociais e trabalhistas		(722)	102	(1.267)	971
Obrigações tributárias		9.930	2.143	12.401	1.237
Adiantamento de clientes	19	54.099	6.777	25.950	6.784
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**7.818**	**103.275**	**18.947**	**144.962**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.604)	–	(3.604)	–
Juros pagos	18	(119.894)	(89.706)	(75.477)	(29.296)
		–			
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(115.680)**	**13.569**	**(60.134)**	**115.666**
Fluxos de caixa de corrente das atividades de investimentos					
Aplicação de títulos e valores mobiliários	8.a e 8.b	(770.599)	(580.573)	(770.149)	(915.599)
Resgate de títulos e valores mobiliários	8.a e 8.b	782.573	456.338	689.735	711.054
Recebimentos pela venda de participação em investidas	15	40.940	–	40.940	–
Aumento de capital por aporte		–	(56.650)		–
Aportes de terceiros recebidos por controlada		–	–	107.738	–
Dividendos recebidos		3.860	9.247	–	–
Juros recebidos	28	–	55.938	–	–
Recursos provenientes de alienação do imobilizado	14	–	29.568	–	30.454
Adições do imobilizado	14	(173.954)	(213.414)	(176.625)	(250.246)
Adições do intangível	16	(136)	(44)	(136)	–
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		**(117.316)**	**(299.590)**	**(108.497)**	**(424.337)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos		–	(1.597)	(57.902)	(36.729)
Recebimento de recursos de acionistas		–		–	145.242
Recurso proveniente de alienação de investimentos	15		172.569		172.569
Pagamento do passivo de arrendamento	20	(8.241)	(6.237)	(5.583)	(4.401)
Juros sobre capital próprio pago	22	(104.596)	(26.304)	(104.596)	(26.304)
Mútuos entre partes relacionadas		–	–	–	–
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	27	(21.770)		(21.770)	
Recursos provenientes de emissão de ações ordinárias	22	300.000	–	300.000	
Custo de transação relacionada a emissão de ações	22	(10.306)		(10.306)	
Recompra de ações próprias	22	(11.842)	–	(11.842)	
Empréstimos e financiamentos pagos	18	(1.024.482)	(468.833)	(1.024.765)	(450.202)
Empréstimos e financiamentos tomados	18	873.092	825.610	873.092	719.346
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**(8.145)**	**495.208**	**(63.672)**	**519.521**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(241.141)**	**209.187**	**(232.303)**	**210.850**
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa		5.241	–	5.241	–
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8.a	462.522	253.335	465.589	254.739
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.a	226.622	462.522	238.527	465.589
		(235.900)	**209.187**	**(227.062)**	**210.850**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receitas	**1.759.031**	**2.122.849**	**1.852.043**	**2.181.724**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.748.670	2.002.606	1.831.973	2.062.189
Outras receitas	**10.361**	**120.243**	**20.070**	**119.535**
Produzir - Subvenção ICMS	9.079	16.560	9.079	16.560
Receitas diversas	1.282	103.683	10.991	102.975
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.464.110)**	**(1.668.740)**	**(1.426.356)**	**(1.707.937)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.131.833)	(1.205.356)	(1.274.108)	(1.755.353)
Materiais, Energia, Servs de terceiros e outros	(332.277)	(463.384)	(152.248)	47.416
Valor adicionado bruto	**294.921**	**454.109**	**425.687**	**473.787**
Depreciação e amortização	**(25.715)**	**(6.900)**	**(30.656)**	**(15.489)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**269.206**	**447.209**	**395.031**	**458.298**
Valor adicionado recebido em transferência	**173.367**	**96.816**	**182.676**	**87.760**
Receitas financeiras liquidas	174.324	86.121	182.674	88.276
Resultado de equivalência patrimonial	(957)	10.695	2	(516)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Valor adicionado total a distribuir	**442.573**	**544.025**	**577.707**	**546.058**
Distribuição do valor adicionado	**442.573**	**544.025**	**577.707**	**546.058**
Pessoal	**84.315**	**55.660**	**94.337**	**62.905**
Remuneração direta	59.196	24.405	66.948	31.650
Benefícios	21.867	28.563	23.616	28.563
F.G.T.S.	3.252	2.692	3.773	2.692
Impostos e contribuições	**65.183**	**86.427**	**76.391**	**82.161**
Federais	21.027	29.664	28.246	25.398
Estaduais	43.668	56.224	47.449	56.224
Municipais	488	539	696	539
Remuneração de capitais de terceiros	**199.615**	**100.437**	**246.471**	**56.040**
Juros	84.437	92.529	40.270	50.452
Alugueis	9.268	7.503	3.672	4.656
Instrumentos financeiros	105.910	405	202.529	932
Remuneração de capitais próprios	**93.460**	**301.501**	**160.508**	**344.952**
Lucros retidos do exercício	**93.460**	**301.501**	**160.508**	**344.952**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de Lucros: Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ações em tesouraria	Lucros/prejuízos acumulados	Patrimônio atribuível ao controlador	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**429.726**	**16.625**	**275.927**	**1.182**	**98.299**	–	–	**821.759**	**135.363**	**957.122**
Alienação de não controladores sem mudança no controle	–	–	–	–	–	–	–	–	317.793	**317.793**
Transações com pagamento baseado em ações	–	–	–	269	–	–	–	**269**	–	**269**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	301.501	**301.501**	43.451	**344.952**
Destinações:										
Constituição de Reserva Legal	–	15.075	–	–	–	–	(15.075)	–	–	–
Constituição de Reseerva de Incentivos fiscais	–	–	246.169	–	(98.299)	–	(147.870)	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–	(36.729)	**(36.729)**
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	(110.900)	**(110.900)**	–	**(110.900)**
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	–	27.656	–	(27.656)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**429.726**	**31.700**	**522.096**	**1.451**	**27.656**	–	–	**1.012.629**	**459.878**	**1.472.507**
Aumento de capital	300.000	–	–	–	–	–	–	**300.000**	107.738	**407.738**
Gasto com emissão de ações	(10.306)	–	–	–	–	–	–	**(10.306)**	–	**(10.306)**
Transações com pagamento baseado em ações	–	–	–	2.853	–	–	–	**2.853**	–	**2.853**
Ações próprias adquiridas	–	–	–	–	–	(11.842)	–	**(11.842)**	–	**(11.842)**
Adição de minoritário por venda de cotas	–	–	–	–	–	–	–	–	38.657	**38.657**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	93.460	**93.460**	67.048	**160.508**
Destinações:										
Constituição de Reserva Legal	–	4.673	–	–	–	–	(4.673)	–	–	–
Constituição de Reseerva de Incentivos fiscais	–	–		–	–	–		–	–	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–		–	(39.999)	**(39.999)**	–	**(39.999)**
Dividendos distribuidos para não controlador	–	–	–	–	–	–	–	–	(65.846)	**(65.846)**
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	–	48.788	–	(48.788)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**719.420**	**36.373**	**522.096**	**4.304**	**76.444**	**(11.842)**	–	**1.346.795**	**607.475**	**1.954.270**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

A Boa Safra Sementes S.A. ("Companhia" ou "Boa Safra") tem sua sede localizada na Avenida Circular, número 209, Setor Industrial no município de Formosa, Estado de Goiás. A Boa Safra é uma Companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre o número 25.704 desde 19 de abril de 2021. A Companhia é registrada no Novo Mercado da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), o que caracteriza o mais alto nível de governança corporativa no mercado de capitais brasileiro e suas ações são negociadas sob a denominação "SOJA3". A Companhia foi fundada em 7 de abril de 2009 e suas operações iniciaram em 31 de outubro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2024, a Boa Safra Sementes S.A. é composta por seis Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS), nos municípios de Formosa - GO, Água Fria - GO ,Cabeceiras - GO, em Buritis - MG, em Jaborandi - BA e Primavera do Leste - MT; e cinco Centros de Distribuição nos municípios de Sorriso - MT, Campo Novo do Parecis- MT, Ribeirão Cascalheiras - MT, Paraíso - TO e Balsas - MA; e seis filiais sendo Brasília - DF, Formoso - GO, Itapeva - SP, Ponta Grossa - PR, Santo Ângelo - RS e Planaltina - GO. Além destes, a Companhia está construindo uma UBS e, UBS em Primavera do Leste - MT e possui duas unidades de *Tolling* de Milho, em Uberlândia - MG.

1.1 Relação de entidades controladas e aquisição de controladas

Abaixo a lista de controladas da Companhia Boa Safra Sementes S.A.:

Razão social	País	31/12/2024	31/12/2023
Bestway Seeds do Brasil Beneficiamento de Sementes e Serviços S.A. (a)	Brasil	66,67%	66,67%
Suno Agro Fiagro Imobiliário (b)	Brasil	3,67%	12,90%
DaSoja Sementes S.A (c)	Brasil	45%	–

(a) Bestway Seeds do Brasil Beneficiamento de Sementes e Serviços S.A. ("Bestway Seeds").

Em 15 de setembro de 2022, a Companhia obteve o controle da Bestway Seeds, empresa situada em Uberlândia - MG, que se dedica substancialmente a prestação de serviços e tratamento de sementes de milho. Foram adquiridos 2/3 das ações do capital votante da investida, logo, a Companhia determinou que controla a Bestway Seeds por possuir poder de fato, em razão de deter a maior parte das ações e por ser a responsável pela tomada de decisões-chave da investida, sendo os demais acionistas a minoria, com menos da metade do seu poder de voto.

(b) Suno Agro Fiagro Imobiliário

A Companhia realizou a criação em 27 de abril de 2022 de um fundo em parceria com a Suno Agro Fiagro Imobiliário denominado Fundo SNAG 11 - Suno Agro FII - SNAG11, um fundo híbrido com alocação de recebíveis e imóveis. A Companhia realizou o aporte inicial de 25.000 para constituição do Fundo e posteriormente R$ 1250.000, totalizando um capital social de R$ 150.000. Atualmente, o fundo é negociado em bolsa (b3) e a Companhia detém atualmente 3,67%das cotas do fundo. No entanto, com base nos termos do acordo sob quais esse Fundo foi estabelecido, a Companhia recebe substancialmente todos os retornos relativos às suas operações e ativos líquidos e tem capacidade de direcionar as atividades dessa investida que afetam mais significativamente esses retornos.

(c) DaSoja Sementes S.A

Em 30 de novembro de 2023 a DaSoja Sementes S.A - "DaSoja", empresa situada em Palmas - TO, que se dedica substancialmente a comercialização de sementes de soja, milho, sorgo, feijão, forrageiras e mix de cobertura de solo, emitiu debêntures conversíveis em ações no valor de R$450 (quatrocentos e cinquenta mil reais) que foram adquiridas pela Boa Safra Sementes S.A com a opção de serem convertidas a qualquer momento em ações da DaSoja.

Em 16 julho de 2024, foi realizada a conversão das debêntures para instrumento patrimonial, momento em que a Companhia obteve o controle da investida. A subscrição de capital pela Boa Safra Sementes S.A integralizada mediante conversão das debêntures pela Companhia detidas em ações o que se equivale a 45% das ações que compõem o patrimônio líquido da investida. A Companhia determinou que controla a DaSoja Sementes S.A por ser a responsável pela tomada de decisões-chave da investida e estar envolvida nos processos diários da entidade. Este controle foi formalizado em documento assinado por ambas as partes. Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos da DaSoja estão incluídos inputs (uma sede e dez unidades com vários franqueados, estoques e relacionamento com clientes), processo de produção e força de trabalho organizada. O Grupo determinou que juntos, os inputs e processos adquiridos contribuem significativamente para a capacidade de gerar receita (outputs). O Grupo concluiu que o conjunto adquirido é um negócio. A aquisição da DaSoja está alinhada com a estratégia da Companhia de aumentar a base operacional da Boa Safra e diversificação de sua linha de produtos.

Nos 5 meses e 14 dias findos em 31 de dezembro de 2024, a DaSoja contribuiu com uma receita de R$ 160.492 e lucro de R$ 9.735 às demonstrações financeiras, consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024, a administração estima que a receita consolidada seria de R$ 1.969.728 e o lucro líquido consolidado seria de R$ 175.457. Para determinação desses montantes a administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados provisoriamente na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024.

i) Contraprestação transferida:

A Companhia adquiriu a participação na DaSoja por meio do pagamento via debêntures emitidas no montante de R$450, realizado em 16 de julho de 2024.

ii) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:

A tabela abaixo resumo o valor contábil dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	5.394
Contas a receber	85
Estoques	1
Adiantamentos a fornecedores	6.125
Impostos a recuperar	131
Outros créditos	4.862
Imobilizado	970
Fornecedores	(536)
Obrigações sociais e trabalhistas	(93)
Obrigações tributárias	(37)
Adiantamento de clientes	(16.721)
Empréstimos e financiamentos	(450)
Ativos identificáveis e passivos, líquidos	**(269)**

Mensuração do valor justo

Os ativos circulantes e não circulantes da DaSoja são compostos, basicamente, pelas seguintes contas: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) contas a receber; (iii) estoques, (iv) impostos a recuperar, (v) adiantamentos de fornecedores, (vi) outros créditos e (vii) imobilizado. Com base nas informações recebidas e discussões com a Administração, o avaliador concluiu que os principais saldos de curto e longo prazo existentes estão contabilizados a valor justo.

Já os passivos circulantes e não circulantes da DaSoja são compostos, basicamente, pelas seguintes contas: (i) fornecedores, (ii) obrigações trabalhistas, (ii) obrigações tributárias, (iv) adiantamentos de clientes e (v) empréstimos e financiamentos. Com base nas informações recebidas e discussões com a Administração, concluiu-se que eventuais ajustes a valor de mercado para tais contas de balanço são nulos ou imateriais devido às suas naturezas e os termos desses valores.

1.2 Sazonalidade

O setor do agronegócio apresenta sazonalidade, especialmente em razão dos ciclos da lavoura que dependem de condições climáticas específicas. Assim, considerando que as atividades dos produtores integrados da Companhia e, consequentemente, estão diretamente relacionadas aos ciclos das lavouras e têm natureza sazonal, as receitas da Companhia também apresentam sazonalidade. Os resultados operacionais sofrem variações significativas entre o período de plantio e colheita de cada safra, o que cria flutuações nos estoques, normalmente com picos no primeiro trimestre para cobrir as vendas na entressafra. A sazonalidade das culturas, e o ano agrícola encontra-se em função na cultura principal da Companhia, soja, ou seja, a que tem maior representatividade econômica, também implica na sazonalidade do lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social, o que pode causar uma comparabilidade não efetiva nos resultados operacionais apurados em bases diferentes do exercício social.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2025.

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota Explicativa nº 9 - provisão para perdas esperadas de crédito do contas a receber.

• Nota Explicativa nº 10 - determinação do valor justo dos estoques de *commodities*.

• Nota Explicativa nº 23 - Provisão para contingências

• Nota Explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros: determinação do valor justo dos contratos futuros de compra e venda de *commodities*.

• Nota Explicativa nº 25 - Exposições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis, em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

• Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

• Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa n° 24 - Instrumentos financeiros.

b. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa 1.1 e 15 - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem controle sobre uma investida;

• Nota explicativa 1.1 - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;

• Nota explicativa 20 - prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo, e os estoques de *commodities* avaliados a valor justo.

6 Principais políticas contábeis

a. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para a tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme seu modelo de gestão vigente.

b. Receita operacional líquida

A receita operacional no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que o controle dos bens foi transferido para o comprador, e que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em fornecedores e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções nas datas de fechamento dos balanços, atualizando os valores do ativo e do passivo.

Prestação de serviços tolling

O *Tolling* de beneficiamento de Sementes é o processo que consiste no recebimento, secagem, debulha, classificação, tratamento, ensaque e armazenamento das sementes. Os serviços são executados conforme demanda estipulada em contrato.

A Companhia reconhece o montante das suas receitas refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle dos produtos que oferece. Não existem programas de fidelidade.

A Companhia reconhece a receita proveniente da prestação de serviços de tolling, após a retirada da mercadoria beneficiada.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Pagamentos baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseados em ações concedidas aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseados em ações que não contenham condições de aquisição (*nonvesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseados em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que é liquidado em ações, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento.

	Opções	**Ações**	**Opções**	**Opções**	**Opções**	**Opções**	**Ações**	**Total**
Daa Atual	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	
Data Outorga	26/09/2024	20/06/2024	18/04/2024	01/09/2023	01/04/2023	01/09/2022	01/04/2023	
Data Exercício	26/09/2027	20/06/2027	18/04/2027	31/08/2026	31/03/2026	31/08/2025	31/03/2026	
Opções/ Ações	455.539	149.524	228.000	366.128	68.436	317.211	50.000	1.634.838
Valor Original	1.516	2.164	995	3.407	364	1.820	565	10.831
Total de opções de ações	**6**	**202**	**150**	**1229**	**182**	**1264**	**350**	**3.383**

Condições de aquisição do direito

O direito de aquisição de opções é adquirido após 3 (três) anos da data de outorga.

Despesa reconhecida no exercício

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$ 2.853 (R$ 268 em 31 de dezembro de 2023).

Todos os participantes do programa encontram-se dentro do período de *vesting.*

d. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

• Rendimentos sobre aplicação
• Variação cambial
• Descontos obtidos
• Juros sobre o passivo
• Descontos concedidos e tarifas bancárias
• Resultado com derivativos
• Ajuste a Valor Presente - AVP
• Outras despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitado a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Subvenção governamental

A subvenção governamental visa a compensar a Companhia por despesas tributárias incorridas e é reconhecida no resultado do exercício em uma base sistemática no mesmo período em que tais despesas são registradas.

Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas' em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas, trazendo assim seu efeito nulo dentro de Outras Receitas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

A Companhia reconhece as seguintes subvenções nessa sistemática:

• A Companhia participa do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR, que concede subvenção para investimento através do financiamento de 73% do valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado no período, em atendimento à Resolução n° 1.535/10; e o incentivo fiscal adquirido pela Companhia finaliza em 31 de dezembro de 2040. O prazo de quitação e/ou liquidação de cada operação é de 12 (doze) meses e possui encargos de 0,2% a.m.

• Além da taxa reduzida, há a possibilidade de receber um desconto sobre o valor de financiamento, condicionado ao atingimento de certos compromissos estabelecidos e apurados mediante pontuação definida contratualmente na subvenção governamental. Com base na pontuação acumulada ao longo do período, o desconto condicional é determinado conforme as disposições contratuais. O desconto pode ser aplicado como uma redução proporcional no valor total do financiamento com a contrapartida de reconhecimento na receita operacional líquida.

• A partir de 2020, amparada pela avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia passou a reconhecer a suspenção e a redução de base de cálculo de ICMS como subvenção de investimento, nos termos da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017.

A subvenção tem a natureza de receita da Companhia, tendo sua contrapartida na rubrica "Receitas operacionais líquidas" no resultado do exercício — e facultativamente destinada a uma reserva de lucros. A subvenção é reconhecida ao longo do período, em base sistemática, quando se tem a razoável segurança de que: (a) a entidade cumpra todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção; e (b) a subvenção seja recebida.

A Companhia constitui "Reserva de incentivos fiscais" ao final de cada exercício societário em que é apurado lucro. A Companhia mantém controles paralelos para que o valor correspondente da reserva seja capitalizado à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos

continua

continuação

estimados de conclusão e despesas de vendas.
A Companhia tem como principal foco a compra de commodities para produção de sementes certificadas. Adicionalmente, parte das *commodities* adquiridas que não se enquadram dentro das taxas de germinação e vigor esperados para sementes, são destinadas a comercialização com a finalidade de venda e obtenção de lucro com base nas variações dos preços e das margens.
Os estoques de produtos comercializáveis de grãos: Milho, soja, feijão são valorizados pelo seu valor justo com base em preços de mercado (*Mark to Market*) menos os custos para a venda. Os preços de referência de soja são públicos e são obtidos junto a Safras & Mercados.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).
O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:
• O custo de materiais e mão de obra direta
• Quaisquer outros custos para financiar e colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
• Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.
Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.
Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

j. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

k. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.
As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil
Edificações	50 anos
Máquinas e equipamentos	17 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Veículos	05 anos
Instalações	17 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

l. Ativos intangíveis

(i) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

m. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

n. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.
Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.
A vida útil estimada do ativo intangível é a seguinte:

	Vida útil
Marcas, patentes e licenças	5 anos

o. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A conta de clientes e outros recebíveis e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo do meio de Resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

p. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado estão classificados como ao valor justo por meio do resultado. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.
Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:
Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.
A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:
• Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa
• Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis
• O pré-pagamento e a prorrogação do prazo
• Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.
O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) é tratada como consistente com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.
Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

q. Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.
No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

r. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

s. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação no preço de *commodities*. Os derivativos são mensurados inicialmente ao valor justo, e após o reconhecimento inicial os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

t. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos com vencimento não superior a três meses, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa a atender aos compromissos de curto prazo (não investimento).

u. Capital social

As quotas representativas do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.
Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

v. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.
Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da UGC exceder o seu valor recuperável.
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Perdas por redução ao valor recuperável

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática, com o intuito de avaliar a perda por redução ao valor recuperável no contas a receber, os seguintes procedimentos:
(i) Análise da experiência histórica de perdas com clientes e segmento no qual o cliente atua.
(ii) Cálculo do percentual histórico de perda da carteira.
(iii) Análise das faturas vencidas por cliente por meio do aging list.
Em complemento a atenuação do risco de perda, a Companhia adota como prática, com o intuito de avaliar a perda por redução ao valor recuperável nos adiantamentos a fornecedores, os seguintes procedimentos:
(iv) Análise da experiência histórica de perdas com adiantamento a fornecedores.
(v) Análise das faturas vencidas por cliente por meio do aging list.

Ativos financeiros

Instrumento financeiro e ativos contratuais
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:
• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.
As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).
A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:
• Através de informações prospectivas razoáveis e sustentáveis, a Companhia conclua que é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia sem recorrer a ações.
• Informações sobre pagamentos vencidos quando não for possível se basear em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivos.
Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.
Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
• Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário.
• Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias.
• Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais.
• A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.
• O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.
Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Quando baixados os valores são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
• Inadimplência ou atrasos do devedor.
• Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais.
• Indicativos de que o devedor ou o emissor irá entrar em falência/recuperação judicial.
• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras.
• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.
A Administração da Companhia não identificou qualquer aumento significativo em relação ao risco de crédito desde seu reconhecimento inicial, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

w. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.
As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

x. Bases de consolidação

(i) Combinações de negócio

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.
A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.
Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto(a), ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

y. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.
No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.
A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e na remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e pelas condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.
O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.
O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.
A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.
Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou a taxa na data de início; valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e, o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.
O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.
Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.
À medida que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda, conforme exigido pela atualização da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.
A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "Financiamentos e Empréstimos" no balanço patrimonial.

7 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
• As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
• As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
• Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.
A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

B. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:
• Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
• Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7)
As alterações não resultaram em impactos significativos para a Companhia.

8 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Depósitos bancários	880	594	2.183	1.935
Depósitos bancários em moeda estrangeira	19.068	–	19.068	–
Aplicações financeiras (*)	206.674	461.928	217.276	463.654
	226.622	**462.522**	**238.527**	**465.589**

(i) As aplicações financeiras referem-se a aplicações com remuneração média anual atrelada a 101,5% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2024 (101,8% a.a CDI em 31 de dezembro de 2023).

b. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Aplicações financeiras (i)	104.715	122.380	346.712	271.539
	104.715	**122.380**	**346.712**	**271.539**
Circulante	96.510	115.366	338.507	264.525
Não Circulante	8.205	7.014	8.205	7.014

(i) As aplicações financeiras referem-se a aplicações com remuneração média anual atrelada, a 101,5% CDI (Certificado de Depósito Interbancário), as quais são mantidas como investimento em virtude da estratégia de fluxo de caixa da Companhia. Dentro dessa média de remuneração, consta o LTN pré-fixado de 11,34% (11,34% em 31 de dezembro de 2023). O saldo no não circulante refere-se aos Fundos de Investimento atrelado a operação de garantia vinculadas aos contratos de empréstimos com vencimento previsto para 2033.
As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e mensuração do valor justo relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e valores imobiliários estão incluídas na Nota Explicativa nº 24.

9 Contas a receber

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Contas a receber de venda de produtos	534.992	486.530	546.247	486.530
Contas a receber de prestação de serviços	–	–	5.757	17.082
Contas a receber de operações de barter (i)	43.873	–	43.873	–
Partes relacionadas (Nota explicativa nº 30)	25.536	5.354	9.251	5.354
	604.401	**491.884**	**605.128**	**508.966**
Provisão para perdas esperadas	(4.199)	(2.067)	(4.199)	(2.067)
Ajuste a valor presente	(22.333)	(17.582)	(23.073)	(17.782)
Total	**577.869**	**472.235**	**577.856**	**489.117**

(i) As operações de barter representam transações comerciais nas quais a Companhia recebe bens ou serviços em contrapartida à venda de seus produtos, sem envolvimento direto de recursos financeiros.
Abaixo o *aging list* dos saldos a receber da Companhia em suas respectivas datas-bases:

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Contas a receber a vencer				
De 1 a 30 dias	18.867	6.294	17.922	6.294
De 31 a 120 dias	373.179	25.412	378.936	42.494
De 121 a 180 dias	170.875	419.158	182.130	419.158
Acima de 181 dias a 360 dias	4.449	2.472	4.449	2.472
	567.370	**453.336**	**583.437**	**470.418**
Contas a receber vencidos				
De 1 a 30 dias	18.779	11.976	18.779	11.976
De 31 a 120 dias	18.085	23.793	6.485	23.793
De 121 a 180 dias	-	2.191	2.745	2.191
Acima de 181 dias	167	588	167	588
	37.031	**38.548**	**21.691**	**38.548**
	604.401	**491.884**	**605.128**	**508.966**

As movimentações da provisão para perdas esperadas são apresentadas a seguir:

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldo no início	**(2.067)**	**(149)**	**(2.067)**	**(149)**
Adição de provisão	(12.451)	(1.918)	(12.451)	(1.918)
Reversão de provisão	10.319	–	10.319	–
Saldo final	**(4.199)**	**(2.067)**	**(4.199)**	**(2.067)**

Ajuste a valor presente

O saldo de contas a receber da Companhia segue prazos de recebimento relacionados ao período de safra, logo, existe um longo prazo entre o momento da venda e a respectiva liquidação do saldo. Dessa forma, os valores de contas a receber são ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro e os riscos e expectativas do ativo em suas datas originais. Os efeitos desse cálculo e das respectivas reversões são registrados no resultado do exercício. A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de 12,25% ao ano.

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldo inicial	(17.582)	(13.441)	(17.782)	(13.441)
Adição de ajuste a valor presente	(22.435)	(4.141)	(22.975)	(4.341)
Reversão de ajuste a valor presente	17.684	–	17.684	–
Saldo final	**(22.333)**	**(17.582)**	**(23.073)**	**(17.782)**

10 Estoque

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Produto acabado				
Semente de soja	–	27.481	8.610	27.481
Semente de feijão	13.565	6.457	13.565	6.457
Soja em grãos	20.457	8.662	20.457	8.662
Semente de milho	7.459	4.604	8.013	4.604
Milho em grãos	.	2	–	2
Feijão em grãos	.	45	–	45
Sementes de trigo	10.977	4.064	10.977	4.064
Sorgo	9.489	5.063	9.489	5.063
Semente de capim	17.927	9.783	17.927	9.783
Provisão de devolução	4.983	1.120	5.067	1.120
Outras sementes	64	1.227	65	1.227
	84.921	**68.508**	**94.170**	**68.508**
Estoque em andamento				
Semente de soja em beneficiamento (i)	**–**	**–**	671	–
Matéria-prima				
Defensivos	97.222	46.732	97.460	46.890
Embalagens	34.225	22.497	34.225	22.497
Uso e consumo	717	201	717	201
	132.164	**69.430**	**132.402**	**69.588**
	217.085	**137.938**	**227.243**	**138.096**

(i) São gastos pré-operacionais para beneficiamento da semente, como mão-de-obra, energia e outros insumos que serão agregados ao custo do produto.
Os estoques de soja em grãos, milho em grãos e feijão em grãos são valorizados pelo seu valor justo deduzido dos custos de venda com base em preços de mercado ("*mark to market*"). Os preços de referência são públicos e obtidos junto a Safras & Mercados. O valor justo dos grãos resultou em uma perda de R$ (1.932) em 31 de dezembro 2024 e R$ (7.306) em 31 de dezembro de 2023. As sementes e demais estoques como defensivos, embalagens e materiais de uso e consumo são valorizados por seu custo médio.
Adicionalmente, os estoques foram reduzidos ao valor justo liquido no montante de R$ 2.117 (não houve em 31 de dezembro de 2023).

11 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Adiantamento a fornecedores	109.614	78.703	111.797	78.711
Partes relacionadas (Nota 30)	7.394	9.696	2.963	9.696
	117.008	**88.399**	**114.760**	**88.407**
Provisão para perdas esperadas	(256)	(1.723)	(256)	(1.723)
Total	**116.752**	**86.676**	**114.504**	**86.684**
Circulante	112.028	85.326	114.165	85.326
Não Circulante	4.724	1.350	339	1.358

Os adiantamentos a fornecedores referem-se a adiantamento a fornecedores de matérias-primas e de insumos. O saldo apresentou aumento no período devido a adiantamentos para compra de matéria-prima utilizada no processo produtivo de sementes de soja e principalmente em virtude do pagamento antecipado de insumos.

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Mercado interno - Soja	39.686	57.314	41.869	57.314
Mercado interno - Insumos	64.911	6.999	64.911	6.999
Mercado interno - Partes relacionadas (nota 30)	7.394	9.696	2.963	9.696
Mercado interno - Imobilizado	–	1.614	–	1.614
Mercado interno - Outros	4.761	11.053	4.761	11.061
Total	**116.752**	**86.676**	**114.504**	**86.684**
Circulante	112.028	85.326	114.165	85.326
Não Circulante	4.724	1.350	339	1.358

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito sobre os adiantamentos a fornecedores a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus fornecedores, estabelecendo um limite de crédito e prazos, além de acompanhar permanentemente o saldo em aberto. A Companhia possui um comitê de crédito composto pela diretoria comercial, financeira e o presidente, que aprovam ou recusam tais solicitações de crédito.
As análises possuem, basicamente, três parâmetros:
• Análise quantitativa contendo avaliação criteriosa dos índices econômico-financeiros relativos a endividamento, liquidez e rentabilidade utilizados como os demonstrativos financeiro recebidos.
• Análise qualitativa que deve conter a estrutura societária; consultas aos órgãos fiscais, Sintegra e Serasa; relatório de visita técnica; tempo de atuação no mercado; referências comerciais; relação dos principais fornecedores; relação dos bens da empresa e/ou dos sócios.
• Análise de garantias, examinadas pelas áreas de Crédito e Jurídica, e solicitadas sob o critério da discricionariedade de sua Administração, visitas *in loco*.
A área de Crédito e Originação monitora a relação entre o crédito cedido aos fornecedores, contra o seu volume de entrega de produtos. Esse monitoramento visa garantir o acompanhamento dos limites de crédito disponibilizados e sugerir, quando viável, possíveis reavaliações de tais limites.

continua

continuação

Os adiantamentos com preço fixo estão garantidos por penhor mercantil representado por cédula de produtor rural. O saldo de adiantamentos concedidos será substancialmente realizado no próximo ano-safra através da entrega de produtos agrícolas e sementes de soja, pelos fornecedores parceiros.

A estimativa de perda por risco de crédito é avaliada baseada na análise de risco de *rating,* realizada pelo Departamento de Crédito da Companhia e no histórico de perda, tendo como principal premissa o não recebimento dos produtos acima de 360 dias após vencido.

Abaixo o *aging list* dos saldos a receber da Companhia em suas respectivas datas base:

	Controladora		Consolidado	
A vencer	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
A vencer de 0 a 30 dias	24.552	21.503	24.552	21.503
A vencer de 30 a 60 dias	4.343	718	4.343	718
A vencer de 60 a 120 dias	10.075	2.226	10.075	2.226
A vencer de 120 a 180 dias	64.525	29.894	62.277	29.894
A vencer de 180 a 360 dias	–	20	–	20
A vencer acima de 360 dias	5.535	1.350	5.535	1.358
	109.030	**55.711**	**106.782**	**55.719**
Vencido				
Vencido de 0 a 30 dias	6.513	10.056	6.513	10.056
Vencido de 30 a 60 dias	304	2.636	304	2.636
Vencido de 60 a 120 dias	494	5.503	494	5.503
Vencido de 120 a 180 dias	410	11.494	410	11.494
Vencido de 180 a 360 dias	45	1.276	45	1.276
Vencido acima de 360 dias	212	1.723	212	1.723
	7.978	**32.688**	**7.978**	**32.688**
	117.008	**88.399**	**114.760**	**88.407**

12 Impostos a recuperar

a. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (i)	144.268	72.935	144.268	72.935
PIS - Programa de Integração Social (i)	27.457	20.007	27.457	20.007
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	2.470	1.615	3.137	1.801
Outros impostos	1.223	943	1.389	1.007
	175.418	**95.500**	**176.251**	**95.750**
Circulante	173.719	56.450	174.552	56.700
Não circulante	1.699	39.050	1.699	39.050

(i) O saldo de PIS e COFINS é oriundo substancialmente de créditos de royalties pelo uso da tecnologia de terceiros para produção de sementes geneticamente modificadas. Como trata-se de um insumo imprescindível no processo produtivo, a Companhia com base na IN n° 1.911 e Leis 10.637 e 10.833 tomou crédito nos exercícios de 2019, 2020 e 2021, 2022, 2023 e 2024 dos valores anteriormente pagos. A Companhia tem plano de recuperar estes créditos por meio de compensação com demais tributos e ressarcimento junto à Receita Federal. A Companhia atualiza tempestivamente o estudo de recuperabilidade de tais créditos.

b. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	54.991	33.998	55.116	34.031
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSSL	7.071	6.037	7.071	6.037
	62.062	**40.035**	**62.187**	**40.068**

Esses valores referem-se aos impostos que são retidos, dos rendimentos de aplicações financeiras, apuração e o pagamento do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Companhia adota o regime de Lucro Real, o que implica em uma apuração precisa do lucro tributável e permite o reconhecimento de ajustes fiscais da estimativa seguindo as normativas fiscais e contábeis vigentes para garantir o correto cumprimento das obrigações tributárias e a adequada transparência nas demonstrações financeiras.

13 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Valores a receber com partes relacionadas (nota 30) (a)	–	30.000	–	–
Outros créditos (b)	5.094	3.396	3.075	2.914
	5.094	**33.396**	**3.075**	**2.914**
(-) Ajuste a valor presente	–	(831)	–	(831)
	5.094	**32.565**	**3.075**	**2.083**
Circulante	3.471	31.065	1.265	404
Não circulante	1.623	1.500	1.810	1.679

(a) Em 2023 houve uma transação de venda de benfeitoria a prazo (R$ 30.000) com a Fundo Suno Agro FII - SNAG 11, a preço de custo da construção das benfeitorias com prazo de recebimento de até 120 dias (vencimento para março de 2024).

(b) Em 31 de dezembro de 2024, são créditos da Controladora decorrentes de despesas antecipadas de R$ 300 (R$ 420 em 31 de dezembro de 2023), título de capitalização de R$1.500 (R$ 1.500 em 31 de dezembro de 2023), não houve adiantamentos a funcionários (R$ 227 em 31 de dezembro de 2023), dividendos a receber de R$2.286 (R$ 535 em 31 de dezembro 2023) e seguros em geral de R$ 1.008 (R$ 714 em 31 de dezembro de 2023).

14 Imobilizado

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024 e 2023- Controladora

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Instalações	Obras em andamento	Adiantamento para aquisição de imobilizado	Total
Custo										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.109**	**190.775**	**55.756**	**893**	**927**	**1.848**	**3.474**	**69.919**	**40.739**	**365.440**
Aquisições	6.732	–	17.226	777	643	2.932	428	186.630	–	215.368
Baixas	–	(26.902)	(2.224)	–	–	(617)	(165)	–	–	(29.908)
Transferência	11.074	117.764	41.984	–	–	–	–	(138.580)	(32.242)	–
Saldo em 31 de dezembro 2023	**18.915**	**281.637**	**112.742**	**1.670**	**1.570**	**4.163**	**3.737**	**117.969**	**8.497**	**550.900**
Aquisições	12.136	506	20.747	512	968	4.680	717	131.483	3.835	175.584
Baixas	–	–	(72)	–	–	(155)	–	–	–	(227)
Transferências	–	160.582	44.864	6.088	1.842	20	1.531	(206.429)	(8.498)	–
Saldo em 31 de dezembro 2024	**31.051**	**442.725**	**178.281**	**8.270**	**4.380**	**8.708**	**5.985**	**43.023**	**3.834**	**726.257**
Depreciação										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**(1.903)**	**(4.843)**	**(275)**	**(558)**	**(513)**	**(77)**	**–**	**–**	**(8.169)**
Depreciação	–	(569)	(2.194)	(201)	(260)	(594)	(52)	–	–	(3.870)
Baixas	–	508	157	–	–	150	12	–	–	827
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**(1.964)**	**(6.880)**	**(476)**	**(818)**	**(957)**	**(117)**	**–**	**–**	**(11.212)**
Adições	–	(7.710)	(8.650)	(458)	(830)	(1.079)	(289)	–	–	(19.016)
Baixas	–	–	–	–	–	8	–	–	–	8
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**(9.674)**	**(15.530)**	**(934)**	**(1.648)**	**(2.028)**	**(406)**	**–**	**–**	**(30.220)**
Valor contábil líquido										
Em 31 de dezembro de 2023	18.915	279.673	105.862	1.194	752	3.206	3.620	117.969	8.497	539.688
Em 31 de dezembro de 2024	31.051	433.051	162.751	7.336	2.732	6.680	5.579	43.023	3.834	696.037

Em 31 de dezembro de 2024 houve a capitalização dos custos de empréstimos que foram destinados às obras em andamento no valor de R$ R$18.561 e R$14.675 em 31 de dezembro de 2023, calculados utilizando uma taxa média de capitalização de 8,65% a.a (4,03% a.a em 31 de dezembro de 2023).

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Consolidado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Instalações	Obras em andamento	Adiantamento para aquisição de imobilizado	Total
Custo										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**25.567**	**210.275**	**92.239**	**956**	**964**	**1.996**	**3.476**	**70.256**	**40.739**	**446.468**
Aquisições	17.806	66.394	18.552	954	694	2.932	487	142.425	–	250.244
Baixas	–	(26.901)	(2.228)	–	(7)	(616)	(165)	(535)	–	(30.452)
Transferência	–	84.281	41.984	–	–	–	–	(93.753)	(32.512)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**43.373**	**334.049**	**150.547**	**1.910**	**1.651**	**4.312**	**3.798**	**118.393**	**8.227**	**666.260**
Aquisições	12.136	593	20.770	514	968	4.680	717	133.085	3.835	177.298
Baixas	–	–	(110)	–	–	(155)	–	–	–	(265)
Transferência	**–**	**161.577**	**44.864**	**6.088**	**1.842**	**20**	**1.531**	**(207.424)**	**(8.498)**	**–**
Aquisições - Combinação de negócios	–	–	685	272	–	–	–	–	–	957
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**55.509**	**496.219**	**216.756**	**8.784**	**4.461**	**8.857**	**6.046**	**44.054**	**3.564**	**844.250**
Depreciação										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**(2.508)**	**(5.400)**	**(277)**	**(561)**	**(525)**	**(77)**	**–**	**–**	**(9.348)**
Depreciação	–	(3.054)	(4.915)	(212)	(273)	(634)	(56)	–	–	(9.144)
Baixas	–	508	173	3	1	150	12	–	–	847
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**(5.054)**	**(10.142)**	**(486)**	**(833)**	**(1.009)**	**(121)**	**–**	**–**	**(17.645)**
Depreciação	–	(9.327)	(12.294)	(489)	(846)	(1.128)	(295)	–	–	(24.379)
Baixas	–	–	–	–	–	8	–	–	–	8
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**(14.381)**	**(22.436)**	**(975)**	**(1.679)**	**(2.129)**	**(416)**	**–**	**–**	**(42.016)**
Valor contábil líquido										
Em 31 de dezembro de 2023	43.373	328.995	140.405	1.424	818	3.303	3.677	118.393	8.227	648.615
Em 31 de dezembro de 2024	55.509	481.838	194.320	7.809	2.782	6.728	5.630	44.054	3.564	802.234

As obras em andamento são referentes à expansão da capacidade de armazenagem de *big bags* de sementes de soja, com expansão da unidade de Jaborandi - BA, e uma UBS e um centro de Distribuição na cidade de Primavera do Leste - MT. Os bens dados em garantia estão relacionados Nota Explicativa nº 18.

Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. Para as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização dos testes de provisão para recuperabilidade.

15 Investimentos

a. Composição

	Controladora	
Controladas	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Suno Agro FII - SNAG (a)	22.856	64.869
Bestway Seeds do Brasil Beneficiamento de Sementes e Serviços S.A.	31.315	38.436
DaSoja Sementes S.A.	481	–
Outros investimentos em coligadas (i)	1.781	1.776
	56.433	**105.081**

(a) A Companhia realiza a consolidação do Fundo SNAG 11 - Suno Agro FII pelo fato da maioria das negociações e os ativos do Fundo estarem diretamente relacionados coma Companhia, não tendo outro investidor com relação e transações de forma significativa.

b. Movimentação

Participação	**Fundo SNAG 11 3,67%**	**Bestway Seeds do Brasil 66,67%**	**DaSoja Sementes 45%**	**Outros investimentos em coligadas(i)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**184.069**	**33.193**	**–**	**2.290**	**219.552**
(+) Aportes	56.650	**–**	**–**	**–**	**56.650**
(-) Amortização da mais valia	**–**	1.231	–	(435)	**(1.648)**
(-) Venda de quotas das investidas	(172.569)	–	–	–	**(172.569)**
(+/-) Equivalência patrimonial	5.966	6.438	–	(79)	**12.325**
(-) Dividendos recebidos	(9.247)	–	–	–	**(9.247)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**64.869**	**38.436**	**–**	**1.776**	**105.081**
(+) Aportes	–	–	450	–	**450**
(-) Amortização da mais valia	–	(1.055)	–	–	**(1.055)**
(-) Venda de quotas das investidas	(40.940)	–	–	–	**(40.940)**
(+/-) Equivalência patrimonial	2.787	(6.066)	2.317	5	**(957)**
(-) Dividendos recebidos	(3.860)	**–**	(2.286)	**–**	**(6.146)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**22.856**	**31.315**	**481**	**1.781**	**56.433**

c. Resumo das informações financeiras

O quadro a seguir resume as demonstrações financeiras das investidas:

Informações financeiras resumidas em 31 de dezembro de 2024	**Suno Agro FII - SNAG 11**	**Bestway Seeds**	**DaSoja**	**Outros investimentos em coligadas(i)**
Ativos circulantes	579.208	9.595	35.282	1
Ativos não circulantes	53.720	36.752	923	7.317
Passivos circulantes	6.824	9.946	39.212	110
Passivos não circulantes	–	6.032	–	105
Patrimônio Líquido	546.727	39.468	(8.156)	7.420
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	75.931	(9.096)	5.149	(317)
Receita	78.736	22.188	153.594	–
Custos e despesas	(2.805)	(31.284)	(148.445)	(317)

Informações financeiras resumidas em 31 de dezembro de 2023	**Suno Agro FII**	**Bestway Seeds**	**Outros investimentos em coligadas (i)**
Ativos circulantes	486.235	20.429	1
Ativos não circulantes	53.077	43.785	7.317
Passivos circulantes	36.453	18.516	110
Passivos não circulantes	–	6.467	105
Patrimônio líquido	456.613	29.544	7.420
Lucro líquido	46.246	9.684	(317)
Receita	52.074	56.904	–
Custos e despesas	(5.828)	(47.220)	(317)

(i) Refere-se a participação de 25% na PR - JNW Administração De Bens Próprios e LTDA e 11,11% de participação no patrimônio líquido do Centro Tecnológico para Pesquisas Agropecuárias LTDA.

16 Intangível

a. Composição

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ágio por rentabilidade futura - Bestway Seeds do Brasil	–	–	1.704	1.704
Marcas, patentes e licenças	672	536	730	594
Total	**672**	**536**	**2.434**	**2.298**
(-) Amortização	(169)	(272)	(223)	(325)
Total	**503**	**264**	**2.211**	**1.973**

b. Movimentação do intangível

	Controladora			Consolidado			
Custo	**Softwares**	**Marcas e patentes**	**Total**	**Ágio por rentabilidade futura - Goodwill Bestway Seeds**	**Softwares**	**Marcas e patentes**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**448**	**45**	**493**	**1.704**	**500**	**45**	**2.249**
Aquisições	44	–	44	–	50	–	50
Baixas	(1)	–	(1)	–	(1)	–	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**491**	**45**	**536**	**1.704**	**549**	**45**	**2.298**
Aquisições	136	–	136	–	136	–	136
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**627**	**45**	**672**	**1.704**	**685**	**45**	**2.434**
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(209)**	–	**(209)**	**–**	**(259)**	–	**(259)**
Adição	(63)	–	(63)	–	(66)	–	(66)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(272)**	–	**(272)**	**–**	**(325)**	–	**(325)**
Depreciação	**–**	–	**–**	**–**	(1)	–	(1)
Baixas	103	–	103	–	103	–	103
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(169)**	–	**(169)**	**–**	**(223)**	–	**(223)**
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2023	219	45	264	1.704	224	45	1.973
Em 31 de dezembro de 2024	458	45	503	1.704	462	45	2.211

c. Testes de recuperabilidade de ágio

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (*impairment*) dos saldos de intangíveis, substancialmente representados por ágio pela expectativa de rentabilidade futura gerada na aquisição da Bestway Seeds do Brasil Beneficiamento de Sementes e Serviços S.A. A metodologia utilizada é a de fluxo de caixa descontado, considerando, entre outros aspectos, as premissas descritas abaixo:

• Receitas projetadas, deduzidas de impostos e custo da prestação de serviço de *tolling*.
• Estimativas dos custos diretos e indiretos na prestação de serviços.
• Gastos associados às despesas com vendas, administrativas e gerais.
• Utilização da metodologia Weighted Average Cost of Capital (WACC) para desconto a valor presente dos fluxos de caixa estimados. A taxa utilizada foi de 20% em 31 de dezembro de 2024 e 11,75% em 31 de dezembro de 2023.

O exercício da projeção abrange cinco anos, e as taxas de crescimento utilizadas foram obtidas através do desempenho histórico da investida, investimentos a serem realizados na capacidade produtiva e das projeções de crescimento disponíveis para o setor.

O ágio é submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou quando há indicativos de que pode apresentar indicação de redução ao valor recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o resultado dos testes não apresentaram redução ao valor recuperável em relação ao ágio.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Fornecedores (i)	132.495	151.055	152.027	154.064
Partes relacionadas (nota explicativa 30)	174	1.904	58	1.904
Outros passivos	11.363	6.073	11.554	6.073
	144.032	**159.032**	**163.639**	**162.041**
Ajuste a valor presente	(2.097)	(1.632)	(2.098)	(1.643)
Total	**141.935**	**157.400**	**161.541**	**160.398**

(i) Refere-se substancialmente à aquisição de insumos para produção e grãos para o processo fabril.

Ajuste ao valor presente de fornecedores

O saldo de fornecedores da Companhia segue prazos de pagamentos relacionados ao período de safra, logo, existe um longo prazo entre o momento da compra e sua respectiva liquidação. Dessa forma, os valores de fornecedores são ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado como índice de IPCA, Selic e CDI, quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos e expectativas do ativo em suas datas originais. Os efeitos desse cálculo e das respectivas reversões são registrados no resultado do período. A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de 12,25% em 31 de dezembro de 2024, 11,75% em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldo inicial	**(1.632)**	**(1.325)**	**(1.643)**	**(1.325)**
Adição	(465)	(307)	(455)	(318)
Saldo final	**(2.097)**	**(1.632)**	**(2.098)**	**(1.643)**

18 Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja Nota Explicativa nº 24.

a. Composição

					Controladora	
Modalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Taxa média % (a.a.)**	**Vencimento**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Capital de giro (ii)	R$	Selic/CDI/Pré	13,10%	2025 a 2026	102.069	353.061
Capital de giro (i)	USD	CDI+1.4 a.a.	16,30%	2025	2.917	5.417
CRA (ii)	R$	CDI+3%	15,15%	2042	336.803	336.688
Recurso livre	R$	Pré-fixado+IPCA	9,17%	2025 a 2033	308.638	213.319
Total					**750.427**	**908.485**
Circulante					142.464	373.624
Não circulante					607.963	534.861

Modalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Taxa média % (a.a.)**	**Vencimento**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Capital de giro (ii)	R$	Selic/CDI/Pré	13,10%	2025 a 2026	102.452	354.854
Capital de giro(i)	U$D	CDI+1.4 a.a	16,30%	2025	2.917	5.417
Recurso livre	R$	Pré-fixado+IPCA	9,17%	2025 a 2033	308.638	213.319
Total					**414.007**	**573.590**
Circulante					140.956	38.533
Não circulante					273.051	535.057

(i) A Companhia realizou a captação de cédula de crédito bancário com no montante de R$ 10.000, para o qual foi realizado ***swap*** de USD para o CDI com vencimento dessa operação é 2025.

(ii) Contém *Swap* de pré para CDI no montante de R$110.749 em 31 de dezembro de 2023 com vencimento em 2026.

(iii) A Companhia cedeu ao fundo de direitos creditórios (Fundo Suno Agro FII - SNAG 11) o montante de R$ 335.000 de fluxos de caixa futuros decorrentes de contas a receber de clientes em cobertura ao saldo em aberto do Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA com datas de liberação abaixo:

CRA	**Data de liberação**	**Valor**	**Juros Incorridos**	**Total**
1ª Liberação	04/08/2022	125.000	673	125.673
2ª Liberação	29/12/2022	145.000	780	145.780
3ª Liberação	06/12/2023	65.000	350	65.350
Total		**335.000**	**1.803**	**336.803**

b. Movimentação do saldo

Abaixo a movimentação do saldo de Financiamentos e Empréstimos:

Controladora

Modalidade	**31/12/2024**	**Pagamentos empréstimos juros**	**Provisão de juros**	**Pagamentos empréstimos principal**	**Captações empréstimos**	**31/12/2023**
Capital de giro	104.986	(57.762)	44.770	(1.018.500)	778.000	358.478
CRA	336.803	(44.528)	44.643	–	–	336.688
Recurso livre	308.638	(17.604)	23.813	(5.982)	95.092	213.319
	750.427	**(119.894)**	**113.226**	**(1.024.482)**	**873.092**	**908.485**

Modalidade	**31/12/2023**	**Pagamentos empréstimos juros**	**Provisão de juros**	**Pagamentos empréstimos principal**	**Captações empréstimos**	**31/12/2022**
Capital de giro	358.478	(31.316)	30.768	(455.500)	732.000	82.526
CRA	336.688	(40.548)	41.286	–	70.000	265.950
Recurso livre	213.319	(17.842)	30.765	(13.333)	23.610	190.119
	908.485	**(89.706)**	**102.819**	**(468.833)**	**825.610**	**538.595**

Consolidado

Modalidade	**31/12/2024**	**Pagamentos empréstimos juros**	**Provisão de juros**	**Pagamentos empréstimos principal**	**Captações empréstimos**	**31/12/2023**
Capital de giro	105.369	(57.873)	43.754	(1.018.783)	778.000	360.271
Recurso livre	308.638	(17.604)	23.813	(5.982)	95.092	213.319
	413.007	**(75.477)**	**67.567**	**(1.024.765)**	**873.092**	**573.590**

Modalidade	**31/12/2023**	**Pagamentos empréstimos juros**	**Provisão de juros**	**Pagamentos empréstimos principal**	**Captações empréstimos**	**31/12/2022**
Capital de giro	360.271	(23.929)	27.067	(449.038)	713.000	93.171
Recurso livre	213.319	(5.367)	23.385	(1.164)	6.346	190.119
	573.590	**(29.296)**	**50.452**	**(450.202)**	**719.346**	**283.290**

c. Obrigações contratuais

A Companhia não possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de Financiamentos e Empréstimos relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos nesses contratos (*covenants*).

A Companhia está sujeita a cláusulas que, se não observadas, poderão acarretar vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos nas modalidades de capital de giro, CRA e recursos livres, devendo a Companhia, nesses casos, antecipar o valor principal acrescido de juros. O vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia poderão ser desencadeados conforme cláusulas presentes em contratos de Financiamentos e Empréstimos existentes. Adicionalmente, o inadimplemento de obrigações assumidas por sociedades coligadas à Companhia e pelos controladores, que figuram como avalistas/garantidores de determinados contratos, também poderá acarretar o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos nas modalidades de capital de giro, CRA e recursos livres da Companhia. A Companhia espera cumprir os covenants do exercício social dentro de 12 meses após a data do relatório, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

d. Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia para o recurso livre são os próprios bens financiados, relacionados no quadro abaixo, e para capital de giro avais dos acionistas e títulos de capitalização.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Aplicações financeiras (nota explicativa 8.b)	104.715	122.380	346.712	273.200
Máquinas e equipamentos	94.123	110.462	94.123	110.462
Penhor de soja	38.391	38.391	38.391	38.391
	237.229	**271.233**	**479.226**	**422.053**

19 Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Adiantamento de clientes	55.071	32.220	57.261	32.290
Partes relacionadas (nota explicativa 30)	2.766	1.787	2.766	1.787
	57.837	**34.007**	**60.027**	**34.077**

Como forma de assegurar as vendas e minimizar o risco de crédito, a Companhia possui como prática solicitar adiantamento junto aos clientes, referente à venda de sementes de soja. Esses adiantamentos serão utilizados basicamente para a operação de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 não constam valores em atraso por parte da Companhia em honrar seus compromissos com os clientes.

20 Passivo de arrendamento e bens de direito de uso

a. Composição do saldo de bens de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
Natureza	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Imóvel rural - Primavera do Leste - MT (i)	5.669	6.197	–	–
Imóvel rural - Sorriso - MT (i)	15.639	17.008	–	–
Planta industrial Uberlândia - UBS (ii)	–	–	2.623	6.179
Arrendamento área - Cereais Sul e BSA Investimentos (iii)	5.894	8.725	5.894	8.725
	27.202	**31.930**	**8.517**	**14.904**

(i) Referem-se a imóveis arrendados junto ao Fundo Suno Agro FII - SNAG 11, controlado pela Companhia. Dessa forma, os valores de arrendamento reconhecidos na controladora são eliminados na consolidação, em que são reconhecidos pelo custo de aquisição na rubrica de imobilizado do consolidado.

(ii) Refere-se à Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) arrendada pela controlada Bestway Seeds.

(iii) Refere-se ao arrendamento da Unidade de Beneficiamentos de Sementes (UBS) de Formosa (GO), arrendada pela controladora.

A Companhia utilizou a taxa de desconto de 13,75% em seus arrendamentos.

b. Movimentação do saldo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
Passivo de arrendamento	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldo inicial	**32.266**	**10.887**	**18.960**	**10.447**
(+) Novos arrendamentos/atualização de contrato	1.027	24.707	–	12.387
(-) Pagamento realizados	(8.241)	(6.237)	(5.583)	(4.401)
(+) Juros reconhecidos	3.985	2.909	1.632	527
Saldo final	**29.037**	**32.266**	**15.009**	**18.960**
Circulante	7.776	6.870	5.811	6.082
Não Circulante	21.261	25.396	9.198	12.878

	Controladora		Consolidado	
Bens de direito de uso (ativo)	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldo inicial	**31.930**	**11.017**	**14.904**	**9.709**
(+) Novos arrendamentos	–	12.387	–	12.387
(+) Atualização de contrato	1.027	12.320	–	–
(-) Depreciação	(5.755)	(3.794)	(6.387)	(7.192)
Saldo final	**27.202**	**31.930**	**8.517**	**14.904**

c. Taxas de Desconto

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para o pagamento:

Fluxo de Caixa	**Nominal**	**Ajustado a valor presente**
Contraprestação do arrendamento	14.466	11.326
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(1.338)	(1.048)

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/Nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

Passivo de arrendamento	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**
Contábil - IFRS 16/ CPC 06 (R2)	34.222	28.683	22.061	17.721	14.570	10.988	6.917	2.291
Fluxo com projeção de inflação	36.068	28.901	21.854	17.542	14.422	10.877	6.847	2.268
Variação	5,4%	0,8%	-0,9%	-1,0%	-1,0%	-1,0%	-1,0%	-1,0%
Direito de uso líquido - saldo final								
Contábil - IFRS 16/ CPC 06 (R2)	19.142	13.533	10.518	7.739	4.959	2.180	493	–
Fluxo com projeção de inflação	18.867	13.055	9.951	7.093	4.236	1.378	508	–
Variação	-1%	-4%	-5%	-8%	-15%	-37%	3%	–
Despesa financeira								
Contábil - IFRS 16/ CPC 06 (R2)	4.110	3.445	2.650	2.128	1.750	1.320	831	275
Fluxo com projeção de inflação	5.956	3.663	2.443	1.949	1.602	1.209	761	252
Variação	44,9%	6,3%	-7,8%	-8,4%	-8,5%	-8,4%	-8,4%	-8,4%
Despesa de depreciação								
Contábil - IFRS 16/ CPC 06 (R2)	5.609	5.845	3.015	2.779	2.779	2.779	1.687	493
Fluxo com projeção de inflação	5.840	5.812	3.104	2.858	2.858	2.858	1.632	508
Variação	4,1%	-0,6%	3,0%	2,8%	2,8%	-3,3%	3,0%	2,9%

A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

Contratos por prazo e taxa de desconto média	**Taxa média percentual a.a**
1 ano	11,6%
2 anos	9,3%
3 anos	8,4%
4 anos	3,0%
5 anos	3,0%
6 anos	3,0%
7 anos	3,0%
8 anos	3,0%

21 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Obrigações tributárias				
Funde Infra a recolher	91	2.107	91	2.107
ICMS a recolher	1.939	1.460	2.117	1.492
IRPJ a recolher	8.613	–	10.661	280
CSLL a recolher	5.839	–	6.988	2
Provisão de devoluções (impostos a pagar)	(411)	(211)	(411)	(211)
Outras obrigações tributárias	289	807	1.009	2.117
Total	**16.360**	**4.163**	**20.455**	**5.787**

continua

continuação

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 768.834 (R$ 468.834 em dezembro de 2023). Está representado por 135.322 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente integralizado (R$ 8.834 em junho de 2020). Adicionalmente, a Companhia registrou o montante de R$ 39.108 com gastos com emissão de ações referente ao exercício de 31 de dezembro de 2021 e R$ 10.306 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, totalizando R$ 49.414 com gastos e ações. O capital social está apresentando como segue:

	2024
Capital Social	768.834
Gastos com emissão de ações	(49.414)
Total	**719.420**

	2023
Capital Social	468.834
Gastos com emissão de ações	(39.108)
Total	**429.726**

b. Emissões de ações ordinárias

Em 18 de abril de 2024 a Companhia emitiu 18.182 ações ordinárias a um preço de R$ 16,50 por ação (zero em 2023).

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Destinação dos lucros

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 10% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido remanescente pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido em reservas, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. A Companhia realizou, durante o exercício de 2024, o pagamento do montante de R$ 39.999, líquido dos impostos, a título de juros sobre capital próprio.

Controladora	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	93.460	301.501
(-) Reserva legal (5%)	(4.673)	(15.075)
(-) Reserva de incentivos fiscais	–	(348.135)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios (i)	**88.787**	**(61.709)**
Dividendos propostos (10%)	**8.879**	**–**
Juros sobre capital próprio pago	**39.999**	**110.900**
Dividendos a pagar (ii)	**–**	**–**

(i) Em 2023, dado a companhia ter usufruído de benefício fiscal de R$ 348.135, o montante superou o lucro líquido, não constituindo, assim, base para dividendos a distribuir. Deste total, R$ 246.169 foram constituídos em reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2023 e R$ 101.966 será transferido mediante a lucros futuros de acordo com a legislação fiscal.

(ii) Devido ao valor pago de juros sobre capital próprio ter sido superior aos dividendos mínimos obrigatório, não houve provisão de dividendos, conforme estatuto da Companhia.

e. Juros sobre capital próprio

Em conformidade com os requerimentos da Lei 9.249/95 (trata do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido) o pagamento dos juros sobre capital próprio fica condicionado à existência de reservas de lucros no período ou reservas, em montante igual ou superior a duas vezes os juros a serem pagos. A Companhia aprovou, juros sobre capital próprio de R$110.900, dos quais foram liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor de R$ 26.304, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor de R$ 84.596. A Companhia também aprovou e pagou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o valor de R$ 39.999 referente a juros sobre capital próprio do exercício.

f. Reserva de retenção de lucros

Corresponde ao saldo de lucros após as destinações estatutárias e legais à disposição dos acionistas conforme proposta da Administração. Sua destinação será deliberada por conta da assembleia que aprovar as demonstrações financeiras. Essa proposta está baseada na necessidade de manter capital de giro e de atender aos projetos atuais e de expansão dos negócios previstos no seu plano de investimento, denominado orçamento de capital.

g. Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações da Companhia detidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha R$ 11.842 ações em tesouraria. As ações em tesouraria destinam-se, principalmente, ao programa de opções da Companhia.

h. Participação de acionistas não controladores

A tabela a seguir resume as informações relativas à cada uma das controladas da Companhia que tem participação material de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intragrupo:

Informações financeiras resumidas em 31 de dezembro de 2024	Suno Agro FII - SNAG 11	Bestway Seeds do Brasil	DaSoja Sementes	Total
Patrimônio Líquido	546.727	39.468	(8.156)	
Lucro líquido	75.931	(9.096)	5.149	
Participação de não controladores nos ativos líquidos	96,33%	33.33%	55%	
Mais valia e Ágio	–	7.970	–	
Valor contábil da participação de não controladores na investida	**599.802**	**18.093**	**1.654**	**616.241**

Informações financeiras resumidas em 31 de dezembro de 2023	Suno Agro FII	Bestway Seeds	Total
Patrimônio Líquido	456.613	29.544	
Lucro líquido	46.246	9.656	
Participação de não controladores nos ativos líquidos	87,10%	33,33%	
Mais valia e Ágio	–	8.888	
Valor contábil da participação de não controladores na investida	**437.990**	**21.953**	**459.943**

23 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível no valor total de R$ 231.810 (R$ 86.678 em 2023). As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

Não há reconhecimento de provisão para contingências devido a Companhia não ter processos com probabilidade de perda provável. A natureza dos principais passivos contingentes são:

Tributário

Exposições financeiras na apuração do imposto de renda corrente

Em 22 de agosto de 2024 a Companhia teve conhecimento de um auto de infração de imposto de renda e contribuição social, referente aos anos de 2020, 2021 e 2022 em razão da exclusão dos valores de outros incentivos de ICMS da apuração do IRPJ e CSLL. A Companhia considera a probabilidade de perda como possível, motivo pelo qual entende não haver necessidade de registro de provisão nos termos do ICPC 22 (IFRIC 23) - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro. O valor da causa atualizado é de R$ 215.152. A Companhia também possui processo tributário referente a contribuição destinada ao SENAR no valor de causa de R$ 2.366.

Cível

Rescisão contratual, indenização por dano material e moral, multas.

Em 2021 foi firmado contrato com uma Construtora para uma obra a ser realizada em Jaborandi, dessa forma a Boa Safra realizou um adiantamento à construtora, porém a obra não foi entregue por pedido de rescisão de contrato por parte da Companhia por entendimento de má execução do serviço por parte da Construtora. Esta, por sua vez, entrou com processo judicial contra a Boa Safra para ressarci-la com o custo que tiveram até o momento da rescisão contratual, alegando a falência devido à esta rescisão contratual. O processo está em fase de estimativa de finalização aguardando audiência de instrução. O valor atualizado da causa é de R$8.300. A Companhia considera a probabilidade de perda para este processo como possível. A Companhia possui mais 3(três) processos referentes a dano material e moral com probabilidades de perdas possível no valor atualizado da causa de R$ 2.108.

Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 8 (oito) processos referentes a causas trabalhistas como horas extras, atualização salarial e outros benefícios empregatícios com probabilidades de perda possível no valor atualizado da causa de R$ 3.884.

24 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Controladora			Valor contábil		Valor Justo	
Instrumento financeiro	**Classificação**	**Nível**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo financeiro						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	–	226.622	462.522	–	–
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	–	104.715	122.380	–	–
Contas a receber de cliente	Custo amortizado	–	577.869	466.162	–	–
Adiantamento a fornecedores (i)	Custo amortizado	–	77.066	27.748		–
Operações com corretoras	Valor justo por meio do resultado	II	13.602	10.764	13.602	10.764
Swap de taxa de juros	Custo amortizado	–	–	4.837	–	–
Outros créditos	Custo amortizado	–	5.094	32.565	–	–
			1.004.968	**1.126.978**	**13.602**	**10.764**

Consolidado			Valor contábil		Valor Justo	
Instrumento financeiro	**Classificação**	**Nível**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo financeiro						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	–	238.527	465.589	–	–
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	–	346.712	271.539	–	–
Contas a receber de cliente	Custo amortizado	–	577.856	483.044	–	–
Adiantamento a fornecedores (i)	Custo amortizado	–	72.635	27.756	–	–
Operações com corretoras	Valor justo por meio do resultado	II	13.602	10.764	13.602	10.764
Swap de taxa de juros	Custo amortizado	–	–	4.837	–	–
Outros créditos	Custo amortizado	–	3.075	2.083	–	–
			1.252.407	**1.265.612**	**13.602**	**10.764**

Controladora			Valor contábil		Valor Justo	
Instrumento financeiro	**Classificação**	**Nível**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Passivo financeiro						
Fornecedores	Outros passivos financeiros	–	141.935	151.327	–	–
Passivo de arrendamento	Outros passivos	–	29.037	32.266	–	–
Financiamentos e empréstimos	Outros passivos financeiros	–	750.427	908.485	1.090.615	568.904
			921.399	**1.092.078**	**1.090.615**	**568.904**

Consolidado			Valor contábil		Valor Justo	
Instrumento financeiro	**Classificação**	**Nível**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Passivo financeiro						
Fornecedores	Outros passivos financeiros	–	161.541	154.325	–	–
Dividendos a pagar	Outros passivos	–	12.734	4.790	–	–
Passivo de arrendamento	Outros passivos	–	15.009	18.960	–	–
Financiamentos e empréstimos	Outros passivos financeiros	–	414.007	573.590	735.812	232.216
			603.291	**751.665**	**735.812**	**232.216**

(i) Composto por adiantamento de mercado interno - royalties, mercado interno - partes relacionadas e mercado interno - outros, conforme nota explicativa 11.

b. Mensuração do valor justo

Os saldos das contas a receber de clientes, contratos de mútuo com acionistas, fornecedores e outras contas a pagar, menos a perda (*impairment*), se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

• Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

• Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).

• Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no Nível 2. O valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia aproximam-se de seu custo, com exceção dos Financiamentos e Empréstimos, os quais tinham como valor justo o montante de R$ 1.090.615 na Controladora e R$ 1.090.998 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2024 (R$ 568.904 na Controladora e R$232.216 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2023).

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

• Risco de liquidez

• Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

Os diretores da Companhia são responsáveis pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. As perdas de crédito estimadas sobre os ativos financeiros reconhecidas no resultado foram evidenciadas na Nota Explicativa n° 9.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis na venda de produtos e prestação de serviços.

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito, acompanhamento permanente do seu saldo devedor, obtenção de garantias e apólice de seguro para carteira de crédito. Historicamente, a Companhia não sofreu nenhum inadimplemento relevante de nossos clientes e, portanto, o seguro de crédito nunca foi acionado.

Adiantamento a fornecedores

O risco de crédito de adiantamento a fornecedores advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de adiantamentos realizados. Para atenuar esse risco, a Companhia tem como prática o acompanhamento detalhado dos prazos e vencimentos dessas transações, tendo como prazo médio histórico de recebimento de 360 dias, constituindo provisão de perdas para os valores vencidos acima deste prazo.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentam rating "AA" ou superior avaliados por instituições de referência, tais como S&P Global Ratings, Fitch Ratins e Moody's Investors Service. Condições de mercado em relação a taxas, prazos e volume de exposição junto a cada instituição para que não haja concentração excessiva de recursos em um único banco também são avaliadas no momento da aplicação de recursos.

Contratos futuros

A Companhia, com o intuito de mitigar o risco de crédito para os contratos futuros realizados com produtores rurais, realiza uma seleção criteriosa de seus produtores considerando quesitos como histórico de pontualidade das entregas das matérias-primas, tempo de relacionamento comercial com o produtor e previsão da colheita.

A Companhia também realiza o acompanhamento da lavoura desde o seu plantio até a colheita por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas da Companhia. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em virtude da diversificação da carteira de produtores e dos procedimentos que monitoram esse risco.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Caixa e equivalentes de Caixa	8	226.622	462.522	238.527	465.589
Títulos e valores mobiliários	8	104.715	122.380	346.712	271.539
Contas a receber	9	577.869	466.162	577.856	483.044
Adiantamento a fornecedores (i)	11	77.066	27.748	72.635	27.756
Outros créditos	13	5.094	32.565	3.075	2.083
Instrumentos financeiros derivativos	23	13.602	15.601	13.602	10.764
		1.004.968	**1.126.978**	**1.252.407**	**1.260.775**
Circulante		990.416	1.125.478	1.242.053	1.259.096
Não circulante		14.552	1.500	10.354	1.679

(i) Composto por adiantamento de mercado interno - royalties, mercado interno - partes relacionadas e mercado interno - outros, conforme nota explicativa 11.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia e de sua diretoria, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 365 dias.

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros créditos' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores'.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Fornecedores	17	141.935	151.327	161.541	154.325
Dividendos a pagar		–	–	12.734	4.790
Passivo de arrendamento	20	29.037	32.266	15.009	18.960
Financiamentos e empréstimos	18	750.427	908.485	414.007	573.590
Total		**921.399**	**1.092.078**	**603.291**	**751.665**
Circulante		292.175	531.821	321.042	203.730
Não circulante		629.224	560.257	282.249	547.935

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

Controladora 31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	Acima de 60 meses
Fornecedores	141.935	141.935	141.935	–	–	–
Passivo de arrendamento	29.037	42.647	8.328	13.290	9.312	11.717
Financiamentos e Empréstimos	750.427	1.465.840	105.811	189.271	137.500	1.033.258
Total	**921.399**	**1.650.422**	**256.074**	**202.561**	**146.812**	**1.044.975**

Controladora 31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	Acima de 60 meses
Fornecedores	151.327	151.327	151.327	–	–	–
Passivo de arrendamento	32.266	49.108	8.139	21.052	19.917	–
Financiamentos e Empréstimos	908.485	932.854	382.097	58.388	54.718	437.651
Total	**1.092.078**	**1.133.289**	**541.563**	**79.440**	**74.635**	**437.651**

Consolidado 31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	Acima de 60 meses
Fornecedores	161.541	161.541	161.541	–	–	–
Passivo de arrendamento	15.009	15.976	4.872	6.378	2.400	2.326
Dividendos a pagar	12.734	12.734	12.734	–	–	–
Financiamentos e Empréstimos	414.007	417.617	61.950	118.306	104.448	132.913
Total	**603.291**	**607.868**	**214.097**	**124.684**	**106.848**	**135.239**

Consolidado 31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	Acima de 60 meses
Fornecedores	154.325	154.325	154.325	–	–	–
Passivo de arrendamento	18.960	20.047	3.672	7.650	8.725	–
Dividendos a pagar	4.790	4.790	4.790	–	–	–
Financiamentos e Empréstimos	573.590	594.478	43.721	58.388	54.718	437.651
Total	**751.665**	**773.640**	**206.508**	**66.038**	**63.443**	**437.651**

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. Caso houvesse quebra de cláusulas restritivas, *'Covenants'*, o fluxo de caixa da controladora nos próximo doze meses sofreria o impacto de R$ 608.777 (R$550.757 em 31 de dezembro de 2023). No consolidado, o fluxo de caixa nos próximo doze meses sofreria o impacto de R$ 273.865 (550.757 em 31 de dezembro de 2023).

f. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

f.1 Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de Financiamentos e Empréstimos, expostas, principalmente, à variação do CDI. A direção da Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas às suas dívidas:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	8.a|8.b	311.389	584.308	563.988	735.193
Financiamentos e empréstimos	18	750.427	908.485	414.007	573.590

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo de aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos Financiamentos e Empréstimos e dos ativos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado. O Cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário II corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário III corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, conforme as tabelas a seguir.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos - Apreciação das taxas

Instrumentos financeiros Controladora	Exposição em 31/12/2024	Index	Cenário I Provável %	Valor	Cenário II (+25%) 25%	Valor	Cenário III (+50%) 50%	Valor
Aplicações financeiras	311.389	CDI	12,15%	37.834	15,19%	47.292	18,23%	56.751
Financiamentos e Empréstimos	(308.638)	IPCA	4,83%	(14.907)	6,04%	(18.634)	7,25%	(22.361)
Financiamentos e Empréstimos	(104.986)	Cdi/Selic	12,25%	(12.861)	15,31%	(16.076)	18,38%	(19.291)
CRA - Fundo Suno Agro FII - SNAG 11	(336.803)	CDI+3	15,15%	(51.026)	18,94%	(63.782)	22,73%	(76.538)
Total	**439.038**			**(40.960)**		**(51.200)**		**(61.439)**

Instrumentos financeiros Controladora	Exposição em 31/12/2023	Index	Cenário I Provável %	Valor	Cenário II (+25%) 25%	Valor	Cenário III (+50%) 50%	Valor
Aplicações financeiras	584.308	CDI	11,65%	68.072	14,56%	85.075	19,56%	102.137
Financiamentos e Empréstimos	(213.319)	IPCA	4,68%	(9.983)	5,85%	(12.479)	7,02%	(14.975)
Financiamentos e Empréstimos	(358.478)	Cdi/Selic	11,70%	(41.942)	14,63%	(52.445)	18,60%	(62.913)
Empréstimos - CRA - Fundo Suno Agro FII - SNAG 11	(336.688)	CDI+3	14,65%	(49.325)	18,31%	(61.648)		(74.004)
Total	**(324.177)**			**(33.178)**		**(41.497)**		**(49.755)**

Instrumentos financeiros Consolidado	Exposição em 31/12/2024	Index	Cenário I Provável %	Valor	Cenário II (+25%) 25%	Valor	Cenário III (+50%) 50%	Valor
Aplicações financeiras	563.988	CDI	12,15%	68.525	15,19%	85.656	18,23%	102.787
Financiamentos e Empréstimos	(308.638)	IPCA	4,83%	(14.907)	6,04%	(18.634)	7,25%	(22.361)
Financiamentos e Empréstimos	(105.369)	CDI/Selic	12,25%	(12.908)	15,31%	(16.135)	18,38%	(19.362)
Total	**149.981**			**40.710**		**50.887**		**61.064**

Instrumentos financeiros Consolidado	Exposição em 31/12/2023	Index	Cenário I Provável %	Valor	Cenário II (+25%) 25%	Valor	Cenário III (+50%) 50%	Valor
Aplicações financeiras	736.854	CDI	11,65%	85.843	14,56%	107.286	17,48%	128.802
Financiamentos e Empréstimos	(213.319)	IPCA	4,68%	(9.983)	5,85%	(12.479)	7,02%	(14.975)
Financiamentos e Empréstimos	(360.271)	CDI/Selic	11,70%	(49.325)	14.63%	(52.708)	17,55%	(63.228)
Total	**163.264**			**26.535**		**42.099**		**50.599**

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos - Depreciação das taxas

Instrumentos financeiros Controladora	Exposição em 31/12/2024	Index	Cenário Provável III %	Valor	25%	Valor	50%	Valor
Aplicações financeiras	311.389	CDI	12,15%	37.834	9,11%	28.375	6,08%	18.917
Empréstimos e financiamentos	(308.638)	IPCA	4,83%	(14.907)	3,62%	(11.180)	2,42%	(7.454)
Empréstimos e financiamentos	(104. 986)	CDI/Selic	12,25%	(12.861)	9,19%	(9.646)	6,13%	(6.430)
Cessão de recebíveis	(336.803)	CDI+3	15,15%	(51.026)	11,36%	(38.269)	7,58%	(25.513)
Total	**(439.803)**			**(40.960)**		**(30.720)**		**(20.480)**

Instrumentos financeiros Controladora	Exposição em 31/12/2023	Index	Cenário I Provável %	Valor	Cenário II (-25%) 25%	Valor	Cenário III (-50%) 50%	Valor
Aplicações financeiras	584.308	CDI	11,65%	68.072	8.74%	51.069	5,83%	34.065
Financiamentos e Empréstimos	(213.319)	IPCA	4,68%	(9.983)	3,51%	(7.487)	2,34%	(4.992)
Financiamentos e Empréstimos	(358.478)	CDI	11,70%	(41.942)	8,78%	(31.474)	5,85%	(20.971)
Cessão de recebíveis	(336.688)	CDI+3	14,65%	(49.325)	10,99%	(37.002)	7,33%	(24.679)
Total	**(324.177)**			**(33.178)**		**(24.894)**		**(16.577)**

Instrumentos financeiros Consolidado	Exposição em 31/12/2024	Index	Cenário I Provável %	Valor	Cenário II (-25%) 25%	Valor	Cenário III (-50%) 50%	Valor
Aplicações financeiras	563.988	CDI	12,15%	68.525	9,11%	51.393	6,08%	34.262
Financiamentos e Empréstimos	(308.638)	IPCA	4,83%	(14.907)	3,62%	(11.180)	2,42%	(7.454)
Financiamentos e Empréstimos	(105.369)	CDI/Selic	12,25%	(12.908)	9,19%	(9.681)	6,13%	(6.454)
Total	**149.981**			**40.710**		**30.532**		**20.355**

Instrumentos financeiros Consolidado	Exposição em 31/12/2023	Index	Cenário I Provável %	Valor	Cenário II (-25%) 25%	Valor	Cenário III (-50%) 50%	Valor
Aplicações financeiras	736.854	CDI	11,65%	85.843	8,74%	64.401	5,83%	42.959
Financiamentos e Empréstimos	(213.319)	IPCA	4,68%	(9.983)	31,51%	(7.487)	2,34%	(4.992)
Financiamentos e Empréstimos	(360.271)	CDI/Selic	11,70%	(49.325)	8,78%	(31.632)	5,85%	(21.076)
Total	**163.264**			**26.535**		**25.282**		**16.891**

Fontes: a informação do CDI foi extraída da base da B³, na data-base do último dia útil de dezembro de 2024, 2023. Os demais saldos registrados em Financiamentos e Empréstimos referem-se a contratos com taxas juros pré-fixados.

Risco de preço de commodities

A Companhia produz sementes de soja e milho, produtos esses caracterizados como *commodities* agrícolas, oriundos de produção de terceiros.

A Companhia adquire os grãos mencionados anteriormente no mercado interno, beneficia e vende produtos processados como sementes e grãos no mercado interno.

As *commodities* são negociadas junto aos produtores. Entre as práticas adotadas, destacamos o uso de operações de mercado futuro com preço fixo, como ferramentas de proteção contra oscilações de preços dos produtos.

As operações de compra e venda de sementes e produtos processados são casadas, utilizando ferramentas de proteção de preço fixo.

Tradicionalmente temos um *hedge* na originação da matéria-prima para produção de sementes. Pois, ao mesmo período que são realizadas as vendas aos clientes da Companhia também acontecem as compra de matéria-prima junto aos produtores integrados. Isso minimiza consideravelmente a exposição da Companhia à flutuação do preço das *commodities*. Eventualmente, na impossibilidade de aquisição da matéria-prima são utilizados instrumentos financeiros para mitigação de variação. Na operação da Companhia existe a política de limite de exposição em Dólar, tendo em vista a grande flutuação do câmbio nos últimos anos, reduzindo consideravelmente a exposição cambial.

Risco de *performance* dos contratos de compras acabam sendo minimizados em virtude dos adicionais que são pagos para os produtores integrados a título de bônus pela produção.

Análise de sensibilidade de preço de commodities

Com base no preço das *commodities* em vigor em 31 de dezembro, foi definido um cenário provável (Cenário I) para calcular o resultado das variações no período de 12 meses, assumindo que todas as outras variáveis são mantidas constantes e, com base nisso, variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) são calculadas conforme detalhado abaixo:

31/12/2024	Quantidade (sc 60kg)	Cenário I	Valorização Cenário II (+25%)	Valorização Cenário III (+50%)	Desvalorização Cenário II (-25%)	Desvalorização Cenário III (-50%)
Controladora						
Preço da soja (saca 60kg) CBOT		**120**	**150**	**180**	**90**	**60**
Posição comprada	2.454.938	294.593	368.241	441.889	220.944	147.296
Posição vendida	326.499	39.180	48.975	58.770	29.385	19.590

31/12/2023	Quantidade (sc 60kg)	Cenário I	Valorização Cenário II (+25%)	Valorização Cenário III (+50%)	Desvalorização Cenário II (-25%)	Desvalorização Cenário III (-50%)	Desvalorização Cenário III (-50%)
Controladora							
Preço da soja (saca 60kg) CBOT		**118**	**148**	**177**		**89**	**59**
Posição vendida							
Posição comprada	1.142.046	134.761	169.023	202.142		101.642	67.381

g. Futuro de commodities

Posição em 31 de dezembro de 2024

Produto	Posição	Quantidade em Saca de 60 kg	Vencimento	Valor Justo	Resultado
Soja	Compra	303.536	Janeiro/2025	40.619	40.619
Soja	Compra	59.975	Fevereiro/2025	6.862	6.862
Soja	Compra	87.700	Março/2025	10.225	10.225
Soja	Compra	1.360.351	Abril/2025	153.159	153.159
Soja	Compra	393.170	Maio/2025	44.546	44.546
Soja	Compra	122.100	Junho/2025	14.294	14.294
		105.106	Julho/2025	12.286	12.286
		23.000	Agosto/2025	2.773	2.773
Total		**2.454.938**		**284.764**	**284.764**

Produto	Posição	Quantidade em Saca de 60 kg	Vencimento	Valor Justo	Resultado
Soja	Venda	25.767	Janeiro/2025	3.666	3.666
Soja	Venda	53.333	Março/2025	6.258	6.258
Soja	Venda	141.666	Abril/2025	17.070	17.070
Soja	Venda	65.733	Maio/2025	7.792	7.792
Soja	Venda	15.000	Junho/2025	1.815	1.815
Soja	Venda	25.000	Julho/2025	2.993	2.993
	Venda				
Total		**326.499**		**39.594**	**39.594**

Posição em 31 de dezembro de 2023

Produto	Posição	Quantidade em Saca de 60 kg	Vencimento	Valor Justo	Resultado
Soja	Compra	106.140	Março/2024	12.317	12.317
Soja	Compra	428.398	Abril/2024	49.018	49.018
Soja	Compra	434.875	Maio/2024	50.330	50.330
Soja	Compra	76.333	Junho/2024	9.120	9.120
		20.000	Julho/2024	2.408	2.408
		76.300	Agosto/2024	9.087	9.087
Total		**1.142.046**		**132.280**	**132.280**

Valor justo dos instrumentos financeiros no balanço patrimonial

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, seja ele ativo ou passivo é reconhecido no balanço patrimonial da entidade.

Segue, abaixo, a conciliação de valor justo registrados no balanço patrimonial:

Efeitos no balanço patrimonial:

	Controladora e Consolidado	
Ativo	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)		
Operação com corretoras (i)	13.602	10.764
Swap de taxas de juros	–	4.837
	13.602	**15.601**

(i) Trata-se de transações com corretoras para proteção à oscilação do preço da matéria prima da Companhia.

h. Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Passivo Total	1.022.891	1.229.006	712.333	892.097
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(331.337)	(584.902)	(585.239)	(737.128)
(=) Dívida Líquida (A)	**691.554**	**638.031**	**127.094**	**154.969**
Total do patrimônio líquido (B)	1.346.795	1.012.629	1.954.270	1.472.507
Dívida Líquida com relação ao patrimônio líquido (A/B)	0,51	0,63	0,07	0,11

i. Operação com corretoras

Referem-se aos saldos a receber e a pagar de valores depositados referentes à margem e aos prêmios e ajustes pagos ou recebidos nas transações com instrumentos derivativos não liquidados na bolsa de valores.

25 Ativos e passivos fiscais diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os seguintes valores:

a. Controladora

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ajuste perda de estoque	3.663	–	–	–	3.663	–
Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa	89	1.289	–	–	(1.200)	1.289
Valor Justo estoque grãos	536	4.315	–	453	(3.326)	8.094
Prejuízo Fiscal e base negativa	90.710	70.524	–	–	20.186	70.524
Mais valia da aquisição da Bestway	4.969	5.750	–	–	–	–
Ajuste a Valor Presente - Contas a receber/ Fornecedores	9.020	6.260	714	555	2.601	1.534
Avaliação patrimonial	–	–	13.292	6.876	(6.416)	(3.848)
Devolução de vendas	–	1.612	–	–	(1.612)	1.612

continua

continuação

	Ativo 2024	Ativo 2023	Passivo 2024	Passivo 2023	Resultado 2024	Resultado 2023
Valor justo de resíduos	6.486	2.502	–	–	3.983	2.502
Provisão contas a pagar	–	10.019	–		(10.019)	10.019
Derivativos/*hedge*	–	–	11.175	3.660	(7.515)	6.468
Pagamento baseado em ações (Stock Options)	–	493	–	–	(493)	493
	115.473	**102.764**	**25.181**	**11.544**	**(148)**	**98.687**
Compensação (*)	(25.181)	(11.544)	(25.181)	(11.544)	–	–
Total	**90.292**	**91.220**	**–**	**–**	**(148)**	**98.687**

b. Consolidado

	Ativo 2024	Ativo 2023	Passivo 2024	Passivo 2023	Resultado 2024	Resultado 2023
Ajuste perda de estoque	3.663	–	–	–	3.663	–
Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa	89	1.289		–	(1.200)	1.289
Valor Justo estoque grãos	536	4.315	–	453	(3.326)	8.094
Instrumento financeiro	–	–	–	–	–	–
Mais valia da aquisição da Bestway	4.969	5.750	–	–	–	–
Prejuízo fiscal	92.320	72.134	–	–	20.186	70.524
Ajuste a Valor Presente - Contas a receber/ Fornecedores	9.020	6.260	714	555	2.601	1.534
Avaliação patrimonial	–	–	13.292	6.876	(6.416)	(3.848)
Devolução de vendas	–	1.612	–	–	(1.612)	1.612
Provisão contas a pagar	–	10.019	–		(10.019)	10.019
Valor justo de resíduos	6.486	2.502	–	–	3.983	2.502
Derivativos/*hedge*	–	–	11.175	3.660	(7.515)	6.468
Pagamento baseado em ações (Stock Options)	–	493	–	–	(493)	493
	117.083	**104.374**	**25.181**	**11.544**	**(148)**	**98.687**
Compensação (*)	(25.181)	(11.544)	(25.181)	(11.544)	–	–
Total	**91.902**	**92.830**	**–**	**–**	**(148)**	**98.687**

(*) Trata-se de compensação do passivo diferido, utilizando os saldos do ativo diferido que é composto, em sua maioria, pelo prejuízo fiscal.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Reconciliação da taxa efetiva	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Resultado do exercício antes dos impostos	**108.425**	**208.363**	**175.473**	**253.979**
(-) Juros sobre capital próprio (i)	(39.999)	(110.900)	(39.999)	(110.900)
Resultado após juros sobre capital próprio	68.426	97.463	135.474	143.079
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesas com imposto a alíquota nominal	**(23.265)**	**(33.137)**	**(46.061)**	**(48.647)**
Exclusões Permanentes	**7.142**	**102.096**	**6.816**	**117.769**
Subvenções governamentais (ii)	3.087	117.769	3.087	117.769
Gastos com emissão de ações	3.504	–	3.504	–
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	226	(4.996)	226	–
Equivalência patrimonial	325	(10.677)	(1)	–
Adições permanentes	**1.158**	**24.179**	**24.280**	**21.851**
Total	**(14.965)**	**93.138**	**(14.965)**	**90.973**
IRPJ e CSLL diferidos	(148)	98.687	(148)	98.687
IRPJ e CSLL correntes	(14.817)	(5.549)	(14.817)	(7.714)
Alíquota efetiva	**(14%)**	**45%**	**(9%)**	**(36%)**

(i) Conforme nota explicativa nº 21, durante o exercício a Companhia destacou juros sobre capital próprio de acordo Lei 9.249/95 (trata do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido), nos montantes apurados sobre a base de 31 de dezembro de 2024 no montante de R$ 39.999, respeitando os mesmos dispositivos legais da Lei 9.249/95, limitando os juros sobre capital próprio em 50% do lucro acumulado. Os montantes de juros sobre capital próprio resultaram em uma redução dos impostos correntes de R$ 4.472 até 31 de dezembro de 2024 e R$ 21.176 em 31 de dezembro de 2023.

(ii) Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui apenas a subvenção do Produzir:

(a) Produzir é um programa do Governo do Estado de Goiás a partir da geração de ICMS pela Companhia, podendo ser utilizado até 2032. Trata-se de financiamento de 73% do ICMS apurado pelas empresas apura-se o ICMS do mês, recolhe-se 27% via DARE direto ao Tesouro Estadual. Antecipa o valor de 10% do valor financiado (73%), no ato de liberação de cada parcela mensal do benefício recolhe-se 0,2% de juro ao mês sobre o saldo devedor até sua quitação. Ao final do exercício de 2024, a Companhia reconheceu o total de R$ 9.079 (R$ 16.560 em 31 de dezembro de 2023).

26 Receita operacional líquida

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Sementes de soja	1.384.099	1.672.679	1.432.109	1.672.679
Soja em grãos	369.762	417.233	369.762	417.233
Beneficiamento de sementes de milho (Prestação de serviços)	–	–	22.874	59.161
Sementes de feijão	23.640	14.408	23.640	14.408
Feijão em grãos	3.535	2.864	3.535	2.864
Milho em grãos	1.349	3.522	1.349	3.522
Sementes de milho	998	1.129	998	1.129
Sementes de trigo	9.634	2.819	9.634	2.819
Defensivos	80.840	9.853	80.840	9.853
Semente de forrageiras	15.811		15.811	
Semente de sorgo	1.128	–	1.128	–
Receitas diversas	12.572	8.185	39.885	11.119
Receita bruta	**1.903.368**	**2.132.692**	**2.001.565**	**2.194.787**
Menos:				
Devoluções	(126.947)	(87.083)	(140.815)	(87.086)
Impostos sobre vendas	(27.751)	(43.003)	(28.777)	(45.512)
Produzir - Subvenção ICMS	9.079	16.560	9.079	16.560
Total de receita líquida	**1.757.749**	**2.019.166**	**1.841.052**	**2.078.749**

Receita líquida por cultivar:

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Natureza dos produtos				
Receitas operacionais:				
Milho	2.165	4.401	2.165	4.401
Beneficiamento de sementes de milho	–	–	21.596	56.649
Feijão	24.270	16.352	24.270	16.352
Soja	1.620.101	1.978.668	1.654.495	1.978.668
Outros	111.213	19.745	138.526	22.679
Total de receita líquida	**1.757.749**	**2.019.166**	**1.841.052**	**2.078.749**

a. Outras receitas operacionais

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Indenizações recebidas	990	76	990	76
Receita com negociações de títulos	–	–	9.600	–
Ganho na valorização de cotas	219	4.814	269	–
Outras receitas operacionais	73	106	132	4.212
	1.282	**4.996**	**10.991**	**4.288**

27 Custos e despesas operacionais por natureza

Abertura dos gastos por natureza

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Custos com insumos	(1.441.878)	(1.612.686)	(1.472.872)	(1.620.169)
Valor justo contratos de *commodities*	–	(15.367)	–	(15.367)
Ajuste de estoque a valor de mercado	(1.934)	(10.210)	(1.934)	(10.210)
Despesa com pessoal	(84.315)	(60.055)	(94.885)	(78.444)
Depreciação e amortização	(26.321)	(4.739)	(35.601)	(12.295)
Despesas de vendas	(34.746)	(26.594)	(47.392)	(27.393)
Despesas com manutenção	(6.836)	(4.145)	(7.848)	(6.320)
Despesas com serviços de terceiros	(3.306)	(4.538)	(7.280)	(8.372)
Despesas com impostos e taxas	(18.428)	(19.302)	(18.431)	(19.302)
Despesas corporativas (*)	(9.724)	(24.755)	(16.712)	(29.473)
Outras	(3.969)	(987)	(3.969)	(2.181)
	(1.631.457)	**(1.783.378)**	**(1.706.924)**	**(1.829.526)**

(*) Refere-se a bonificações, material de escritório, informática, uso e consumo e outras despesas vinculadas à parte administrativa.

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Natureza dos produtos				
Custos dos produtos vendidos e serviços	(1.552.879)	(1.698.805)	(1.615.496)	(1.745.265)
Valor justo a contrato de *commodities*	–	(15.367)	–	(15.367)
Ajuste de estoque a valor de mercado	(1.934)	(10.210)	(1.934)	(10.210)
Total custos dos produtos vendidos	**(1.554.813)**	**(1.724.382)**	**(1.617.430)**	**(1.770.842)**
Despesas comerciais	(34.746)	(26.594)	(44.003)	(26.765)
Provisão para perdas esperadas	(665)	(3.641)	(665)	(3.641)
Despesas administrativas e gerais	(41.233)	(28.761)	(44.826)	(28.278)
Total	**(1.631.457)**	**(1.783.378)**	**(1.706.924)**	**(1.829.526)**

Abertura das despesas comerciais

Despesas comerciais	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Comissões	(12.711)	(14.600)	(12.711)	(14.600)
Viagens e estadias	(14.721)	(5.134)	(14.721)	(5.134)
Marketing	(6.256)	(3.827)	(6.256)	(3.827)
Outros (*)	(1.058)	(3.033)	(10.315)	(3.204)
	(34.746)	**(26.594)**	**(44.003)**	**(26.765)**

(*) Composto por prestação de serviço de representantes comerciais e perdas e avarias de estoques.

Abertura despesas administrativas e gerais

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Comunicação	(642)	(732)	(3.535)	(732)
Informática	(3.078)	(3.395)	(3.156)	(3.395)
Viagens e estadia	(4)	(3.529)	(4)	(3.529)
Pessoal	(17.305)	(4.243)	(17.630)	(4.243)
Serviços de terceiros	(19.177)	(15.119)	(18.410)	(14.635)
Outros	(1.027)	(1.743)	(2.091)	(1.744)
Total	**(41.233)**	**(28.761)**	**(44.826)**	**(28.278)**

28 Resultado financeiro

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimentos com aplicações financeiras	51.805	55.938	60.155	58.093
Descontos obtidos por antecipação e juros recebidos	17.762	7.740	17.762	7.740
Ajuste a valor presente - Contas a receber/Fornecedores	40.382	42.871	40.382	42.871
Instrumentos financeiros derivativos	63.909	43.223	63.909	43.223
Outros	466	5.414	466	5.414
	174.324	**155.186**	**182.674**	**157.341**
Despesas financeiras				
Juros apropriados sobre empréstimos	(36.914)	(51.243)	(37.351)	(50.452)
Ajuste a valor presente - Contas a receber/Fornecedores	(43.837)	(47.536)	(44.251)	(47.536)
Instrumentos financeiros derivativos	(58.322)	(53.369)	(58.322)	(53.369)
Juros sobre fornecedores	(162)	(113)	(162)	(113)
Juros sobre impostos	(927)	(177)	(927)	(177)
Juros CRA	(44.643)	(41.286)	–	–
Tarifa Bancária	(1.248)	(477)	(1.260)	(491)
Imposto sobre Operações Financeiras- IOF	(361)	(303)	(454)	(315)
Descontos concedidos	(1.791)	(977)	(1.830)	(981)
Outros	(4.311)	(2.803)	(7.765)	(2.923)
	(192.516)	**(198.284)**	**(152.322)**	**(156.357)**
Resultado financeiro líquido	**(18.192)**	**(43.098)**	**30.352**	**984**

29 Resultado por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas.

Média ponderada de ações ordinárias (Em milhares de ações)	Nº Ação Movimentada	Média ponderada
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro de 2021	**8.834**	420
Desdobramento de ações ordinárias à razão de 1 para 8 em fevereiro de 2021	61.842	4.135
Emissão de novas ações ordinárias oriunda da abertura de capital em abril de 2021	40.404	3.148
Emissão de novas ações ordinárias (Greenshoes) em maio de 2021	6.060	101.400
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2021	**117.140**	**109.103**
Ações ordinárias existentes em dezembro de 2023	–	**117.140**
Emissão de novas ações ordinárias (Greenshoes) em abril de 2024	18.182	12.261
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2024	**135.322**	**129.401**

	Lucro Líquido	Lucro por ação
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023 - Básico	301.501	2,57
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024 - Básico	93.460	0,72

Média ponderada de ações ordinárias diluído (Em milhares de ações)

	2024	2023
Média ponderada de ações ordinárias para o lucro básico por ações	129.401	117.140
Efeito da diluição oriundo de:		
Efeito das opções de ações exercidas	317	317
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro	**129.718**	**117.457**

	Lucro Líquido	Lucro por ação
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023 - Diluído	301.501	2,57
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024 - Diluído	93.460	0,72

30 Informações por segmento

A Companhia possui dois segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócios estratégicas da Companhia. As unidades de negócio oferecem diferentes produtos e serviços para cada uma das unidades estratégicas. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- Segmento de produção de soja, principalmente sementes de soja e soja em grãos.
- Prestação de serviços de tolling (Consolidado)
- Outros segmentos, principalmente defensivos agrícolas e outras sementes.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas a seguir. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração da Companhia. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a gerência acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados dos segmentos.

a. Controladora

	31/12/2024 Soja	31/12/2024 Outros	31/12/2024 Total	31/12/2023 Soja	31/12/2023 Outros	31/12/2023 Total
Receita operacional líquida	1.620.101	137.648	1.757.749	1.978.581	40.585	2.019.166
Custos dos produtos vendidos	(1.408.797)	(119.695)	(1.528.492)	(1.685.762)	(34.573)	(1.720.335)
Depreciação	(24.260)	(2.061)	(26.321)	(3.966)	(81)	(4.047)
Resultado bruto	**187.044**	**15.892**	**202.936**	**288.853**	**5.931**	**294.784**
Despesas comerciais e provisão de perdas	(32.638)	(2.773)	(35.411)	(29.619)	(616)	(30.235)
Despesas administrativas e gerais	(38.004)	(3.229)	(41.233)	(28.175)	(586)	(28.761)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.182	100	1.282	4.887	109	4.996
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos	**117.584**	**9.990**	**127.574**	**235.946**	**4.838**	**240.784**
Receitas financeiras	160.673	13.651	174.324	84.386	1.735	86.121
Despesas financeiras	(102.270)	(8.689)	(110.959)	(35.671)	(730)	(36.401)
Juros	(75.170)	(6.387)	(81.557)	(90.958)	(1.860)	(92.818)
Resultado de equivalência patrimonial	(882)	(75)	(957)	10.467	210	10.677
Resultado antes dos tributos sobre o lucro (prejuízo)	**99.935**	**8.490**	**108.425**	**204.170**	**4.193**	**208.363**

b. Consolidado

	2024 Soja	2024 Serviços	2024 Outros	2024 Total	2023 Soja	2023 Serviços	2023 Outros	2023 Total
Receita operacional líquida	1.755.419	22.874	62.759	1.841.052	1.978.581	59.161	41.007	2.078.749
Custos dos produtos vendidos	(1.499.499)	(19.849)	(62.481)	(1.581.829)	(1.670.728)	(49.955)	(38.455)	(1.759.138)
Depreciação	(32.049)	(407)	(3.145)	(35.601)	(11.066)	(332)	(306)	(11.704)
Resultado bruto	**223.871**	**2.618**	**(2.867)**	**223.622**	**296.787**	**8.874**	**2.246**	**307.907**
Despesas de vendas	(42.590)	(591)	(1.487)	(44.668)	(29.085)	(870)	(451)	(30.406)
Administrativas e gerais	(40.941)	(677)	(3.208)	(44.826)	(27.470)	(569)	(239)	(28.278)
Outras operacionais	10.480	137	374	10.991	4.155	124	9	4.288
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos	**150.820**	**1.487**	**(7.188)**	**145.119**	**244.387**	**7.559**	**1.565**	**253.511**
Receitas financeiras	164.449	2.088	16.137	182.674	84.090	2.514	1.672	88.276
Despesas financeiras	(103.500)	(1.314)	(10.157)	(114.971)	(34.722)	(1.271)	(557)	(36.550)
Juros	(33.625)	(427)	(3.299)	(37.351)	(48.205)	(1.086)	(1.451)	(50.742)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	2	–	–	2	(512)	(3)	(1)	(516)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro (prejuízo)	**178.146**	**1.834**	**(4.507)**	**175.473**	**245.038**	**7.713**	**1.228**	**253.979**

A área de atuação da Companhia é dentro do território brasileiro, e as receitas são provenientes de comercialização de sementes de grãos.

As informações referentes aos ativos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia que, por sua vez, tomam decisões sobre os investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas.

31 Partes relacionadas

a. Controlador final

A Companhia é controlada pelo Sr. Marino Stefani Colpo e pela Sra. Camila Stefani Colpo, possuindo ambos o controle compartilhado.

b. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria e pelo conselho da Administração. A remuneração paga aos Diretores no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a título de remuneração foi de R$ 4.034 (R$ 4.717 em 2023). A remuneração paga ao Conselho da Administração, a título de remuneração, foi de R$ 1.144 (R$ 1.174 em 2023). A Companhia concede benefícios com características de longo prazo ao pessoal-chave da Administração, no exercício de 31 de dezembro de 2024 foram concedidos o montante de R$ 2.853 (R$ 269 em 31 de dezembro de 2023).

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As transações com partes relacionadas, realizadas nas condições a seguir, estão sumarizadas nas tabelas demonstradas abaixo, e compreendem:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Contas a receber (nota explicativa 9)				
Serra Bonita Sementes S.A (i)	4.155	–	4.155	–
Cereais Sul Ind. e Comercio Ltda. (vii)	2.303	3.626	2.303	3.626
DaSoja Sementes S.A (vii)	16.285	–	–	–
Fábio Badaró (vii)	–	–	–	69
Humberto Pimenta Martins	19	–	19	–
Marino Stefani Colpo	59	–	59	–
Agropecuária Gado Bravo (i)	2.715	1.728	2.715	1.728
Total	**25.536**	**5.354**	**9.251**	**5.423**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Adiantamento a fornecedores (nota explicativa 11)				
Agropecuária Gado Bravo (i)	2.963	9.000	2.963	9.000
Bestway Seeds do Brasil (viii)	4.431	–	–	–
Camila Stefani Colpo (x)	–	521	–	521
Serra Bonita Sementes S.A (i)	–	175	–	175
Total	**7.394**	**9.696**	**2.963**	**9.696**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Mútuos com partes relacionadas				
Bestway Seeds do Brasil (ii)	–	8.000	–	–
Total	**–**	**8.000**	**–**	**–**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Outros créditos (nota explicativa 13)				
Valores a receber Fundo Suno Agro FII - SNAG11 (ix)	–	30.000	–	–
	–	**30.000**	**–**	**–**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
			–	
Fornecedores (nota explicativa 17)				
Cereais Sul Ind. e Comercio Ltda. (vi)	–	200	–	200
Agropecuária Gado Bravo (x)	–	1.353	–	1.353
Camila Stefani (x)	58	59	58	59
Bestway Seeds do Brasil (ii)	116	–	–	–
BSA Investimentos (vi)	–	106	–	106
Serra Bonita Sementes S.A (i)	–	175	–	175
Formosa Logística (iii)	–	11	–	11
Total	**174**	**1.904**	**58**	**1.904**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Adiantamento de cliente (nota explicativa 19)				
Agropecuária Gado Bravo (i)	992	1.727	992	1.727
Cereais Sul Ind. e Comercio Ltda.	1.774	60	1.774	60
Total	**2.766**	**1.787**	**2.766**	**1.787**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Financiamentos e Empréstimos (nota explicativa 18)				
Pagamento de juros do CRA - Fundo Suno Agro FII - SNAG11 (v)	(44.528)	(40.548)	–	–
Fundo Suno Agro FII - SNAG11 - CRA (v)	336.803	336.688	–	–
Total	**292.275**	**296.140**	**–**	**–**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Arrendamento (nota explicativa 20)				
Pagamento de arrendamento a Cereais Sul (vi)	2.400	2.360	2.400	2.360
Pagamento de arrendamento a BSA Investimentos (vi)	1.272	1.248	1.272	1.248
Pagamentos de arrendamento ao SUNO AGRO (iv)	4.569	2.629	1.911	–
Total	**8.241**	**6.237**	**5.583**	**3.608**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Bens de direito de uso/Arrendamento (nota explicativa 16)				
Terreno arrendamento - Cereais Sul (vi)	3.853	5.704	3.853	5.704
Terreno arrendamento - BSA Investimentos (vi)	2.041	3.021	2.041	3.021
Imóvel rural - SUNO AGRO (iv)	21.308	23.205	–	–
Total	**27.202**	**31.930**	**5.894**	**8.725**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Investimento				
Dividendos - Fundo Suno Agro FII - SNAG 11(xi)	3.860	9.247	–	–
Dividendos a pagar - Rogério Salamandac (xiii)	–	–	4.374	–
Juros sobre capital próprio				
Juros sobre capital próprio pago	104.596	26.304	21.030	26.304
Total	**104.596**	**26.304**	**21.030**	**26.304**

(i) Refere-se à aquisição de bens e mercadorias e contrato de cooperação para produção e reprodução por parte da Serra Bonita (produtor cooperado) e Agropecuária Gado Bravo de sementes de soja para a safra de 2023/2024. Por se tratar de produtores e cooperados ao mesmo tempo, há transação de compra e de venda da Companhia para estas partes relacionadas.

(ii) Refere-se à operação de mútuo entre a Companhia e a investida Bestway Seeds do Brasil, com a incidência de juros de 100% do CDI acrescidos de um spread.

(iii) Adiantamento para prestação de serviço de transporte.

(iv) Refere-se ao arrendamento entre a Companhia. e o Fundo Suno Agro FII - SNAG 11, para arrendamento de dois imóveis rurais localizados em Primavera do Leste e Sorriso, onde serão construídas futuras Unidades de Beneficiamento de Sementes. A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica.

(v) Refere-se à operação de cessão de fluxos de caixa de recebíveis pela venda de produtos para entrega futura ao Fundo Suno Agro FII - SNAG 11 - Fiagro Imobiliário, ocorridos em dezembro de 2023. A operação prevê a cobrança de juros de 3% acrescido do CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

(vi) Refere-se ao arrendamento entre a Companhia e as empresas dos acionistas, BSA Investimentos e Cereais Sul Indústria e Comércio de Cereais Ltda. (ambas de controle dos acionistas controladores da Companhia), sendo imóveis referentes às instalações administrativas e unidades industriais. A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica. Ambas as empresas possuem a Sra. Camila Colpo como controladora em comum.

(vii) Trata-se de transação em condições normais de mercado de venda de sementes de soja.

(viii) Adiantamento para prestação de serviço de tolling com beneficiamento de sorgo para a Companhia.

(ix) Em 2023 houve uma transação de venda de benfeitoria a prazo (R$ 30.000) com o Fundo Suno Agro FII - SNAG 11 a preço de custo com prazo de recebimento de até 120 dias (quitado em março de 2024).

(x) Trata-se de transação em condições normais de mercado de compra de sementes de soja.

(xi) Valor refere-se aos dividendos recebidos equivalentes ao investimento no Fundo Suno Agro FII - SNAG 11.

(xii) Adiantamento de lucro realizado da DaSoja Sementes S.A para o sócio Rogério Salamandac.

(xiii) Refere-se ao valor pago no período findo em 30 de dezembro de 2024 pelo aluguel de sala comercial ao sócio Rogério Salamandac.

Transações que afetaram o resultado

As transações de compras significativas que influenciaram os resultados foram as seguintes:

Receita	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Agropecuária Gado Bravo Ltda.	5.609	1.885	5.609	1.885
DaSoja Sementes S.A.	111.197	–	–	–
Marino Stefani Colpo.	70	–	70	–
Humberto Pimenta Martins	19	–	19	–
Serra Bonita Sementes S.A.	5.250	3.638	5.250	3.638
Cereais Sul Ind. e Comercio Ltda.	6.828	13.597	6.828	13.597
Total	**128.973**	**19.120**	**17.776**	**19.120**

Custos	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Agropecuária Gado Bravo Ltda.	(4.177)	(640)	(4.177)	(640)
Marino Stefani Colpo	(11)	–	(11)	–
Humberto Pimenta Martins	(7)	–	(7)	–
Camila Stefani Colpo	–	–	–	–
Cereais Sul Industria e Comércio Ltda.	(5.416)	(14.111)	(5.416)	(14.111)
DaSoja Sementes S.A.	(47.047)	–	–	–
Serra Bonita Sementes S.A.	(3.422)	(1.738)	(3.422)	(1.738)
Total	**(60.080)**	**(16.489)**	**(13.033)**	**(16.489)**
Despesas financeiras	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Juros apropriados - Fundo Suno Agro FII - SNAG 11- CRA	(44.643)	(39.834)	–	–
Total	**(44.643)**	**(39.834)**	–	–

32 Compromissos futuros

A Companhia possui diversos acordos no mercado de sementes de soja, milho, feijão e demais cultivares que a Companhia apresenta em seu catálogo.

	31/12/2024	31/12/2023
Contratos de venda futura	962.438	30.609

33 Transações que não envolvem caixa

As seguintes transações não envolveram caixa ou equivalentes de caixa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Contas a receber/Adiantamento de Clientes (i)	30.269	29.087	30.269	29.087
Fornecedores/Adiantamento a Fornecedores (ii)	12.947	17.621	12.947	17.621
Imobilizado (iv)	1.630	340	1.630	340
Direito de Uso/Arrendamento (iii)	1.027	12.387	–	24.707
Provisão de Juros sobre capital próprio / Reserva de Lucros (v)	19.999	–	19.999	–
Títulos e valores mobiliários / Investimentos (vi)	1.836	–	–	–
	67.708	**59.435**	**64.845**	**71.755**

(i) Encontro de contas entre adiantamento a clientes e contas a receber.

(ii) Encontro de contas entre adiantamento a fornecedores e fornecedores.

(iii) Adição de arrendamento mercantil pelo ativo de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento referentes a novos arrendamentos.

(iv) Venda de imobilizado, no qual não houve recebimento monetário. O recebimento foi realizado com base na troca por outro imobilizado.

(v) Provisão de juros sobre capital próprio a pagar com reflexo na reserva de lucros e obrigações tributárias referente a retenção do imposto de renda.

(vi) Valor referente à conversão das debentures emitidas pela DaSoja Sementes S.A.

34 Eventos Subsequentes

Captação de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRAs)

A Companhia captou em 21 de janeiro de 2025 o valor de R$ 500.000 com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) dividido em quatro séries pela Opea Securitizadora com prazo de até 10(dez) anos.

* * *

Abertura da empresa Qualiseed Sementes Ltda

Em 27 de fevereiro de 2025 a Companhia realizou a abertura da empresa Qualiseed Sementes Ltda localizada em Ponta Grossa-PR, com capital social a integralizar formado 100% pela Boa Safra Sementes S.A

Diretoria

Marino Stefani Colpov
Diretor Presidente
Felipe Marques
Diretor Financeiro

Contador

Ademir Gomes Lima
CRC MG-090001/O-1

Pareceres e declarações - Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Os diretores da Boa Safra Sementes S.A., sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 10.807.374/0001-77, com sede e foro na cidade de Formosa, Estado de Goiás, na Av. Circular nº 209, Setor Industrial, CEP 73.813-170 ("Companhia"), declaram, nos termos do art. 29, §1º, inciso II, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que, juntamente com os demais diretores da Companhia:

(a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e

(b) reviu, discutiu e concorda com as informações financeiras da Companhia referentes ao ano de 2024.

Formosa - GO

25 de março de 2025.
Marino Stefani Colpo
Diretor Presidente

Aviso

A Companhia deixa claro que as informações aqui divulgadas se tratam de demonstrações financeiras resumidas, e que, não devem, em hipótese alguma, serem consideradas isoladamente para tomada de qualquer decisão pelos acionistas.

Outrossim, a Companhia informa que é possível localizar as demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o relatório do auditor independente, diretamente no site da Companhia: https://ri.boasafrasementes.com.br/ - ou ainda mesmo, no site da Comissão de Valores Mobiliário (CVM) - https://sistemas.cvm.gov.br/

128 motociclistas morreram no último ano em Goiânia

Acidentes de trânsito mataram 205 pessoas em Goiânia em 2024. Secretaria de Saúde revela que maioria das vítimas são homens, 84,9%, e motociclistas, 62%

Beto Silva

Dentro do conjunto de acidentes de trânsito com mortes que ocorreram em Goiânia no ano passado, 62% deles têm como vítimas os motociclistas. Os dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) consideram acidentes no perímetro urbano da capital.

Segundo o Painel Vida no Trânsito (PVT), divulgado na segunda-feira, 24, os acidentes de trânsito resultaram em 205 mortes em Goiânia em 2024,



Painel Vida no Trânsito traz dados sobre mortes no trânsito da capital e faz recortes por sexo e faixa etária das vítimas

Das vítimas, 174 eram homens (84,9%) e 31 mulheres (15,1%). A maioria dos óbitos foi de motociclistas (128) e pedestres (47). Além disso, 48,8% morreram no local do acidente, sem chegar a uma unidade de saúde.

A faixa etária mais atingida foi de 20 a 39 anos, com 87 mortes. Entre os estados civis, a maioria era solteira ou sem informação sobre união estável (107 óbitos). As vias mais letais foram a BR-153, a Avenida Perimetral Norte e a GO-070.

Segundo a médica Marta Alves, da SMS, o PVT está disponível para toda a população e busca conscientizar e embasar ações para aumentar a segurança no trânsito. "A SMS coleta, analisa e divulga os dados para alertar os goianienses", afirma.

Criado pelo Ministério da Saúde em 2010, o PVT foi expandido em 2012 para capitais com mais de 1 milhão de habitantes. Em Goiânia, é elaborado pela SMS com dados de órgãos de trânsito e segurança.

A ferramenta conta com informações da SET, Detran, SES, SSP, Polícias Rodoviárias e Dict. Para acessá-la, basta procurar na rede Painel Vida no Trânsito.

Setor aéreo registra 776 falhas ou irregularidades operacionais em 2024

Falhas na manutenção de aeronaves marcam 217 casos. Quantidade se refere a casos convertidos em processos oficiais

Folhapress

O setor aéreo teve 776 denúncias de irregularidades ou falhas operacionais em 2024. O volume, que se refere apenas a casos convertidos em processos oficiais, equivale a uma média de mais de dois casos por dia durante o ano passado.

Os dados fazem parte de um relatório que acaba de ser concluído pela ouvidoria da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), ao qual a reportagem teve acesso. O material ainda será divulgado pela agência e disponibilizado ao Congresso e ao TCU (Tribunal de Contas da União) até o dia 1º de abril.

A maior parte dos registros diz respeito a irregularidades ou falhas na manutenção de aeronaves, com 217 casos.

Falhas de pouso ou decolagem somaram 140 ocorrências no ano passado. Problemas com voos rasantes ou manobras arriscadas foram responsáveis por 90 registros. As demais situações mais comuns entre as denúncias incluem voo irregular de aeronave, transporte clandestino de passageiros e falhas em operações no aeródromo,



Acidente do voo 2283 da Voepass provocou a morte de 62 pessoas

entre outros.

As denúncias analisadas pela ouvidoria não se misturam com reclamações comuns de usuários, atreladas a temas como cancelamentos ou atrasos de voos.

São registros operacionais de problemas informados à Anac por pilotos, comissários, equipes de manutenção de aeroporto, pessoal de oficina de aeronaves e ex-funcionários —mas também por passageiros.

Os 776 processos abertos representam metade das 1.545 denúncias enviadas à ouvidoria da agência no ano passado. Contudo, só essa parcela foi convertida em processos efetivos para investigações sobre causas, responsabilidades e medidas a serem adotadas, por causa da pertinência dos relatos.

Os demais casos careciam de mais informações para que a apuração tivesse andamento.

Segundo o relatório, as denúncias foram feitas por diferentes canais de acesso, como o Sistema Oficial de Ouvidorias do Governo Federal (Fala.Br), o email da ouvidoria da Anac e petições eletrônicas, incluindo denúncias anônimas.

Não há no relatório dados discriminados por companhias aéreas ou aeroportos.

O alto volume de denúncias recebidas pela ouvidoria da Anac em 2024 ocorre ao mesmo tempo em que o país registrou número recorde de acidentes fatais.

Houve ampliação nas formas de receber as denúncias no ano passado, bem como no método de triagem e análise técnica. Por isso, não é possível comparar os números com os anos anteriores.

Foram 175 acidentes com aeronaves em 2024, sendo 44 deles com vítimas fatais, de acordo com os dados do Cenipa (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos), órgão ligado ao Ministério da Aeronáutica. O número total de mortos nestes acidentes chegou a 152 pessoas.

Em 2023, ocorreram 155 acidentes, 30 deles com vítimas fatais, e um total de 77 mortos. Em 2022, foram 138 ocorrências, com 36 mortes registradas.

Voepass

O resultado de 2024 foi impulsionado pelo acidente aéreo ocorrido em 9 de agosto do ano passado, em Vinhedo (SP). A queda do voo 2283 da Voepass, que fazia a rota entre Cascavel (PR) e Guarulhos (SP), provocou a morte de 62 pessoas. O desastre foi o mais letal do país desde 2007, quando um acidente com o voo 3504 da TAM nos arredores do aeroporto de Congonhas (SP) deixou 199 mortos.

No dia 11 de março, a Anac suspendeu as operações aéreas da Voepass até que ela comprove a correção de problemas "relacionadas aos sistemas de gestão previstos em regulamentos".

Segundo a agência, houve uma "quebra de confiança em relação aos processos internos da empresa devido a evidências de que os sistemas da Voepass perderam a capacidade de dar respostas à identificação e correção de riscos da operação aérea".

A Voepass afirmou que sua frota em operação é aeronavegável e que trabalha para retomar a operação o mais breve possível.

Goiás amplia faixa etária da vacinação contra HPV

Medida temporária protege adolescentes de 15 a 19 anos e previne cânceres associados ao vírus. Vacinação ajuda a reduzir riscos de incidência de câncer de colo do útero, boca pênis e ânus

Redação

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), ampliou temporariamente a faixa etária da vacinação contra o HPV. Até 30 de junho, adolescentes de 15 a 19 anos poderão se imunizar gratuitamente nas unidades de saúde.

A iniciativa busca proteger quem não recebeu a dose na idade recomendada (9 a 14 anos) e reduzir os riscos de câncer associados ao vírus, como os de colo do útero, pênis, boca e ânus.

A vacinação é essencial na prevenção do câncer do colo do útero, que causou 242 mortes em Goiás em 2024. Dados da SES mostram um aumento nos casos nos últimos anos, passando de 868 em 2022 para 935 em 2023. O HPV é responsável por 99% dessas ocorrências, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Com a ampliação, a SES orienta os municípios a diversificarem as estratégias de vacinação, incluindo aplicação em escolas, horários alternativos e busca ativa de adolescentes não vacinados. Desde 2023, a imunização contra o HPV é feita em dose única, tornando o processo mais acessível e eficaz.


Vacina previne câncer do colo do útero: doença causou 242 mortes em Goiás

O vírus, uma infecção sexualmente transmissível (IST), pode ser assintomático, mas também causar lesões que evoluem para câncer. A transmissão ocorre por contato direto com mucosas ou relações sexuais desprotegidas. Por isso, a vacinação é a melhor forma de prevenção.

Para se vacinar, basta comparecer a uma unidade de saúde com a caderneta de vacinação e documento de identidade. A SES reforça a importância da imunização para reduzir os casos e mortes causados pelo HPV.

Governador sanciona isenção de IPVA para 370 mil motos em Goiás

Redação

O governador Ronaldo Caiado sancionou a Lei nº 23.287/2025, que isenta do IPVA mais de 370 mil motos, ciclomotores, triciclos e motonetas em Goiás. A medida, proposta pelo Executivo e aprovada pela Assembleia Legislativa (Alego), foi publicada no Diário Oficial de ontem.

A nova lei beneficia trabalhadores que utilizam motocicletas para deslocamento e geração de renda. “Estudamos o perfil desses veículos para garantir o benefício a quem mais precisa”, afirmou Caiado. Segundo o Detran-GO, as motos contempladas representam 36% da frota de duas rodas no estado.

A isenção entrará em vigor em janeiro de 2026 e trará economia para, principalmente, entregadores e mototaxistas. O impacto orçamentário estimado é de R$ 63 milhões em 2026, R$ 67 milhões em 2027 e R$ 71 milhões em 2028.

Além da isenção para motos, a lei revoga a cobrança de IPVA sobre aeronaves e embarcações, imposta pelo governo federal. Caiado justificou a decisão como uma forma de incentivar o crescimento econômico.

Projeto de mineração avança com R$ 3 bilhões em investimentos no Nordeste

Redação

O vice-governador Daniel Vilela reuniu-se na última segunda-feira, 24, com representantes da Aclara Resources para discutir a mineração de terras raras em Nova Roma, no Nordeste goiano.

A empresa informou que a construção da planta piloto em Aparecida de Goiânia está avançada e deve ser inaugurada em abril. O projeto prevê investimentos de R$ 3 bilhões.

Vice-presidente da Aclara, José Augusto Palma explicou que a planta piloto servirá para testar e aperfeiçoar o processo produtivo antes da implementação em larga escala.

A expectativa é que a pedra fundamental do empreendimento em Nova Roma seja lançada em março de 2026, ocupando 14 mil hectares e gerando cerca de 5,7 mil empregos diretos e indiretos.

O projeto Carina envolve a extração de 17 elementos químicos raros utilizados em energia eólica e veículos elétricos. O método empregado será sustentável, sem explosivos, trituração ou barragens de rejeitos, além de reutilizar 95% da água utilizada. “Trata-se do processo mais moderno e sustentável que se tem conhecimento”, destacou Vilela.

O prefeito de Aparecida de Goiânia, Leandro Vilela, garantiu suporte ao empreendimento, que permanecerá no município por pelo menos seis meses e abrirá vagas de emprego para a população local.

ANDRÉ COSTA


Daniel Vilela participa de reunião para apresentação de projeto de mineradora que irá investir no Nordeste goiano

DM 45 ANOS



Café da manhã

ULISSES **AESSE**

ulissesaesse6@gmail.com



Rejeitada

A deputada federal Carla Zambelli (foto), perto de ser presa e perder o seu mandato na Câmara Federal, é hoje rejeitada pelo líder maior do bolsonarismo, o próprio Jair Bolsonaro. Zambelli, segundo Bolsonaro, é a culpada pela sua derrota em 2022.

Cinco

Pelo placar do STF, Zambelli já foi praticamente 'cassada' e agora é só calcular quanto tempo será o período de sua prisão. Os cálculos apontam para cinco anos.

Acidentes

A maioria dos acidentes nas rodovias goianas envolve camionetas ou carros (bólidos) possantes. Todos com vítimas fatais.

Relaxou

Ontem, o Whatsapp e o Instagram apresentaram problemas durante todo o dia. Sinal de que os bilionários donos da redes, aliás, um só, Zuckerberg, não está dando conta de resolver os problemas.

Memes

Os problemas foram relatados pelo usuários, inclusive, com memes e repercussão nas redes. Revela claramente que os donos dessas big-techs só servem para arrancar dinheiro dos usuários brasileiros. São poucos eficientes quando existem problemas.

Uai?!!!

Virou rotina. Mais uma notícia negativa. Uma mulher fez cirurgia em Goiânia e acabou morrendo depois. Que nível de cirurgia é a que estamos oferecendo??

Pode?!

Pelo Banco Central do Brasil, os juros ainda estão baixos. É preciso aumentá-los, para conter ainda mais a inflação.

Queiroz autografa hoje a 11ª edição do 'O Velho Cacique'



Um dos principais nomes da literatura goiana, o escritor e advogado Luiz Alberto de Queiroz autografa hoje a 11ª edição do livro o 'Velho Cacique - O Criador de Goiânia', sobre a vida daquele que é considerado o maior líder político de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira. A noite de autógrafos será às 19h, no Restaurante Árabe, na Rua 83, em Goiânia, com as presenças de várias lideranças políticas, escritores e apaixonados pela história de Goiás. Em 'O Velho Cacique', Luiz Alberto de Queiroz busca mostrar os dois lados sobre a vida e obra de Pedro Ludovico Teixeira, considerado figura controversa. O livro é o único trabalho com uma profundidade de informações e impressões daquele que foi o responsável pela transferência da Capital (da antiga Vila Boa para Goiânia) e um dos líderes da Revolução de 1930 em Goiás.

Lucas Vergílio envia ofício à Prefeitura



O vereador Lucas Vergílio, presidente da Comissão de Proteção, Defesa e Direitos dos Animais da Câmara Municipal de Goiânia, enviou ontem ofício à Prefeitura de Goiânia solicitando esclarecimentos formais sobre declaração (de maus-tratos a um cavalo) feita pelo prefeito Sandro Mabel durante sua visita à Câmara. Na oportunidade, Lucas criticou a fala de Mabel, especialmente no que se refere à 'naturalização' dos maus-tratos aos animais. Lucas destaca que a fala dada por uma autoridade municipal, ainda que em momento de indignação, afronta o compromisso coletivo com a dignidade animal. O requerimento, diz ele, não tem apenas o objetivo de promover uma crítica, 'mas estimular um diálogo institucional e fortalecer as causas



- Amigos e familiares estão comovidos com o falecimento de Neri Caetano Barbosa, aos 73 anos. Ele dedicou mais de 38 anos de sua vida de serviço público com um trabalho significativo na área ambiental. Neri iniciou na Semago e finalizou sua jornada na Semad, contribuindo com uma gestão sólida e sempre atuando com paixão nos serviços prestados. Da coluna, os nossos pêsames!!
- País onde meio quilo de café, na promoção, é vendido a R$ 45´, pelo jeito, não vai para frente. Só pra trás.
- Na guerra dos carros elétricos, a BYD ultrapassou a Tesla e Elon Musk e é a segunda que mais vende veículos elétricos no mundo, mas a com maior rendimentos.
- Na internet, os vírus, também, estão fazendo a festa...
- *'Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar'* **- Josué 1:9**

'INICIO MINHA SUSTENTAÇÃO DIZENDO QUE BOLSONARO FOI O PRESIDENTE MAIS INVESTIGADO DA HISTÓRIA DO PAÍS, INVESTIGAÇÃO QUE PERDUROU POR ANOS, QUE COMEÇA COM O OBJETIVO DE CHEGAR A UMA LIVE DE 4 DE AGOSTO DE 2021, EM QUE SE AUTORIZA A QUEBRA DE UMA NUVEM. DO SEU AJUDANTE DE ORDENS, CORONEL CID, QUE HOJE É DELATOR, QUE PERDURA POR MESES ESSA INVESTIGAÇÃO DA QUEBRA COM VÁRIOS OBJETOS DIFERENTES', CELSO VILARDI, ADVOGADO DE BOLSONARO

STF forma maioria para condenar e cassar Carla Zambelli

Julgamento acontece de forma virtual em uma plataforma onde os ministros depositam seus votos, em uma sessão que vai até a sexta-feira



Ministro Dias Toffoli antecipou o 6º voto pela condenação da deputada

Folhapress

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria de votos na madrugada desta terça-feira (25) para condenar a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) na ação penal que a acusa de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal.

O ministro Dias Toffoli antecipou o voto e concordou com o relator, Gilmar Mendes, mesmo após o pedido de vista do dia anterior feito por Kassio Nunes Marques. O mesmo já havia sido feito por Cristiano Zanin, que também antecipou o voto.

O julgamento acontece de forma virtual em uma plataforma onde os ministros depositam seus votos, em uma sessão que vai até a sexta-feira (28).

O pedido de vista de Kassio significa que o julgamento será suspenso para melhor análise dos autos, e retomado quando o ministro apresentar o seu voto. Ainda pode haver mais pedidos de vista, ou de destaque (que leva o processo ao plenário físico).

Kassio pediu vista quando quatro votos já haviam sido dados para condenar a parlamentar a 5 anos e 3 meses de prisão, em regime inicial semiaberto, e à perda do mandato por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma.

Agora, são favoráveis à condenação os ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Dias Toffoli, em um placar de 6 a 0 contra a deputada.

A acusação do Ministério Público Federal foi feita após o episódio em que a deputada sacou e apontou uma arma para um homem no meio da rua em São Paulo, em 29 de outubro de 2022, véspera do segundo turno das eleições.

Na ocasião, a deputada bolsonarista perseguiu um homem negro após uma discussão no bairro dos Jardins, em São Paulo. Um segurança da parlamentar chegou a fazer um disparo e foi preso pela Polícia Civil.

Comissão de Educação vistoria escolas públicas em Goiânia

Redação

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia já visitou, neste ano, cinco unidades, como Cmeis e escolas de educação infantil. O objetivo é mapear 20% das 380 unidades educacionais, respeitando a proporção entre as cinco regionais da Educação.

A amostragem vai revelar experiências bem sucedidas e especialmente problemas. Com base na radiografia da rede municipal, serão apresentadas propostas de solução e outras ações para elevar os índices de qualidade da educação.

Os integrantes da Comissão de Educação, presidida pelo vereador Professor Edward (PT), se reuniram nesta terça-feira (25) para apreciar 12 projetos de lei. Onze foram aprovados. Outro teve a votação adiada para os vereadores aprofundarem o entendimento do assunto.

Supremo analisa mérito da denúncia sobre trama golpista

Primeira Turma rejeita anular a delação de tenente-coronel e expõe divergências de Fux. Moraes defendeu que o Supremo atuou de acordo com papel de "verificar a regularidade, a voluntariedade e a legalidade"

Cézar Feitoza
Ana Pompeu
Folhapress

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) negou nesta terça-feira, 25, o pedido da defesa de Jair Bolsonaro (PL) e outros acusados pela trama golpista para anular a colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid.

A decisão foi tomada por unanimidade. Com o resultado, o colegiado negou todas as questões preliminares levantadas pelas defesas, decidiu suspender a sessão desta terça e vai seguir para a análise do mérito da denúncia na manhã desta quarta-feira (26).

Entre essas questões estavam também a alegada suspeição do ministro Flávio Dino para participar da análise da denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) e se o STF seria o foro adequado para processar a acusação. A corte as rejeitou, e manteve o caso na Primeira Turma —o ministro Luiz Fux ficou vencido nesse ponto por entender que a tarefa deveria ser do plenário.

No contexto da delação de Cid, o ministro Alexandre de Moraes defendeu que o Supremo atuou de acordo com seu papel de "verificar a regularidade, a voluntariedade e a legalidade" da colaboração premiada.

"Em nenhum momento esse Supremo Tribunal Federal, por meio do ministro-relator, interferiu no conteúdo ou nos termos do acordo de colaboração premiada, tendo exercido somente o que a lei garante a todo juiz", disse.

As defesas do ex-presidente Jair Bolsonaro e do ex-ministro Braga Netto pediam a anulação do acordo de Mauro Cid com a Polícia Federal por dois motivos. A suspeita era de que o militar teria omitido informações em seus depoimentos —e, como segundo ponto, que teria alterado sua versão pressionado por Moraes.

Cid deu detalhes da participação de Braga Netto na trama golpista em uma audiência com Moraes, em novembro de 2024. No início do depoimento, o ministro do Supremo alertou o militar sobre sua possível prisão caso não falasse a verdade.


FELLIPE SAMPAIO/ STF
Colegiado nega todas questões preliminares levantadas pelas defesas dos acusados de tentar abolir Estado democrático

No julgamento desta terça, o ministro comparou o caso com a advertência dada por juízes a testemunhas da obrigatoriedade de falar a verdade em seus depoimentos, sob pena de falso testemunho. "Isso nunca foi considerado coação. A lei é a lei", diz.

"Ora, na hora que se adverte que pode ser rescindido o acordo de colaboração, o acordo seria rescindido geral, inclusive nos termos como estava escrito: 'Pai, esposa e filha maior do colaborador'."

Moraes citou a fala do advogado de Mauro Cid, Cezar Bitencourt, para refutar a alegação de que a colaboração não foi voluntário ou não respeita os trâmites corretos.

Delação premiada

Moraes afirmou em mais de um momento que, na presença de seus advogados, o delator reiterou a voluntariedade. O ministro leu trechos das declarações de Cid em depoimento, em que ele agradece por poder colaborar.

Em mais de um momento, ainda, Moraes afirmou que a delação é apenas um meio de obtenção de prova. "Ela é um meio de obtenção de prova, não uma prova em si. Se o MP, titular da ação penal, não quiser utilizar a delação, não utiliza", disse.

O ministro Luiz Fux afirmou que o pedido de nulidade de Cid era a "preliminar mais sensível de todas", mas que a análise do mérito da validade da colaboração premiada deve ser feita em outro momento.

Demóstenes rebate Primeira Turma do Supremo

Ricardo Vinícius

Demóstenes Torres pediu ontem que o plenário do Supremo analisasse a denúncia da trama golpista, em vez da Primeira Turma. "Uma parte é inepta e outra parte não há justa causa para recebê-la", disse. Demóstenes defende almirante Almir Garnier Santos, ex-chefe da Marinha. Ele afirmou que provas contra Garnier são "falsas".

O advogado comparou a inclusão na denúncia e comparou atuação de Garnier com outros dois comandantes das Forças Armadas no contexto das eleições de 2018, como Marco Antônio Freire Gomes, ex-comandante do Exército, e Carlos de Almeida Baptista Júnior, à frente da Aeronáutica.

"Diante de tudo isso, tinha ainda muito a ser dito, mas o tempo é muito limitado, eu peço a vossas excelências: primeiro, que afetem ao plenário da Casa esse processo, porque o próprio procurador-geral da República diz que ela é de alta relevância, e que rejeite a denúncia, porque em uma parte ela é inepta e outra parte não há justa causa para recebê-la. Agradeço a Vossas Excelências", disse o advogado.

Caiado prestigia posse da nova diretoria da Associação Nordeste Forte

Durante solenidade em Brasília, Cassiano Pereira assumiu presidência da entidade para o biênio 2025/2026. Ronaldo Caiado reforçou importância da irmandade para melhorar a qualidade de vida da população

Redação

O governador Ronaldo Caiado participou, na última segunda-feira, 24, da posse da nova diretoria da Associação Nordeste Forte, em Brasília. Cassiano Pereira, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEPB), assumiu o comando da entidade para o biênio 2025/2026. "Conte com Goiás e o Centro-Oeste. Acreditamos na irmandade como caminho para melhorar a qualidade de vida da população", declarou Caiado.

Durante a cerimônia na Confederação Nacional da Indústria (CNI), Caiado destacou o perfil conciliador de Cassiano e sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento do Nordeste. O governador citou setores como energia limpa e turismo, além de sugerir investimentos em inteligência artificial e datacenters devido à grande produção energética da região.

Cassiano reforçou o compromisso da associação em transformar potencial em potência e fortalecer a indústria nordestina. "Somos todos irmãos. Trabalhamos pelo Nordeste, mas também dialogamos com todo o Brasil. Quando avançamos, o país inteiro se fortalece", afirmou. O ex-presidente Ricardo Cavalcante desejou sucesso ao novo gestor e ressaltou a missão da entidade de promover um desenvolvimento industrial competitivo e sustentável.

Criada em 2016, a Nordeste Forte representa as Federações de Indústrias dos nove estados nordestinos, promovendo o crescimento socioeconômico e a competitividade do setor. O presidente da CNI, Ricardo Alban, destacou a importância da entidade para reduzir desigualdades. A posse contou com a presença do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, e lideranças industriais, incluindo André Rocha, da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg).

Cassiano Pascoal Pereira Neto, natural de Campina Grande (PB), tem 40 anos de atuação na indústria. Além de presidir a FIEPB, é sócio da Mibra Minérios Ltda., conselheiro do SESI/PB e do Sindminerais/PB, e integra o Conselho Temático de Mineração da CNI.



Missão
No bate-papo com o jornalista Jackson Abrão, do jornal O Popular, Adriano da Rocha Lima disse que veio para Goiás para cumprir a missão dada pelo governador Ronaldo Caiado, que ele entende estar no seu estágio final e no momento de maior intensidade.

Elogios
Adriano, embora afirmando que esteja focado no objetivo de terminar sua missão em Goiás no ano que vem, não poupou elogios ao vice Daniel Vilela e a sua atuação política: "É uma excelente pessoa, trabalhador, jovem e muito bem intencionado".

Só morto
O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a afirmar que não vai indicar um sucessor para as eleições de 2026. "Não vou passar o bastão para ninguém. Só depois de morto", afirmou o liberal ao lado do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Calculista
Para analistas, ao afagar Bolsonaro, Tarcísio de Freitas adota uma estratégia política que reflete um jogo pragmático e calculista. Nos bastidores, o que se diz é que Tarcísio não almeja, de fato, uma anistia para Bolsonaro.

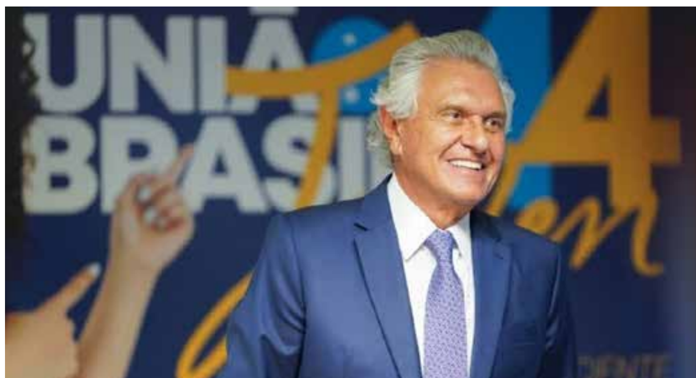
Críticas
Jair Bolsonaro vem recebendo críticas por sua insistência em manter uma candidatura que, na visão de aliados, não vai prosperar. A demora em escolher um sucessor pode custar a eleição do próximo ano, avaliam as lideranças.

Carta fora
A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), avalia que Bolsonaro é "carta fora do baralho", porque, segundo a emedebista, o ex-presidente será condenado e a sociedade está cansada dessa polarização.

Maioria
Com o voto antecipado do ministro Dias Toffoli, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para condenar a 5 anos e 3 meses de prisão a deputada Carla Zambelli (PL). A condenação também cassa o mandato da bolsonarista.

Motivo
Carla Zambelli responde ação penal pelo crime de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal. Na véspera do 2º turno das eleições de 2022, a deputada sacou e apontou uma arma para um homem no meio da rua, em São Paulo.

Pré-candidatura de Caiado resgata ideais da direita tradicional



Uma eventual candidatura do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (UB), à presidência representa, sobretudo, o resgate da direita genuína no Brasil, com uma proposta de unir forças políticas e um eleitorado que rejeita a polarização vigente. Caiado se apresenta como uma figura que pode transitar entre os campos da direita e do centro, sem cair na radicalização que marca boa parte do debate político atual. Do alto da sua condição de governador mais bem avaliado do Brasil, com aprovação em Goiás que chega a 86%, Caiado se apresenta com foco na pacificação do Brasil, com grande potencial para atrair aqueles que desejam superar os antagonismos ideológicos e ver o país retomar um caminho de estabilidade e diálogo. Exatamente por isso, o movimento do governador goiano enfrenta resistências, principalmente entre grupos ligados ao presidente Lula e entre os que ainda alimentam a esperança de herdar o espólio político do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esses setores apostam na radicalização como arma eleitoral. Contudo, essa estratégia parece ser um equívoco, considerando o cenário atual de fragmentação do bolsonarismo, o desgaste da extrema-direita e a queda livre da aprovação do governo Lula. A insistência de Bolsonaro em manter-se na disputa presidencial, mesmo sendo inelegível até 2030, reflete uma divisão interna que enfraquece a base bolsonarista. Nesse contexto, a pré-candidatura de Caiado se apresenta como uma alternativa moderada e pragmática, capaz de dialogar com diferentes segmentos da sociedade, atraindo aqueles que querem ver um Brasil pacificado e longe da polarização extremada, mantendo, entretanto, os princípios da direita tradicional.

Sem abalos
Ronaldo Caiado nega que esteja sofrendo pressões para suspender o lançamento da sua pré-candidatura, marcado para o próximo dia 4 de abril, em Salvador (BA), e atribuiu esse tipo de boato a pessoas próximas do governo Lula, que estariam incomodadas com a sua postura de oposição ao PT. "O debate político e o contraditório são pilares da democracia, e o país não pode adiar uma discussão séria sobre seu futuro", sustenta o governador goiano.

Vice na chapa de Daniel Vilela?
Um dos principais auxiliares do governo Caiado e com estreita ligação com o chefe do Executivo Estadual goiano, o secretário-geral de Governo Adriano da Rocha Lima desconversou quando perguntado se poderia integrar a chapa majoritária de Daniel Vilela (MDB) em 2026, na condição de candidato a vice. Segundo Adriano, isso ainda não foi conversado, mas assentiu com a avaliação de que sua presença no pleito representaria a continuidade do governo vitorioso de Caiado.



Novos prefeitos discutem projetos de captação de recursos

O deputado Paulo Cezar Martins (PL) recebeu, nesta terça-feira, 25, em audiências individuais, prefeitos de vários municípios goianos para debater a captação de recursos federais



Audiências, realizadas em dois turnos, mobilizaram diversos prefeitos

Redação

O deputado Paulo Cezar Martins (PL) recebeu, nesta terça-feira, 25, em audiências individuais, prefeitos de vários municípios goianos, a maior parte de sua base eleitoral. Com eles, Paulo Cezar discutiu as demandas das administrações municipais e a elaboração de projetos para captação de verbas federais.

As audiências, realizadas em dois turnos, mobilizaram diversos prefeitos. "Estamos ouvindo as demandas dos prefeitos e buscando soluções", afirmou Paulo Cezar, ao enfatizar que o plano de investimentos é fundamental para o sucesso das gestões.

O gabinete 303 ficou movimentado durante todo o dia, com a chegada de diversas caravanas vindas do interior do Estado. "É muito importante essa interação com os prefeitos, porque são eles, juntamente com os vereadores, os agentes políticos mais próximos da população", ressaltou.

Entre os que marcaram presença, estão os prefeitos: Wander Saraiva (Abadia), Fausto Caiado (Gouvelândia), Raphael Neto (Americano do Brasil), Wanderval Silva (Maurilândia), Altenias (Palestina), Jacó Rotta (Cabeceiras), Dr. Douglas Faria (Campinaçu), Lucas Machado (Itajá), Valtenir Gonçalves (Cezarina) e Neguinho do Areia (Baliza), dentre outros.

Assistentes educacionais da Prefeitura de Goiânia poderão ter isonomia salarial

Redação

O Plenário da Câmara aprovou, em primeira votação, nesta terça-feira (25), projeto que altera as Leis 9.128/2011 e 9.129/2011, relativas ao Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Trabalhadores Administrativos da Educação do Município e dos Servidores Administrativos do Município. De autoria do vereador Cabo Senna (PRD), a proposta visa à isonomia de vencimentos entre os assistentes administrativos da Prefeitura de Goiânia, equiparando os salários dos assistentes educacionais aos do quadro geral.

"A mudança tem como objetivo principal corrigir a disparidade salarial existente entre cargos que desempenham funções semelhantes, além de resolver o déficit de assistentes nas escolas e nos Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis)", afirmou o parlamentar.

De acordo com o projeto, será realizada alteração na carga horária dos assistentes educacionais, que passará a ser de oito horas diárias. Essa modificação permitirá a realocação dos servidores excedentes para outros órgãos da Prefeitura, o que contribuirá para economia nos gastos públicos e aumentará a eficiência da administração municipal.

"A medida é considerada não apenas justa e eficiente, mas também economicamente viável, pois, ao promover maior equidade entre os servidores e ao otimizar recursos disponíveis, a proposta beneficia toda a população goianiense, garantindo melhor atendimento nas escolas e nos Cmeis e fortalecendo a qualidade dos serviços públicos oferecidos à comunidade", disse Cabo Senna.

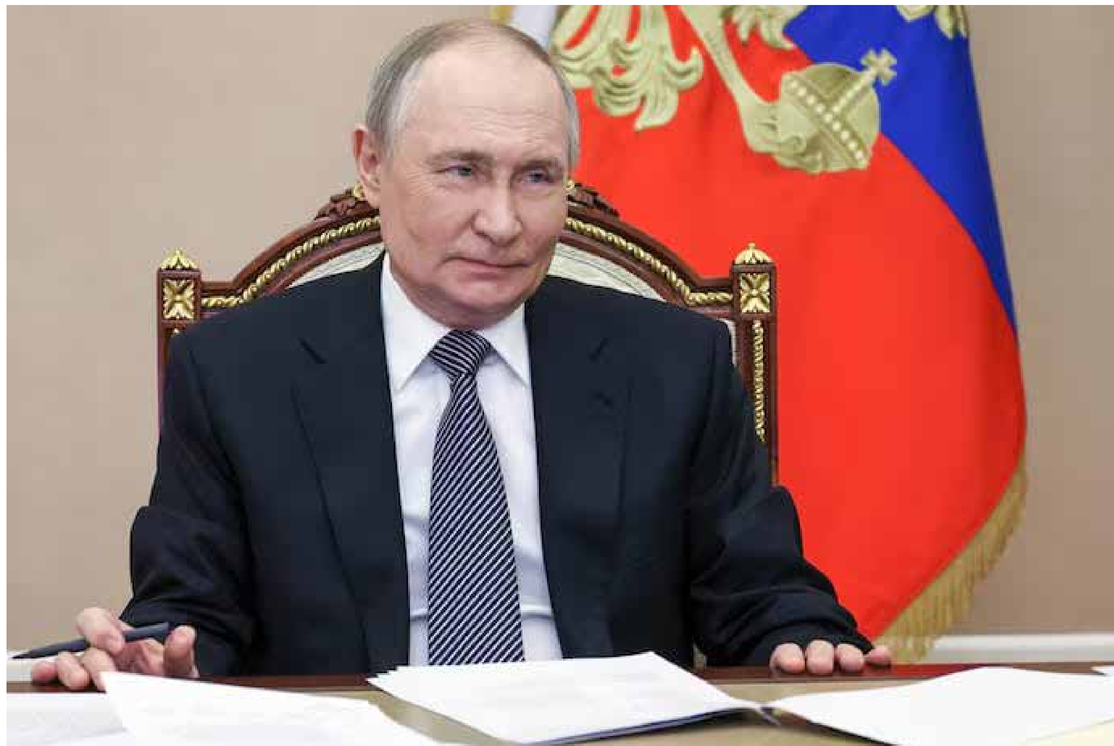
Rússia impõe condições para acordos de trégua no Mar Negro

Kremlin anuncia que os recentes acordos negociados, incluindo uma trégua no Mar Negro entre Kiev e Moscou, só entrarão em vigor após a suspensão das restrições ocidentais ao comércio de grãos e fertilizantes russos

Kremlin surpreendeu o cenário internacional nesta terça-feira ao anunciar que os recentes acordos negociados, incluindo uma trégua no Mar Negro entre Kiev e Moscou, só entrarão em vigor após a suspensão das restrições ocidentais ao comércio de grãos e fertilizantes russos.

O acordo, que visa garantir a segurança na navegação no Mar Negro, prevenir o uso da força e impedir a utilização de navios comerciais para fins militares, está agora condicionado a uma série de exigências russas. Moscou demanda a suspensão de sanções contra o banco agrícola Rosselkhozbank, o levantamento de restrições a produtores e exportadores de alimentos e fertilizantes, além do fim das sanções a companhias de seguros de cargas.

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO



Putin: acordo agora está agora condicionado a uma série de exigências russas

Adicionalmente, o Kremlin insiste na suspensão de restrições a transações financeiras comerciais e serviços portuários, bem como no fim das sanções a navios com bandeira russa envolvidos no comércio de alimentos e fertilizantes.

Os Estados Unidos, por sua vez, comprometeram-se a auxiliar na restauração do acesso das exportações russas de produtos agrícolas e fertilizantes ao mercado global, além de contribuir para a redução dos custos de seguro marítimo. Ambas as nações também planejam desenvolver medidas para implementar uma trégua de 30 dias nos ataques a infraestruturas energéticas em seus territórios, uma moratória anteriormente anunciada pelos presidentes Vladimir Putin e Donald Trump, mas que ainda não foi efetivamente aplicada.

No contexto internacional, Moscou e Washington expressaram apreço pelos esforços de "países terceiros" em apoiar os acordos sobre a Ucrânia. Chama a atenção o fato de que, até o momento, os países europeus permanecem à margem das discussões sobre a resolução do conflito.

Este desenvolvimento representa um passo significativo nas negociações entre Rússia e Ucrânia, mediadas pelos Estados Unidos. Contudo, a efetividade desses acordos dependerá da disposição do Ocidente em atender às demandas russas de suspensão de sanções econômicas, o que pode gerar novos desafios diplomáticos nos próximos dias.

Sarkozy está no centro de escândalo de corrupção

Ministério Público Financeiro de Paris acusa Sarkozy de ser o "verdadeiro mandante" de um pacto de corrupção com o falecido ditador líbio Muammar Kadhafi

Patrick de Noronha

Em um desdobramento chocante no cenário político francês, o ex-presidente Nicolas Sarkozy está no centro de um escândalo de corrupção que abala as estruturas do poder na França. O Ministério Público Financeiro de Paris acusa Sarkozy de ser o "verdadeiro mandante" de um pacto de corrupção com o falecido ditador líbio Muammar Kadhafi.

As alegações sugerem que Sarkozy teria orquestrado um esquema para financiar ilegalmente sua campanha presidencial de 2007 com dinheiro líbio. O promotor Quentin Dandoy argumenta que, embora Sarkozy não apareça diretamente nas negociações, ele enviou seus colaboradores mais próximos, Claude Guéant e Brice Hortefeux, para negociar o acordo em Trípoli.

Sarkozy, que mantém sua inocência, enfrenta acusações de corrupção, apropriação indébita de fundos públicos, financiamento ilegal de campanha e associação criminosa. Se condenado, o ex-presidente pode enfrentar até 10 anos de prisão e uma multa substancial, além da possível perda de seus direitos civis.

Casa Branca expõe segredos em grupo de Signal

Patrick de Noronha

Em um incidente surpreendente que levanta questões sobre os protocolos de segurança na Casa Branca, o editor-chefe da renomada revista The Atlantic foi inadvertidamente adicionado a um grupo de mensagens no aplicativo Signal, onde altos funcionários do governo discutiam planos militares sensíveis.

Jornalista Jeffrey Goldberg revelou em um artigo detalhado as conversas que testemunhou, incluindo discussões sobre ataques planejados contra os rebeldes Houthis no Iêmen. Entre os participantes do grupo estavam figuras proeminentes como o Secretário de Estado Marco Rubio e o Secretário de Defesa Pete Hegseth.

A porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, tentou minimizar o impacto da falha, afirmando:

"Nenhum 'plano de guerra' foi discutido e nenhuma informação classificada foi enviada na discussão".

Leavitt também informou que a Casa Branca está investigando como o número de Goldberg foi adicionado por engano ao grupo de discussão.

O incidente gerou críticas de diversos setores políticos. O líder da minoria democrata no Senado, Chuck Schumer, classificou o vazamento como "um dos mais impressionantes em muito, muito tempo".

Enquanto isso, o ex-presidente Donald Trump, quando questionado sobre o assunto, declarou: "Não sei nada sobre isso".



Karoline Leavitt, porta-voz da Casa Branca, tenta minimizar o impacto da falha no sistema de segurança

DM 45 ANOS

4 em cada 10 casas no Brasil têm só moradores negros, mostra estudo

Dados têm como base os últimos dez anos da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2012 a 2023

Folhapress

O número de residências formadas exclusivamente por pessoas negras subiu entre 2012 e 2023. Agora, a cada 10 casas, 4 são formadas apenas por moradores pretos e pardos, segundo pesquisa recente divulgada pelo Cedra (Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais). Também de acordo com o levantamento, o número de domicílios mistos caiu no mesmo período.

Os dados têm como base os últimos dez anos da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2012 a 2023.

No primeiro ano analisado pelo Cedra, o número de lares com e sem a presença de pessoas negras era mais equilibrado. Em 2012, 36,2% das casas eram compostas exclusivamente por pretos e pardos, outras 36,7% não tinham nenhum morador negro e 27,1% dos domicílios eram mistos, com pessoas negras em convívio com outros grupos raciais.

Uma década depois, o número de lares mistos oscilou para baixo. A pesquisa aponta que, em 2023, 23,6% das casas tinham moradores negros, brancos e de outros grupos raciais morando juntos. A proporção de residências sem nenhum preto ou pardo também diminuiu e foi para 34%. Por outro lado, o número de casas formadas exclusivamente por habitantes negros subiu para 42,4%.

Para Cristina Lopes, diretora executiva do Cedra, o fenômeno está relacionado ao aumento do número de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas no Brasil.

Políticas públicas

O avanço das políticas públicas e a popularização do letramento racial nos últimos anos têm como efeito a ruptura de discursos que atribuíam características negativas aos negros ao longo da história. Isso tem mudado a forma como os brasileiros se percebem e se afirmam, explicou a diretora.

"Quando você vê sua identidade racial de forma positiva, você não rechaça a possibilidade de se relacionar com alguém da mesma raça", disse Lopes.

Uma das consequências seria a formação de lares afrocentrados, termo usado para designar uma união afetiva entre pessoas negras. O aumento da proporção desse modelo de relacionamento acontece apesar dos índices de desigualdade de renda no Brasil.

O estudo do Cedra mostra que em 2012 a renda média por moradores de lares exclusivamente negros representava apenas 44,4% da renda média dos lares sem moradores pretos ou pardos. Dez anos depois, em 2023, o índice era de 46,9%.

Os pretos e pardos são apontados como responsáveis em 64,2% das casas que recebem, em média, até um salário mínimo por morador de 2012 a 2023. Na outra ponta, os brancos são responsáveis em 55,8% das casas que recebem, em média, acima de um salário mínimo por morador.


Fenômeno estaria relacionado ao aumento do número de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas no Brasil

Domicílios mistos

Domicílios mistos também têm uma renda média por morador superior às casas apenas com negros, mas com uma discrepância menor. Em 2012, o valor era de R$ 743,84 ante R$ 694,74, respectivamente. Uma década depois, R$ 1.676,65 ante R$ 1.517,00, respectivamente.

A concentração de renda em famílias formadas apenas por membros brancos pode ser explicada por um padrão de comportamento mantido por esses grupos, segundo Gabriela Bacelar, doutoranda em antropologia social pela USP (Universidade de São Paulo).

"As elites se conservam historicamente como endogâmicas, ou seja, os casamentos acontecem entre famílias brancas, que geralmente compartilham vizinhança com outras famílias brancas. Isso também acontece nas relações de amizade e de trabalho, principalmente nos postos mais avançados", apontou.

Por isso, a noção de mestiçagem no Brasil "é mais verdadeira para classes populares do que para elite", afirma Bacelar.

Ainda de acordo com a antropóloga, a redução da proporção de lares inter-raciais no país pode ser relacionada com a alta de pessoas morando de aluguel —o Censo de 2022 revelou que cerca de 42,2 milhões de habitantes vivem nessa condição.

"Geralmente, quem mora de aluguel tem pelo menos um filho, e essa pessoa costuma ser uma mãe" explicou. "Ela e o filho podem ser de raças diferentes, mas a tendência é menor. A percepção da interracialidade é produzida, na maioria das vezes, em relação ao parceiro."

Responsáveis por domicílios

De acordo com o levantamento do Cedra, homens eram maioria entre os responsáveis por domicílios em 2012 (64,2%). Em 2023, as mulheres passaram a ser maioria (51,8%), sendo as mulheres negras o maior grupo, com aumento de 10,8 pontos percentuais no período.

Nesse caso, fatores como o abandono paterno e a violência doméstica podem contribuir para a formação desses lares, de acordo com as especialistas. As mulheres brancas responsáveis pela residência aumentaram 4,7 pontos percentuais no período, enquanto homens brancos diminuíram 10,1 pontos percentuais, е os homens negros, 6 pontos percentuais.

Bacelar também apontou uma outra explicação para a queda de lares racialmente mistos: o aumento de casas com apenas um morador. O último recenseamento mostrou cerca de 13,7 milhões de endereços com essa configuração.

Teto de juros do consignado do INSS subirá para 1,85%

Agência Brasil

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagarão mais nas futuras operações de crédito consignado. Por 12 votos a 1, o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprovou nesta terça-feira (25) o novo limite de juros de 1,85% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,05 ponto percentual maior que o limite atual, de 1,8% ao mês, nível que vigorava desde o início de janeiro. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado foi mantido em 2,46% ao mês.

Propostas pelo governo, as medidas entram em vigor cinco dias após a instrução normativa ser publicada no Diário Oficial da União, o que ocorrerá nos próximos dias. Os bancos haviam pedido a elevação do teto para 1,99% ao mês. O governo proporia um teto de 1,88% ao mês, mas desistiu da ideia para apoiar a proposta da Confederação Nacional do Comércio (CNC), de teto de 1,85%.

A justificativa para o aumento foram as altas recentes na Taxa Selic, que define os juros básicos da economia. Desde janeiro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou os juros básicos de 12,25% para 14,25% ao ano. Por causa dos juros maiores, diversos bancos pararam de conceder crédito consignado, alegando inviabilidade das operações com o teto atual.

Apenas o representante dos bancos votou contra a medida, alegando descompasso entre os juros do consignado e a realidade do mercado financeiro. As instituições financeiras pediam teto de 1,99% ao ano para permitir a retomada plena das concessões. Uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 2021 determina a viabilidade econômica da concessão de crédito consignado ao INSS.

Com o novo teto, os bancos oficiais poderão continuar ou voltar a emprestar pela modalidade. Segundo os dados mais recentes do Banco Central (BC), referentes à última semana de fevereiro, o Banco da Amazônia cobrava 1,84% ao mês, percentual acima do teto e, portanto, sem emprestar; já a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, 1,8% ao mês.

Quando a taxa média está acima do teto atual de 1,8% ao mês, essas taxas, na prática, significam que as instituições suspenderam a oferta desse tipo de crédito. O levantamento do BC considerava apenas a alta da Taxa Selic em janeiro, sem considerar a elevação em março.

Impasse

Em agosto de 2023, quando o Banco Central começou a cortar a Selic, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, havia dito para a pasta acompanhar o movimento e propor reduções no teto do consignado à medida que os juros baixarem. Durante o ciclo de baixa dos juros básicos, o CNPS reduzia o teto do crédito consignado aos segurados do INSS.

Com novo início de ciclo de alta da Selic em setembro do ano passado, o aumento do teto dos juros do consignado não acompanhou a evolução da taxa básica.

Donos da Clínica Karine Gouveia são indiciados em nove crimes

Casal que mantinha uma clínica de alto luxo em Goiânia, e que foram denunciados por provocar deformidades em mais de 70 pacientes que passaram por procedimentos estéticos, responderão por nove crimes, maioria deles graves

Áulus Rincon

Responderão por nove crimes, maioria deles graves, o casal que mantinha uma clínica de alto luxo em Goiânia, e que foram denunciados por provocar deformidades em mais de 70 pacientes que passaram por procedimentos estéticos. A princípio, Karine Gouveia, 34, e o marido dela, Paulo Cesar Dias, 44, aguardarão pelo julgamento na cadeia.

Ao falar sobre a conclusão do inquérito, o delegado Daniel José de Oliveira, da 4ª Delegacia Distrital de Goiânia, disse que as provas obtidas durante os quase seis meses de investigações são robustas, e não deixam dúvidas de que eles foram os responsáveis diretos por lesões provocadas em pelo menos 28 pacientes. Além do casal, 10 pessoas que trabalhavam na clínica de estética Karine Gouveia, ou prestaram algum tipo de serviço, também foram indiciados em alguns crimes, mas responderão em liberdade.

Com a conclusão do inquérito, que ouviu centenas de pessoas, Karine e Paulo César Dias terão que responder, agora na justiça, por organização criminosa, exercício ilegal da medicina, lesão corporal gravíssima, fraude processual, falsidade ideológica, corrupção ou adulteração de produtos farmacêuticos, estelionato, propaganda enganosa, e execução de serviço de alto grau de periculosidade. Nos crimes de estelionato e lesão corporal gravíssima, o casal responderá, cada um, por lesar, ou promover sequelas em 28 vítimas.



A princípio, Karine Gouveia, 34, e o marido dela, Paulo Cesar Dias, 44, aguardarão pelo julgamento na cadeia

Na cadeia

Karine e o marido estão presos preventivamente desde o último dia 12 de março. A defesa do casal não foi localizada, para comentar sobre a conclusão do inquérito, mas o espaço está aberto, caso queiram se pronunciar. As identidades dos outros 10 indiciados não foram reveladas.

Brasil registra 1.450 feminicídios em 2024, 12 a mais que ano anterior

Agência Brasil

Dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam) 2025, lançado pelo Ministério das Mulheres, nesta terça-feira (25), em Brasília, apontam que, em 2024, foram registrados 1.450 feminicídios e 2.485 homicídios dolosos (com a intenção de matar) de mulheres e lesões corporais seguidas de morte.

Os registros representam uma diminuição de 5,07% em todos os casos de violência letal contra as mulheres, em relação aos registros de 2023, quando foram contabilizados 1.438 casos de feminicídio e outros 2.707 casos de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte de mulheres.

Ainda sobre formas de violência contra as mulheres, o relatório anual mostra que o Brasil registrou o equivalente a 196 estupros por dia, em 2024, o que totalizou 71.892 casos de estupro de mulheres em todo o ano passado. Apesar do alto número de registros, houve uma queda de 1,44% em relação ao ano de 2023.

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, explica que a queda nos números da violência de gênero é reflexo dos esforços das políticas públicas, da mobilização nacional pelo feminicídio zero, de debates nacionais e da mudança de comportamento sobre a hora de intervir nos casos de violência.

"Isso significa que alguém está intervindo antes que o fato aconteça, que alguém está tomando uma iniciativa. É disso que nós precisamos: de uma sociedade que não se cale, que não diga que isso é só responsabilidade do Estado. Prioritariamente, é do Estado, mas é de toda a sociedade o papel de intervir, de ligar, de orientar e de falar sobre."

Segundo os registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan/MS), nos casos de violência contra mulheres adultas (20 a 59 anos), 60,4% foram contra mulheres pretas e pardas, enquanto 37,5% contra mulheres brancas. De acordo com o Ministério das Mulheres, os dados evidenciam a sobreposição de vulnerabilidades para mulheres negras.

Em 76,6% dos registros de violências domésticas, sexual e/ou outras violências contra mulheres, o agressor é do sexo masculino. E a residência é um local de maior risco para as mulheres, porque é onde ocorrem 71,6% das notificações, como registrou o Sinam/MS, em 2023.

Políticas públicas

Durante a divulgação do relatório Raseam 2025, a ministra Cida Gonçalves enfatizou que o enfrentamento à violência contra mulheres, crianças e adolescentes passa pelo fortalecimento das políticas públicas.

"Agora, o desafio é como manter o processo de diminuição [da violência]. Isso não significa que é para a gente se aquietar. Mas, significa que o que nós fazemos, com um pouco de recurso que nós temos, nós temos dado mensagens e obtido resultados", diz Cida Gonçalves.

País aumenta reciclagem de embalagens em 14%

Folhapress

O Brasil reciclou 410 mil toneladas de embalagens PET em 2024, montante 14% superior às 359 mil toneladas recicladas 2022, segundo a 13ª edição do Censo da Reciclagem do PET no Brasil, divulgado pela Associação Brasileira da Indústria do PET (Abipet)

Apesar do resultado positivo, a entidade ressalvou que a falta de políticas públicas de coleta seletiva dificulta a destinação correta das embalagens descartadas pelos consumidores, o que está gerando ociosidade no setor.

"As empresas recicladoras chegam a atuar com uma ociosidade média de 23%, chegando a picos de até 40%", destaca o presidente da Abipet, Auri Marçon. "Com isso, a indústria de reciclagem do PET está chegando no seu limite, por não ter a matéria-prima necessária para seus processos produtivos, ao mesmo tempo em que toneladas de embalagens são destinadas aos aterros comuns ou descartadas incorretamente no meio ambiente", acrescenta.

De acordo com o censo, em 2024, o principal destino da resina reciclada das PETs – 37% do total – foi a fabricação de uma nova embalagem, utilizada principalmente pela indústria de água, refrigerantes, energéticos e outras bebidas não alcoólicas. O setor têxtil vem em segundo lugar, com um consumo de 24% da resina reciclada, seguido pela indústria química (13%), lâminas e chapas (13%), e fitas de arquear, utilizadas em empacotamento e fechamento de caixas (10%).



Apesar do resultado positivo, a entidade ressalvou que a falta de políticas públicas de coleta

DM Revista

EDITOR DMREVITSA
MARCUS VINÍCIUS **BECK**
mvbeck20@gmail.com

diariodamanhaoficial
diariodamanha
dmtvgoiania

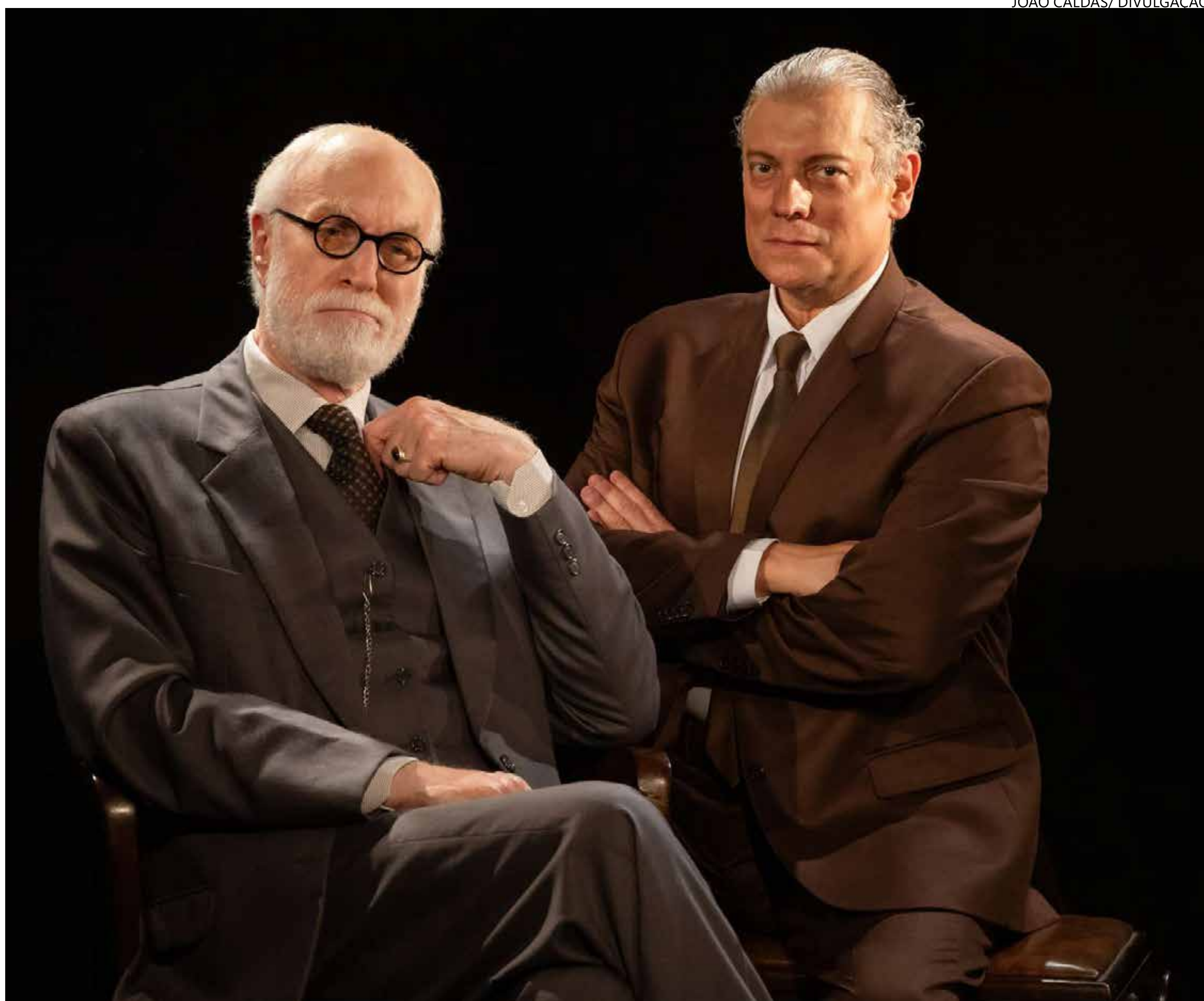
ARTES CÊNICAS

A última sessão de Freud

Peça teatral põe em confronto as ideias de dois intelectuais essenciais para o século 20, no Teatro Goiânia, neste fim de semana. Espetáculo se baseia no livro "Freud´s Last Session", publicado por autor norte-americano

Marcus Vinícius Beck

JOÃO CALDAS/ DIVULGAÇÃO



Odilon Wagner e Marcello Airoldi interpretam, respectivamente, o psicanalista Sigmund Freud e o escritor C.S Lewis

Assim que se abrem as cortinas, um cenário detalhista se reproduz diante dos nossos olhos. Sigmund Freud, o pai da psicanálise, está em seu gabinete. Ateu, ele recebe o escritor C.S Lewis, há pouco convertido ao cristianismo, para um debate que coloca "Deus em questão" .

Somos levados a 1939. Parece que retornamos às formas pretéritas do teatro dramático. Todavia, não devemos compreender o espetáculo por esse viés. "A Última Sessão de Freud", em cartaz no Teatro Goiânia neste fim de semana, é sobretudo um confronto de ideias.

Para Freud, as ações humanas nascem no inconsciente. A consciência, na visão do psicanalista, seria a ponta de iceberg, ao passo que a faceta submersa se constituiria por pulsões sexuais, impulsos agressivos e sentimentos relegados pela nossa cultura. Os desejos reprimidos se manifestariam nos sonhos, nem sempre entendíveis ou identificáveis.

O ator Odilon Wagner, que vive Freud na peça, revela ao **DM** que a filha do psicanalista sugeria leitura das correspondências do pai como meio para decifrá-lo. "Ele era ateu, mas se correspondia e dialogava com religiosos de diversas correntes, estudava os livros sagrados para justamente poder dialogar com mais propriedade e respeitava as opiniões diferentes."

A psicanálise, na medida em que estudara a psique humana, sistematizou durante o século 20 reflexões que possibilitaram à humanidade entender melhor a si mesma tendo como eixo um conceito-chave, o inconsciente. Ou seja, para Freud, sua teoria se dedica a investigar "os processos mentais que de outra forma seriam inacessíveis ao conhecimento humano".

Cristão racionalista

Lewis, por sua vez, se sabia cristão. Embora seja conhecido do público brasileiro pelo romance "As Crônicas de Nárnia", o autor foi um profícuo ensaísta. Nesses textos, nos quais exibia prosa azeitada e cristã, adotava postura reflexiva e filosófica. Possuía, no entanto, outros dois eixos temáticos: crítica literária e produção teórica, criação de textos literários.

Intérprete de Lewis em "A Última Sessão de Freud", o ator Marcello Airoldi define o pensamento desenvolvido pelo autor célebre como "fundamental". "C.S Lewis apresenta uma visão do cristianismo que não é maniqueista, pois amplia os pontos de vista", analisa o artista, que ingressou na peça em 2024 — pelo menos 130 mil pessoas já assistiram-na.

Filho de pai advogado e mãe professora de matemática, o escritor irlandês cresceu em um lar protestante. Na adolescência, como que se opondo a esse arranjo familiar um tanto conservador, questionava dogmas religiosos e, assim, assumiu-se ateu. Sua literatura, nos primeiros livros, revelava certa predileção por mitologia, ocultismo e cultura nórdica.

"A Última Sessão de Freud" põe em confronto as ideias de Freud e Lewis. Sob direção do dramaturgo Elias Andreato, a peça se baseia no livro "Freud´s Last Session", publicado pelo autor Mark St., em 2010. O pai da psicanálise, como se sabe, é vivido na trama por Odilon Wagner, enquanto o crítico ressurge nos palcos a partir do já mencionado Marcello Airoldi.

Ao falar com o **DM**, em certa altura, Wagner coloca Freud dentre "grandes gênios do século 20". O ator lembra que, além de toda sua obra psicanalítica, o intelectual austríaco escrevia sobre temas de interesse humanitário. "Foi indicado 12 vezes ao prêmio Nobel, inclusive de literatura. Foi um homem que viveu com uma intensidade impressionante", salienta.

"Esse mergulho profundo a que se dedicava em tudo que fazia, é uma das coisas que mais aprendi a admirar em Sigmund Freud", externa o artista de 83 anos, dizendo ser incomum na carreira cênica interpretar personagem "tão potente" quanto Freud. "Precisei mergulhar em sua história, em suas ideias, em seus valores, para poder representá-lo sem caricatura."

Embate de ideias

Durante o diálogo imaginado entre Freud e Lewis, Freud, crítico da crença religiosa, e C.S. Lewis, renomado professor de Oxford, crítico literário, ex-ateu e adepto da fé racionalista, debatem o dilema entre ateísmo e crença em Deus. O embate ficcional entre os dois intelectuais se estende ainda para assuntos como sentido da vida, sexo e relações humanas.

Nessa perspectiva, Airoldi classifica a criação literária de Lewis como "muito aguçada". "Ele vasculha os campos da intuição do leitor, do raciocínio do leitor, da filosofia. Então, é um autor muito amplo, muito rico nesse sentido, acho que por isso ele é fundamental", afirma.

Em tempos de intolerância — como esses que vivemos —, "A Última Sessão de Freud" instiga o público a comparar períodos históricos. Freud, morto em 1939, estava exilado na Inglaterra após ter fugido da perseguição nazista, em meio à eclosão da Segunda Guerra Mundial na Europa. "São dois homens no limite, sabendo que Hitler poderia bombardear Londres a qualquer minuto", disse Andreato numa entrevista.

A ÚLTIMA SESSÃO DE FREUD
De sexta a domingo
Às 20h, às 20h e às 17h
Teatro Goiânia
A partir de R$ 100



Etiqueta

Adelita Costa

Comunicação não verbal ao redor do mundo

Silêncio como forma de expressão, em diferentes culturas, transmite respeito, reflexão, concordância e até discordância



Dominar a arte de interpretar o silêncio pode ser a chave para interações interculturais

Etiqueta internacional, quando o silêncio fala. A comunicação vai além das palavras. Gestos e expressões faciais, que muitas vezes fazemos de forma inconsciente, podem ter significados diferentes em outras culturas. Em um mundo onde a comunicação verbal é supervalorizada, o silêncio muitas vezes é subestimado. Em diversas culturas, o silêncio carrega um peso significativo, transmitindo respeito, reflexão, concordância ou até discordância. Dominar a arte de interpretar o silêncio pode ser a chave para interações interculturais mais eficazes e harmoniosas.

Pesquisar o significado dos gestos mais comuns no país que você pretende visitar é crucial. Um simples polegar para cima, sinal de aprovação no Ocidente, é considerado um insulto em algumas partes do Oriente Médio.

Silêncio no Japão. No Japão, o silêncio é valorizado como um sinal de respeito e consideração. Em reuniões de negócios, por exemplo, um período de silêncio pode indicar que os participantes estão ponderando cuidadosamente a proposta. Interromper esse silêncio pode ser visto como rude e impaciente. Seja paciente e permita que o silêncio preencha o espaço. Ele pode ser tão informativo quanto as palavras.

Comunicação silenciosa na Finlândia. Na Finlândia, o silêncio é frequentemente interpretado como um sinal de conforto e confiança. Os finlandeses valorizam a introspecção e não sentem a necessidade de preencher cada momento com palavras. O silêncio compartilhado é um sinal de que existe um entendimento mútuo. Não se sinta obrigado a quebrar o silêncio. Aprecie a companhia silenciosa e deixe a conversa fluir naturalmente.

Silêncio no Egito. Nas negociações egípcias, o silêncio pode ser uma ferramenta estratégica. Ele pode indicar que a pessoa está considerando cuidadosamente a proposta, ou, inversamente, pode sinalizar um desacordo silencioso. É crucial observar a linguagem corporal e o contexto para interpretar o significado do silêncio. Preste atenção aos sinais não verbais. Se o silêncio for acompanhado de uma expressão facial fechada ou de braços cruzados, pode ser um sinal de discordância.

Pausa silenciosa na França. Na cultura francesa, as pausas silenciosas são utilizadas para permitir a reflexão e para enfatizar pontos importantes durante conversas e debates. Essas pausas ajudam a dar ritmo à conversa e a criar um impacto maior. Use pausas estratégicas para dar ênfase aos seus pontos e permitir que os outros reflitam sobre o que você disse.

O silêncio nas culturas indígenas norte-americanas. Nas culturas indígenas norte-americanas, o silêncio é uma ferramenta de escuta ativa e respeito. Ele permite que a pessoa que fala se expresse plenamente, sem interrupções, e que a pessoa que ouve absorva completamente a mensagem. Pratique a escuta ativa e use o silêncio para demonstrar respeito e atenção.

Silêncio na Suécia. Na Suécia, o silêncio é parte integrante da comunicação diária. Ele reflete conforto, introspecção e um respeito pela individualidade. Não é visto como constrangedor, mas sim como uma forma natural de interação. Aceite o silêncio como uma parte normal da interação. Não se sinta na obrigação de preencher cada momento com palavras, e aproveite a oportunidade para a introspecção.

Exemplos práticos:

Japão. Em uma reunião de negócios no Japão, espere um período de silêncio após apresentar sua proposta. Não se precipite em preencher o silêncio com mais informações, pois isso pode ser interpretado como impaciência.

Finlândia. Ao conversar com um finlandês, não se sinta na obrigação de manter um fluxo constante de palavras. Desfrute da companhia silenciosa e deixe a conversa evoluir naturalmente.

Negociação no Egito. Observe atentamente a linguagem corporal do seu interlocutor durante os momentos de silêncio. Isso pode fornecer pistas sobre suas verdadeiras intenções.

Dominar a arte de interpretar e usar o silêncio é uma habilidade valiosa.

Arquivo Histórico Estadual celebra mulheres goianas

Programação inclui exposições de imagens e textos, além de apresentação da Orquestra de Violeiros de Goiás

SECULT/ DIVULGAÇÃO



Espaço se localiza na praça Pedro Ludovico Teixeira, em Goiânia

Ricardo Vinícius

Em comemoração ao mês da mulher, a Secretaria de Estado da Cultura (Secult) realiza na próxima quinta, 27, às 9h, o projeto "Homenagem às Mulheres Goianas no Arquivo Histórico Estadual". O evento ocorrerá no pátio da unidade.

A iniciativa celebra e resgata a memória das pioneiras que desempenharam relevantes papéis na preservação da história goiana, destacando as trajetórias inspiradoras das primeiras diretoras do Arquivo, Marilda de Godoy Carvalho e Maria Carmem Lisita.

O evento pretende valorizar essas figuras históricas e promover uma atividade educativa que envolva a comunidade. A programação inclui intervenções teóricas, exposições de imagens e textos, e uma apresentação artística da Orquestra de Violeiros de Goiás.

De forma geral, a ação visa transformar o Arquivo Histórico em um espaço ativo de conhecimento e reflexão, convidando todos a se engajar e celebrar essas trajetórias. Após a exposição, todo o material será incorporado ao acervo do Arquivo Histórico, assegurando que as contribuições dessas mulheres continuem a inspirar futuras gerações.

O projeto "Homenagem às Mulheres Goianas" promove uma reflexão coletiva sobre a importância da memória e do patrimônio goiano, especialmente no que diz respeito às contribuições das mulheres, frequentemente relegadas ao espaço privado. Marilda e Carmem, apesar de seus significativos feitos, são sempre lembradas apenas em suas funções familiares, uma realidade que o projeto busca mudar.

Arquivista se dedicou ao patrimônio goiano

Marilda de Godoy se destaca como a primeira arquivista profissional de Goiás e diretora do Arquivo Histórico Estadual por muitos anos. Sua trajetória dedicada ao patrimônio arquivístico goiano foi crucial para a consolidação do Arquivo, onde atuou até o final da década de 1980. O evento contará com a participação de duas filhas de Marilda, que compartilharão suas memórias e experiências sobre a vida e o legado da mãe.

Por sua vez, Maria Carmem Lisita, historiadora e pesquisadora dedicada, destacou-se como diretora do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, onde trabalhou por muitos anos. Pioneira na preservação da memória goiana, integrou o arquivo desde os anos 1970.

Junto com Marilda de Godoy Carvalho e Mary Yazigi, ela contribuiu para a formação de um acervo valioso, essencial para pesquisadores. Sua paixão pela memória cultural e pelas tradições goianas deixou um legado significativo.

Sob o guarda-chuva da Secult, o Arquivo Histórico Estadual de Goiás se dedica à preservação e promoção da memória e do patrimônio do estado, oferecendo um espaço para pesquisa e reflexão sobre a história goiana.

DM 45 ANOS



Geleia Geral

LUIZ AUGUSTO **PAMPINHA** *LUIZAUGUSTOPAMPINHA@GMAIL.COM*

DIVULGAÇÃO



RAFAELA LIMA, modelo e influencer, 23 anos, bela e sedutora

Leitura Dinâmica

Que o Senhor abençoe nossos caminhos, guie nossos passos, proteja quem amamos e seja nossa companhia nesta quarta-feira.

Apesar de reunir o maior acervo em Art Déco de todo Brasil, o centro de Goiânia está num processo de depreciação.

Se vencer o Villa Nova, domingo, Ângelo Luiz, 53 anos, técnico do Anápolis, será campeão goiano de 2025

Bolsonaro dificilmente escapará da Justiça, a não ser por asilo ou fuga.

"Na vida é preciso ter coragem para ser diferente e muita competência para fazer a diferença" - Raul Seixas

Sem banheiros públicos, na hora do aperto, o jeito é encostar no muro ou se esconder no lote vago.

Técnico Jair Ventura demitido pelo Goiás.

O uso de camisinha devia ser obrigatório. Tem muita gente feia que não merece multiplicar.



Flávio **Ricco**

Colaboração: **José Carlos Nery**

SBT só tem o The Voice confirmado para este ano

A direção do SBT, em relação aos próximos tempos, não pretende tomar decisões precipitadas antes de se debruçar em estudos e analisar cuidadosamente as consequências de cada passo.
A ordem, para todos os fins e efeitos, é trabalhar em bases seguras, os pés bem no chão e diminuir ao mínimo possível toda e qualquer margem de risco.
E é bem por aí que algumas decisões estão sendo tomadas. E, outras, ainda não. Terão que esperar.
Por exemplo, o "The Voice" está mesmo confirmado para este ano, com espaço na grade já reservado para exibições entre outubro e dezembro.
Mas, o mesmo, ainda não se pode dizer sobre o reality show de confinamento e a volta do "Vem pra Cá". Ambos, muito provavelmente, só em 2026.
Existe, sim, o desejo de fazer os dois também sob a direção do Boninho, mas as decisões a respeito só serão tomadas após a conclusão de todas as análises possíveis, entre capacidade financeira e de produção. Por enquanto, é o que há.

TV Tudo

Quase lá
Depois de aparecer como repórter da Porsche Cup, Cris Dias está bem próxima de ser anunciada como nova apresentadora do Paramount+. Está por detalhes. Informa-se, inclusive, que a sua estreia já poderá acontecer no jogo exclusivo, Melgar e Vasco, da Sul-Americana, no dia 2 de abril.

Pedra em cima
Em determinado momento de um passado não tão distante, magoada com algumas brincadeiras que Silvio Santos teria feito, Xuxa chegou a prometer que nunca mais pisaria no SBT. Ao que parece, isso foi esquecido. As suas relações com a casa nunca estiveram tão próximas. E com chances de ficarem mais próximas ainda.

Cruzada
Marcelo de Carvalho, um dos donos da Rede TV!, gravou e distribuiu um vídeo falando da campanha do prefeito de Val di Zoldo, do norte da Itália, contra o reconhecimento da cidadania para ítalo-brasileiros. Problema causado muito pela demora dos consulados e a quantidade de pedidos pela justiça. Com clareza, e delicadeza também, Marcelo aponta os equívocos em torno desta iniciativa e dos benefícios que aquele país poderá alcançar, se todo este processo for conduzido de outra forma e maior compreensão.

Humor
A Fábrica, produtora responsável pela série "Vai que Cola", acertou a contratação de Gabriela Moreyra para a nova temporada do programa. A sua personagem, Joyce, é irmã de Jessica (Samantha Schmutz), e chega para reivindicar 50% da pensão.

Derivado
"O Senhor e a Serva", spin-off de "Paulo, o Apóstolo", com exibição na Record, terá Dudu Pelizzari e Nathalia Florentino nos principais papéis e direção de Guga Sander. Pré-produção em curso e início de gravações confirmado para a metade de maio.

Rádio
As duas rádios do Grupo Bandeirantes, AM e BandNews, também já têm assegurados os direitos de transmissão do Mundial de Clubes. A competição será disputada nos Estados Unidos entre os dias 15 de junho e 13 de julho.

Uma bronca
Na Bandeirantes, todo novo produto da TV, seja aberta ou fechada, é sempre devidamente promovido na programação das rádios – caso, agora, do "Galvão e Amigos". Só que a recíproca... A reclamação é que as novidades desses veículos, mudanças ou eventos, são praticamente ignorados pela TV.

Off do off
Sobre a Série B, a informação é que "algumas formalizações ainda estão acontecendo", mas que, a qualquer momento, serão anunciados os detentores dos direitos. Tem que aponte a Rede TV! como barbada e "paga 10" na TV aberta.

Acelera aí
"Dona de Mim", substituta de "Volta Por Cima", agora está com um ritmo mais puxado de gravações. Seu primeiro capítulo será exibido no dia 28 de abril.

Embaixadora
Eliana é a mais nova embaixadora e apresentadora do "Especial Led", que mapeia e reconhece as práticas educacionais que estão transformando a educação no Brasil. O programa terá exibição na Globo no dia 17 de abril.

C´est fini
Lucas Guimarães, Kevinho e Priscila Evellyn serão os convidados de Virginia Fonseca no programa do próximo sábado no SBT. Que tem a estreia do quadro 'Sabadou Tem Que Beijar'.

STREAMING

Série vira hit ao mostrar rede de ódio às mulheres

Com quatro episódios, produção da Netflix retrata 'manofesra', ambiente virtual povoado por homens que culpam mulheres por fracasso sexual em suas vidas

Folhapress

NETFLIX/ DIVULGAÇÃO



'Adolescência traz história do menino Jaime, 13, vivido pelo ator Owen Cooper

A série "Adolescência", a mais vista do momento na Netflix, trouxe à tona um tema que preocupa cada vez mais pais e professores: a "manosfera", uma rede digital que prega ódio às mulheres. Com quatro episódios, a produção traz a história de Jaime, menino de 13 anos nascido na Inglaterra que matou um colega de escola a facadas.

Na série, um policial percebe que não entende o vocabulário utilizado pelos adolescentes que investiga. É seu filho quem lhe apresenta termos como "incel" — celibatários involuntários, os homens que culpam as mulheres por seu fracasso sexual.

Ele também aprende o significado de emojis usados pelos adolescentes. Alguns exemplos são a figura de comprimido, símbolo dos "red pill" (referência à pílula que revela a verdade em "Matrix"), e o emoji de "100" -referência à teoria 80/20.

Teoria tem origem na economia. Também conhecida como Princípio de Pareto, a teoria 80/20 descreve um padrão observado no século 19 pelo italiano Vilfredo Pareto: segundo ele, na época, 20% dos italianos detinham 80% da riqueza.

Com o tempo, percebeu-se que essa mesma distribuição se repetia em outros países e até em outras áreas: por exemplo, no comércio costuma dizer-se que 80% da renda vem de 20% dos clientes. O princípio, então, passou a descrever qualquer cenário em que 80% dos efeitos vêm de 20% das causas.

Incel

Ignorando que mulheres não são um bem a ser adquirido, os influenciadores incel aplicaram o conceito aos relacionamentos. Segundo essa ideologia, 80% das mulheres só se interessam por 20% dos homens — fração da qual os celibatários involuntários acreditam não fazerem parte. Os adeptos dessa filosofia, então, voltam seu ressentimento contra as mulheres (e não contra os homens que, segundo eles, detêm a maior parte da atenção feminina).

Na série, assim como na vida real, adolescentes veem nessa ideologia uma validação para sua baixa autoestima. Quando o policial questiona como o protagonista Jamie (Owen Cooper) pode ser celibatário involuntário com apenas 13 anos, seu filho explica que, dentro dessa filosofia, as características não são fluidas.

Ou seja, diz ele, se não atrai mulheres aos 13 anos, ele nunca vai atraí-las naturalmente: "Você precisa enganar as mulheres, porque nunca vai consegui-las de um jeito normal".

DIVULGAÇÃO



Depardieu admite linguajar 'sujo'

Gerárd Depardieu (foto), 76, passou por julgamento pela acusação de abuso sexual.

O ator francês é acusado por mais de 20 mulheres. Na terça-feira, 25, ele foi levado a julgamento.

Em sua defesa, Gerárd afirmou que não apalpou mulheres em um set de filmagens. "Não vejo por que eu sairia por aí apalpando uma mulher, suas nádegas, seus seios. Não sou alguém que se esfrega nos outros no metrô", disse ele, segundo informações do jornal francês Le Monde.

Apesar disso, ele confirma que tinha um linguajar "sujo", com expressões de baixo calão no set de filmagens. "Sei que não preciso falar desse jeito", afirmou.

Mulheres que passaram ou estejam passando por situação de violência, seja física, psicológica ou sexual, podem ligar para o número 180, a Central de Atendimento à Mulher. Funciona em todo o país e no exterior, 24 horas por dia. (Folhapress)

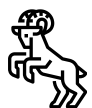
'Olha para minha beleza', diz atriz Susana Vieira

Além de anunciar recentemente que terá um programa para chamar de seu na Globo, Susana Vieira, 82, deu detalhes da comédia "Coisa de Novela", que faz parte das comemorações pelos 60 anos da emissora. O filme foi rodado no final do ano passado e está programado para ir ao ar em abril.

Na trama, a atriz interpreta uma mulher chamada Tereza, que conta com a ajuda da neta Laura (vivida por Valentina Herszage) para realizar o sonho de gravar uma novela. "Represento a emissora", explica Susana. "É uma senhora velhinha..."

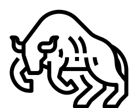
Como de costume, Susana não usa de falsa modéstia para comentar a escalação. "Olha que loucura, cismam em me colocar como uma velhinha", reclama. "Mas olha para a minha tez, para o meu cabelão, para a minha beleza (risos)." Para a atriz, a personagem escrita por Lívia Leite, Renata Andrade e Thais Pontes tem tudo a ver com ela. (Folhapress)

Horóscopo Diário



Áries

Paquera pode se tornar movimentada, mas investigue bem onde está se metendo.



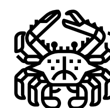
Touro

Pode se interessar por alguém que conheceu através dos amigos, inclusive virtuais.



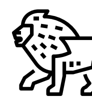
Gêmeos

Na vida amorosa, sua popularidade tem tudo para atrair novos admiradores.



Cancêr

Um programa animado ajuda a movimentar até a vida amorosa, que fica ótima.



Leão

Atração física tem tudo para incendiar a paquera e vida a dois ganha fica apaixonada.



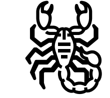
Virgem

Lance recente pode ficar mais sério agora. Astral descontraído deixa o amor bom.



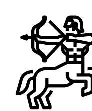
Libra

Com tanta coisa acontecendo, a vida amorosa pode ficar meio tensa nesta quarta-feira.



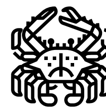
Escorpião

O romantismo dá as cartas nos momentos a dois. Há sinal de sucesso na conquista.



Sagitário

O astral será perfeito, hoje, para curtir a companhia da família e relaxar no seu canto.



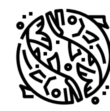
Capricórnio

Há chance de se encantar com alguém que acabou de conhecer. Romance fica leve.



Aquário

Há sinal de estabilidade e sossego no romance. Tome a iniciativa no amor, aquariano.



Peixes

Amor fica movimentado, seja com o par ou na conquista. Olhe mais ao seu redor, tá?

OPINIÃO PÚBLICA

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus **autores** e não refletem a opinião do veículo **Jornal Diário da Manhã**

O impacto da acessibilidade no tratamento dentário para todos



ALEXANDRE RAVANI

CEO e sócio-fundador da rede de clínicas

ESPECIAL PARA O **OPINIÃO PÚBLICA**

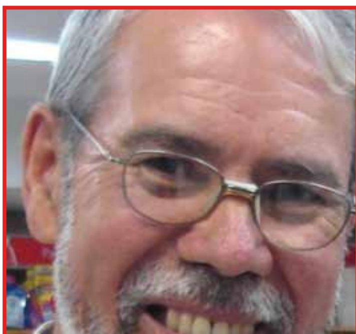
Um estudo realizado pela ABIMO (Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos) em parceria com o Conselho Federal de Odontologia (CFO), no período de dezembro de 2023 a dezembro de 2024, aponta que 32% dos brasileiros não foram ao dentista nos últimos 12 meses, mostrando um grande abismo no acesso à saúde bucal, diretamente ligado à renda e ao nível de escolaridade da população. A pesquisa apontou que 75% das pessoas com ensino superior buscaram atendimento odontológico, enquanto apenas 54% dos brasileiros com escolaridade básica tiveram o mesmo acesso. Em relação à renda, a desigualdade é ainda mais expressiva: 80% das pessoas com rendimentos superiores a 10 salários mínimos procuraram atendimento odontológico regularmente, contra 59% daqueles com até um salário mínimo. Assim, a pessoa que não tem condições financeiras adequadas acaba adiando a consulta, e o que poderia ser resolvido com um tratamento simples se transforma em algo mais complexo, e consequentemente, mais caro.

Outra barreira a ser enfrentada é a mudança cultural dos brasileiros. Por muitos anos, a população procurava atendimento odontológico apenas em casos extremos, como dores intensas ou fraturas. A educação sobre prevenção e a conscientização da necessidade de cuidados regulares com a higiene oral são fundamentais para mudar esse cenário. Afinal, a saúde bucal não se limita apenas a um sorriso bonito. Ela é importante para a autoestima e o bem-estar geral do corpo, peças-chave para uma vida mais saudável, pois previne infecções e o agravo de algumas doenças, como as autoimunes, diabetes e anemia, por exemplo.

Dentro desse cenário, existem dois caminhos que podem contribuir para que as pessoas recebam tratamentos dentários. O primeiro é através das políticas públicas. Embora o Ministério da Saúde tenha o programa Brasil Sorridente, ele não consegue atender toda demanda da população. No geral, as filas de espera no SUS (Sistema Único de Saúde) podem levar muitos meses para serem atendidas. Uma opção que vem ganhando força é a expansão das clínicas odontológicas, que estão em constante crescimento e aplicam preços justos para o atendimento clínico. Segundo dados da ABF (Associação Brasileira de Franchising), o setor de Saúde, Beleza e Bem-estar cresceu 16,5% no último ano, e isso engloba os consultórios dentários, cada vez mais presentes em bairros de grandes capitais e cidades interioranas. O formato de franquias possibilita que a pessoa que deseja empreender tenha sua própria clínica, ampliando o campo de trabalho para mais profissionais, o que resulta também em um atendimento mais extenso. A expansão dessas redes no Brasil afora, permite oferecer desde os tratamentos básicos como prevenção de cáries, obturações, halitose, retração gengival, como uma gama de inovações que vão de aparelhos ortodônticos invisíveis, tratamentos estéticos orofaciais até inteligência artificial para diagnóstico precoce, com preços justos.

Então é preciso ter em mente que a saúde bucal é essencial para o bem-estar geral das pessoas e os profissionais da área têm que agir de forma eficaz para que ela esteja ao alcance de todos.

Março, mês da poesia



LUIZ CARLOS AMORIM

Escritor, editor e revisor

ESPECIAL PARA O **OPINIÃO PÚBLICA**

Neste mês de março comemoramos duas vezes a poesia: 14 de março é o Dia Nacional da Poesia. No Brasil o dia da poesia é neste dia, porque é o dia do aniversário de Castro Alves, um dos grandes poetas brasileiros. O Dia Internacional (ou Mundial) da Poesia, no entanto, é comemorado no dia 21 de março, por iniciativa da Unesco.

Poesia é a língua universal da alma. Poesia é a linguagem do sentimento, da emoção, do lirismo, da sensibilidade. O Poeta é esse ser estranho e singular, iluminado, que vê a vida com o coração e tenta passar essa visão a todos aqueles que tiverem sensibilidade para recriar a sua visão.

É das penas deles que flui a emoção e o sentimento dessa arte incomensurável que se chama poesia.

É o poeta que torna esse nosso mundo, tão belo e ao mesmo tempo tão conturbado, um pouco mais humano, é ele que desnuda a alma para que a nossa alma seja menos dura, menos intolerante, mais solidária, mais humana.

É o poeta que nos leva a contemplar o amor, que nos leva a pensar a paz, que nos lembra de que somos irmãos gêmeos da natureza e por isso mesmo precisamos amá-la e respeitá-la, para que ela nos proteja e não nos desampare.

O mundo atual, tão corrido e tão violento, precisa da singeleza e do lirismo da poesia. A poesia é necessária, para que não nos deixemos endurecer ainda mais, para não deixarmos de ser gente.

Sim, a poesia é necessária. Como deixar fluir a alma pelas pontas dos dedos, a não ser pelos versos de um poema? A poesia é sentimento, é emoção, é alma, é coração. Como sermos humanos sem tudo isso?

A poesia é mágica, como já disse Quintana – e quem mais poderia dizê-lo, senão o Mestre da poesia, o poeta passarinho?

Atrevo-me a mostrar alguns versos homenageando a poesia: DIA DA POESIA (Luiz Carlos Amorim) – Hoje quero ser este dia, / este Dia da Poesia / para me transmutar em poema. / E eu, pretenso poema / posso resplandecer o sol / para me fazer sentir, / para me lançar em versos, / para poesiar o mundo. / Porque fazer poesia / É ter sentimentos à flor da alma, / emoções a explodir / por toda a nossa superfície / e implodindo nosso interior, / sensibilidades todas / transbordando o coração, / lirismo a faiscar nos olhos. / Então, neste dia da poesia, / somos o verso, somos a rima, / somos o ritmo, somos palavra, / somos tributo, somos canção, / somos amor à poesia.//Amanhã, deixo de ser este poema / e volto a ser, humildemente, / apenas mais um poeta, / aprendiz de poesia.

Março Azul: combate ao câncer de intestino e o compromisso estadual



ÉRIKA LOPES

Superintendente de regionalização da SES-GO

ESPECIAL PARA O **OPINIÃO PÚBLICA**

Março é o mês de conscientização sobre o câncer de intestino, uma campanha conhecida como Março Azul. Esse movimento visa informar a população sobre a importância da prevenção e da detecção precoce dessa doença, que é o 3º tumor que mais mata no Brasil.

O câncer de intestino, ou câncer colorretal, representa um grande desafio à saúde pública. Doença silenciosa, acomete principalmente homens e mulheres com 45 anos ou mais, além de pessoas com histórico familiar. Outros fatores de risco incluem dieta inadequada, sedentarismo, tabagismo e alcoolismo.

Nesse contexto, o governo estadual tem se empenhado em ações concretas para combater essa enfermidade. Um exemplo notável é o mutirão realizado na Cidade de Goiás, onde foram oferecidas 600 colonoscopias para a população do grupo de risco. Essa iniciativa não apenas facilita o acesso a exames essenciais, mas também demonstra um compromisso sério com a saúde da comunidade.

A realização de colonoscopias a partir dos 45 anos, em pessoas com indicação médica, é uma recomendação crucial que pode salvar vidas. Com ações como essa, o governo busca aumentar a conscientização e facilitar o diagnóstico precoce do câncer de intestino.

Neste Março Azul, vamos celebrar o esforço conjunto do governo e da sociedade na luta contra o câncer de intestino. A prevenção é a chave! Informe-se, faça exames e ajude a espalhar essa mensagem importante. Juntos, podemos reduzir os índices dessa doença e promover uma vida mais saudável para todos.

www.dmacervo.com.br

OPINIÃO PÚBLICA

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus **autores** e não refletem a opinião do veículo **Jornal Diário da Manhã**

Síndrome do pequeno poder Randandan



EURIPEDES CLEMENTINO

Advogado

ESPECIAL PARA O **OPINIÃO PÚBLICA**

Segundo um provérbio Ioguslavo, "[...] se quiser saber como uma pessoa é, coloque-a numa posição de poder." O referido provérbio vem a calhar em estudos consolidados da psicologia, direcionados ao que se denomina de síndrome do pequeno poder, que reflete uma atitude de autoritarismo, por meio de um sujeito que sendo detentor de um determinado poder, usa-o de maneira contundente e imperativa, não se preocupando com as consequências e problemas periféricos, pois seus atos devem ser somatizados a qualquer custo, afinal de contas, para que seguir determinações legais se eu posso fazer o que quiser, ao meu modo?! A despeito disso, recentemente foi deflagrada pelo Detran-GO uma operação denominada de "Randandan" visando fiscalizar e coibir o uso de escapamentos irregulares. Pois bem, a iniciativa é louvável, contudo, o ato fiscalizatório tem se mostrado absolutamente abusivo, refletindo em muitos casos em flagrante abuso de autoridade por parte dos agentes públicos, todos alinhados às determinações do presidente do Detran-GO, isso porque não estão em consonância com as normativas delineadas pela ABNT NBR 10151:2019. A normativa em questão estabelece os procedimentos técnicos que devem ser adotados na execução de medições de níveis de pressão sonora em ambientes internos e externos às edificações. Tecnicamente, para se chegar à conclusão de que referido veículo está em desacordo com as normas vigentes é necessário a utilização de um instrumento chamado "Sonômetro" que nada mais é do que um medidor integrador de nível de pressão sonora, que por sua vez, deve atender aos critérios da IEC61672, e mais, deve estar aprovado e calibrado conforme as IEC 60651 e IEC 60804. Vamos além, destaca a norma técnica, dentre outras exigências, que em medições em ambientes externos, ou seja, ao ar livre, como tem ocorrido, é obrigatório o uso do protetor de vento acoplado ao microfone, não basta o agente ligar o veículo e acelerar ao seu modo para produzir o barulho que ele busca a fim de apreender o bem, como temos visto. O microfone de medição deve ser especificado para atender à IEC61672-1 ou à IEC61094-4. Vamos mais além, visando evitar excesso de subjetivismo por parte dos agentes públicos, o que inevitavelmente tem ocorrido, além da utilização do chamado Sonômetro, este deve estar calibrado por laboratório acreditado, membro da Rede Brasileira de Calibração – RBC ou pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, ou por laboratório de calibração em outros países, acreditado por organismos signatários de acordos oficiais de reconhecimento mútuo. Causa espanto ver que o presidente do Detran-GO, autarquia de grande importância fiscalizatória, não se preocupa em atuar tecnicamente na operação por ele deflagrada, preocupando-se mais em polemizar em suas redes sociais declarações infelizes do tipo: "Não é necessário teste de decibéis para comprovar adulteração! Aqui a gente aplica a lei, não a teoria de boteco! Escapamento adulterado é infração, e fiscalização se faz na prática! Chora menos e regulariza!". Ora, a não ser que se comprove que os agentes de fiscalização, bem como o próprio presidente do Detran-GO, têm a audição aferida nos moldes da ABNT NBR – sarcasmo - a teoria de boteco na qual ele se refere está mais alinhada ao justo do que os atos praticados pelos agentes em blitz, que aceleram motocicletas e veículos ao modo deles para, se acharem conveniente, apreenderem o veículo. Certamente quando o judiciário goiano for provocado decidirá que a "teoria de boteco" deverá prevalecer!

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA - GO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de 01 (um) veículo de acordo com a Proposta Estadual Nº. 202400010013615, através da Emenda Parlamentar Nº. 837/2024, destinada pelo Deputado Estadual José Machado, para o Fundo Municipal de Saúde. Data e hora de realização: às 09:00h do dia 09/04/2025. Plataforma: bolsa de licitações do brasil – bll.org.br. Disponibilidade do edital: www.saomigueldoaraguaia.go.gov.br. Informações: licitacao@prefsma.com.br; contato: (62) 3977-7111.
SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA - GO, 25/03/2025.
ANDREZA MARIA DOS SANTOS - AGENTE DE CONTRATAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO EM MORA

A **SPE RESIDENCIAL CITY 10 OM EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.277.354/0001-08, aqui qualificada como **PROMITENTE VENDEDORA**, notifica extrajudicialmente por edital, o COMPRADOR, **JORGE PAULO CARNEIRO PASSOS,** escrito no CPF: **951.493.765-15**, endereço residencial descrito contratualmente, **para que satisfaça os pagamentos em atraso e demais encargos advindos da mora**, junto à empresa acima descrita, com endereço situado na Av. T-4, 619 - St. Bueno, Goiânia - GO, 74230-035. O valor atualizado dos débitos é de **R$ 20.428,27 (vinte mil, quatrocentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos)** unidades **1110**, cuja planilhas de débitos detalhadas encontra-se com a **PROMITENTE VENDEDORA**.
Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem manifestação do devedor, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente e/ou tomadas as medidas legais cabíveis.
Goiânia, 18 de março de 2025.
SPE RESIDENCIAL CITY 10 OM EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 34.277.354/0001-08

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
PROCESSO LICITATÓRIO N° - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 001/2025 - AVISO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista a decisão referente aos recursos apresentados no Processo Licitatório n° 095/2025, convocamos todos os licitantes para, caso queiram, participarem da sessão de análise e julgamento de habilitação das empresas melhores classificadas JC CONSTRUTORA E SERVICO LTDA, inscrita no CNPJ/MF n° 45.698.692/0001-21, e MILTCONSTRU ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ/MF n° 49.495.951/0001-78, que será realizada na sala da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos - SELICI, no edifício sede da Prefeitura, situado na Rua 3, quadra 07, Área Especial, deste Município, às 08:30 h do dia 31/03/2025. Maiores informações poderão ser obtidas no endereço supra referido, ou através dos contatos, telefone: (62) 99681-0379 e endereço eletrônico: licitacoescocalzinho@gmail.com.
Cocalzinho de Goiás, 25 de março de 2025.
SORAYA BATISTA DE SIQUEIRA - Agente de Contratação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DAMOLÂNDIA/GO
RETIFICAÇÃO - EDITAL DE CHAMAMENTO 003/2025
CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DAMOLÂNDIA/GO - FMS, CNPJ n° 08.325.807/0001-06, RETIFICA O ANEXO I DO EDITAL 003/2025 – item fonoaudiólogo do chamamento público para credenciamento n.003/2025 para contratação de profissionais para prestação de serviços em saúde que ocorrerá na Sede da Prefeitura Municipal até o dia 31/12/2025, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas. Mais Informações: No site da Prefeitura Municipal https://damolandia.go.gov.br/, (62) 3337-3133 e-mail: smsdamolandia@gmail.com.
SUELY APARECIDA DA SILVA– Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

MUNICÍPIO DE VILA PROPÍCIO/GO – AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2025 – **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DA 3.ª CAVALGADA DA ALELUIA DE VILA PROPÍCIO, conforme o edital e seus anexos. ABERTURA e JULGAMENTO será a partir das **08H00MIN DO DIA 08 DE ABRIL DE 2025,** no Prédio da Prefeitura Municipal. O Edital pode ser acompanhado e retirado no site: www.vilapropicio.go.gov.br. Vila Propício/GO, 26 de março de 2025 – WALDILEI JOSÉ DE LEMOS – Prefeito Municipal.

O Fundo Municipal de Saúde de Vila Propício, Estado de Goiás, dispõe sobre o **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.° 001/2025 para CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUARÃO JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PROGRAMAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO**, o edital poderá ser acessado no endereço eletrônico (www.vilapropicio.go.gov.br). Vila Propício/GO, 25 de março de 2025. **POLIANNE RODRIGUES DO CARMO** – Gestora do F.M.S.

CÂMARA MUNICIPAL DE PADRE BERNARDO DE GOIAS

LICITACAO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 001/2025

A Câmara Municipal de Padre Bernardo/GO, realizará, através do Portal http://bnc.org.br, a seguinte licitação: **Modalidade:** Pregão Eletrônico - n. 001/25; Menor Preço, **Data e Horário:** 08/04/2025 as 09h00min; **Objeto:** Contratação de Empresa para eventual e futuro fornecimento de combustíveis, com abastecimento continuo e fracionado, visando o abastecimento da frota de veículos de propriedade da Câmara Municipal de Padre Bernardo - GO. Edital e Informações no endereço acima ou pelo telefone (61) 3633-1297 ou no site https://padrebernardo.go.leg.br/ e http://bnc.org.br. Padre Bernardo-GO, 25 de março de 2025. **Flavio Fernandes da Silva** Agente de Contratação

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. º 023/2025

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Céu, Estado de Goiás, através da Pregoeira e Equipe de Apoio, tornam público para o conhecimento de todos os interessados que fará realizar no dia **08 de ABRIL de 2025, às 09:00 horas**, no Sistema BNC, **PREGÃO ELETRÔNICO SRP**, visando motivada pela real necessidade de **Registro de preço para aquisição de materiais de construção destinados à edificação do muro e portal do cemitério, localizada na rua plutão sul, esq. c/ rua ariranha, bairro morada nova, garantindo segurança e delimitação adequada do espaço e destinados a conclusão da praça localizada no bairro Sol Nascente, localizada na Avenida Orion Norte, Qd: ÁREA INSTITUCIONAL 'A-1', visando proporcionar infraestrutura adequada para lazer e convivência da comunidade**, conforme descrito no modelo de proposta anexo ao **Edital do Pregão Eletrônico SRP de nº 023/2025** nos termos da Lei Federal nº. 14.133 de 01 de Abril de 2021. Para maiores informações, poderão ser obtidas na sala de Licitações desta Prefeitura, em horário normal de expediente sendo das 08h00min as 12h00min e das 14h00min as 17h00min, ou pelo telefone 0**64 3634-1228. **Chapadão do Céu – GO, 26 de março de 2025.**
JAKELINE SOUZA SILVA - Agente de Contratação

ESTADO DE GOIÁS - MUNICIPIO DE FIRMINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO PARA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS e HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA 001/2025

O MUNICIPIO DE FIRMINOPOLIS/GO, realizará dia **27 de MARÇO de 2025**, às **09:00h** – visando dar prosseguimento a sessão cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DO REMANESCENTE DA OBRA DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CLUBE MUNICIPAL DE FIRMINÓPOLIS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA** - Mais Informações no site www.firminopolis.go.gov.br. 26/03/2025.
LORENA NAVES DE SOUSA – Pregoeira.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2025 - A **Câmara Municipal de Posse – GO**, torna público aos interessados, que nos termos do art. 75, II, § 3º da Lei nº 14.133/2021, estará recebendo de pessoas jurídicas do ramo, por e-mail ou protocolo presencial em sua sede, entre os dias **26/03/2025 ao dia 28/03/2025**, cotação de preços, para dispensa de licitação, pelo menor preço ofertado, para a manutenção dos aparelhos de ar condicionado, bem como a instalação e manutenção das câmaras de segurança, para a Câmara Municipal, o Termo de Referência, encontra-se disponível no site: www.camaraposse.go.gov.br, no campo licitações "dispensa". O e-mail de contato para fins de recebido das cotações é o: camara@posse.go.leg.br. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DE GOIÁS - MUNICIPIO DE FIRMINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 022/2025.

O MUNICIPIO DE FIRMINOPOLIS/GO, realizará dia **09 de ABRIL de 2025**, às **15:00h**, licitação mod. pregão presencial, tipo menor preço por item, visando a **AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO.** Mais Informações no site www.firminopolis.go.gov.br. 26/03/2025.
LORENA NAVES DE SOUSA – Pregoeira.

PREF. MUNICIPAL DE MIMOSO DE GOIAS
LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°. 001/2025

O Município de Mimoso de Goiás/GO, realizará, através do Portal http://bnc.org.br, a seguinte licitação: **Modalidade:** Concorrência Eletrônica - n. 001/25; Menor Preço Global, **Data e Horário:** 15/04/25 as 09h00min; **Objeto**: Contratação de empresa para execução de obra sob regime de empreitada global para Construção do Portal de Entrada no Município de Mimoso de Goiás, plano de ação 09032023-032066. Cópia do Edital e informações (061) 9.9831-7169 no endereço acima ou pelo site www.mimosodegoias.go.gov.br, Mimoso de Goiás GO, 25 de março de 2025.
JAQUELINE GOMES MOREIRA - Pregoeira

ESTADO DE GOIÁS - MUNICÍPIO DE BONÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025
Lei 14.133/2021 - MODO DE DISPUTA: ABERTO

Processo Administrativo nº: 1768/2025 - O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Bonópolis, Estado de Goiás, torna público, que realizará o Pregão Eletrônico 005/2025, tipo: "MENOR PREÇO POR ITEM". Objeto: Registro de preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada no ramo pertinente para locação de caminhão basculante, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, do Edital. Data final de recebimento propostas: às 13:00h do dia 09/04/2025. Data de abertura às 13:01h do dia 09/04/2025. Data de início dos lances: às 14:01h do dia 09/04/2025. O edital estará disponível e as propostas serão recebidas a partir de 26/03/2025, no site da plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/. Informações: www.bonopolis.go.gov.br; Fone: 62.33931126; segunda a Sexta da 07h as 11h e das 13h às 17h. Bonópolis, 26 de março de 2025. **RENIA PATRÍCIA DE ARAÚJO – Pregoeira.**

ESTADO DE GOIÁS - MUNICIPIO DE FIRMINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO PARA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP 014/2025

O MUNICIPIO DE FIRMINOPOLIS/GO, realizará dia **27 de MARÇO de 2025**, às **14:30h** – visando dar prosseguimento a sessão cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ETANOL, DIESEL S-10, DIESEL COMUM E ARLA 32 GRANEL), PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEICULOS E MAQUINÁRIOS DO MUNICIPIO DE FIRMINÓPOLIS PARA O EXERCÍCIO DE 2025** - Mais Informações no site www.firminopolis.go.gov.br. 26/03/2025.
LORENA NAVES DE SOUSA – Pregoeira.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE BARRO ALTO – AVISO DE CONCORRÊNCIA SOB A FORMA ELETRÔNICA N.º 001/2025 – **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – PORTE IV NA CIDADE DE BARRO ALTO. conforme especificações no edital e seus anexos. **ABERTURA** e **JULGAMENTO** será a partir das **09H00MIN DO DIA 09 DE ABRIL DE 2025,** no Prédio da Prefeitura Municipal. O Edital pode ser acompanhado e retirado nos sites: www.barroalto.go.gov.br e www.bll.org.br. Barro Alto/GO, 26 de março de 2025. FERNANDO MARTINS DA SILVA – Gestor Interino do F.M.S.

ESTADO DE GOIÁS - MUNICIPIO DE FIRMINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 025/2025.

O MUNICIPIO DE FIRMINOPOLIS/GO, realizará dia **09 de ABRIL de 2025**, às **09:00h**, licitação mod. pregão presencial, tipo menor preço por item, visando a **AQUISIÇÃO DE PÃES, ROSCAS, QUITANDAS E OUTROS, para os próximos 12 meses.** Mais Informações no site www.firminopolis.go.gov.br. 26/03/2025**. LORENA NAVES DE SOUSA – Pregoeira.**

PREFEITURA DE GUAPÓ - GO
EXTRATO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 01/2025

O **MUNICÍPIO DE GUAPÓ - GO**, através da Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado, designada pela Portaria n. 007/2025, torna pública a **"ERRATA 01 – RETIFICA O JULGAMENTO DO RECURSO CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DO CANDIDATO COM NÚMERO DE INSCRIÇÃO 334 E O RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CARGOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E VIGILANTE PATRIMONIAL".** A Errata completa estará disponível no placar da Prefeitura e nos sites www.itame.com.br e www.guapo.go.gov.br. Guapó, 25/03/25.
ANA PAULA RODRIGUES ORCINO CUNHA - Presidente da CECP.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 002/2025

A Câmara Municipal de Anicuns – GO, por intermédio da Agente de Contratação/Pregoeira, TORNA PÚBLICO que realizará pregão eletrônico, pelo sistema de registro de preços, do tipo menor preço por item, para futura, eventual contratação de empresa para aquisição de veículo. Sessão: 08/04/2025, às 09:00h. Local: Cópia deste edital está disponível na Sede Administrativa da Câmara Municipal de Anicuns, placar da Câmara, bem como demais meios de publicidade, e ainda site https://anicuns.go.leg.br/ https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: https://anicuns.go.leg.br/; e- mail: camaraanicuns.licitacoes@gmail.com Fone: (64) 3161-0015; Segunda a Sexta da 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h. Anicuns - GO. Local: Portal: BLL Licitações e Leilões – BLL: https://bll.org.br/ "Acesso Identificado" Anicuns/GO, 25 de março de 2025.
Simone Luccete de Souza - Agente de Contratação/Pregoeira

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAINA,** Goiás, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita junto ao CNPJ/MF sob o nº 11.256.865/0002-30, estabelecida na Av. Albion de Barros Curado, Qd. 11, Lt. 02, s/n, Centro, CEP: 76.740-000, Faina-GO, por intermédio do seu Agente de Contratação, designado pelo Decreto n.º 40/2025, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Chamamento Público/Credenciamento, à **partir das Das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h do dia 10 de abril de 2025 até 31 de dezembro de 2025**, o credenciamento de prestadores de serviços na área de saúde (Pessoa Jurídica e Pessoa Física) para posterior contratação, com fundamento no Artigo 74, da Lei Federal nº 14.133 de 1° de abril de 2021, na Instrução Normativa 008/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Decreto Municipal 001/ e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e na Minuta de Contrato, cujos termos, igualmente, o integram. LOCAL DA INSCRIÇÃO: Sede da Prefeitura Municipal de Faina-GO, **E-MAIL: licitacoes@faina.go.gov.br**
ROSANGELA CUSTODIO DE BASTOS - AGENTE DE CONTRATAÇÃO

AVISO DE LICITAÇAO

O Município de Hidrolina Goiás **AVISA** que fará realizar licitação nas condições, a saber: **PROCESSO Nº:** 721/2025. **MODALIDADE**: Pregão Presencial-Edital n°: 009/2025. **TIPO**:Menor preço por item. **OBJETO**: contratação de empresa especializada em tecnologia da informação, para fornecimento de licença de direito de uso de software em plataforma única de gestão pública com módulos web, suporte técnico e manutenção, incluindo a implantação, a migração de dados, a customização, a parametrização e treinamento, para atender a demanda das Secretarias do Poder executivo Municipal, junto a Prefeitura Municipal de Hidrolina-GO. **DATA/HORA**: 10/04/2025 ás 09:30 hs. **LOCAL**: Sede da Prefeitura Municipal **EDITAL** : www.hidrolina.go.gov.br. Hidrolina Goiás, 25 de março de 2025.
GILVAN GOMES DA SILVA
Pregoeiro Oficial

PUBLICIDADE LEGAL

comercial@dm.com.br
(62) 3267-1000



BOA SAFRA SEMENTES S.A.
CNPJ/MF n° 10.807.374/0001-77
NIRE 52.3000.4239.9
Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas da **BOA SAFRA SEMENTES S.A.**, companhia aberta, com sede social na cidade de Formosa, Estado de Goiás, na Avenida Circular nº 209, Bairro Formosinha (Setor Industrial I), CEP 73813-014, devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 10.807.374/0001-77, com seus atos construtivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE nº 52.3000.4239.9 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente à distância e digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2025, às 10:00 horas ("**Assembleia**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:
(A) Em sede de Assembleia Geral Ordinária:
(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes da Companhia;
(ii) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e
(iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025.
(B) Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:
(i) aprovar a alteração do caput do artigo 5º, do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), para refletir o aumento do capital social da Companhia no contexto do *follow-on* realizado em 2024, com a consequente consolidação do Estatuto Social.
Instruções e Informações Gerais
A Assembleia será realizada de modo exclusivamente à distância e digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ("**Plataforma Digital**") ou exercer o direito de voto mediante o uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81. A**s informações detalhadas relativas à participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital estão disponíveis na proposta da administração para a Assembleia ("Proposta da Administração") que poderá ser acessada por meio dos websites da Companhia (www.ri.boasafrasementes.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br).**
Participação por meio da Plataforma Digital
Observados os procedimentos previstos neste edital de convocação da Assembleia (**"Edital de Convocação"**) e na Proposta da Administração, para participar por meio da Plataforma Digital, cada acionista deverá acessar o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/768183219>, **até o dia 26 de abril de 2025**, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, incluindo (i) comprovante expedido pelo Escriturador (conforme abaixo definido), na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia; (ii) documentos para comprovação de identidade e poderes do acionista ou do representante, conforme indicados na Proposta da Administração; e (iii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social, na hipótese de representação por procurador ("**Cadastro**").
Os instrumentos de mandato deverão (i) ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, observado que (a) se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (b) se fundo de investimento: o acionista pode ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (ii) ser acompanhados dos documentos que comprovem os poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado, conforme o caso. Os acionistas que não efetuarem o Cadastro no prazo acima referido não poderão participar da Assembleia, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81.
Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia autorizará a participação na Assembleia somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). **O link recebido e a senha criada pelos acionistas serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.**
Participação por meio de Boletim de Voto
Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia, conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Itaú Corretora de Valores S.A. ("**Escriturador**"), conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; (iii) transmitir as instruções de voto diretamente à Central Depositária da B3 por meio da Área do Investidor, conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iv) preencher o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") disponível nos endereços indicados abaixo, cadastrando-o diretamente no endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/768183219>, conforme instruções contidas na Proposta da Administração. Não será recepcionado pela Companhia o Boletim de Voto enviado por correio postal ou eletrônico, nos termos do artigo 27, parágrafo 7º da Resolução CVM 81. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto.
Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na Assembleia, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, **a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na Assembleia**, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na Assembleia.
O percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal na Assembleia é de 2% (dois por cento) das ações. Caso não haja candidatos ao Conselho Fiscal, a solicitação de instalação formulada por meio do Boletim de Voto fica sem efeito, conforme artigo 36, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81.
Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (www.ri.boasafrasementes.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia.

Formosa, 25 de março de 2025.
Camila Stefani Colpo Koch
Presidente do Conselho de Administração

DECRETO N.º 367/2025 DE 25 DE MARÇO DE 2025 - Dispõe sobre a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025 e dá outras providências. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAPÓ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município e, CONSIDERANDO o disposto nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal n. 571/2013 (dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado) e suas alterações, Estatuto dos Servidores Públicos de Guapó (Lei Complementar n. 002/2002), Estatuto do Magistério (Lei Complementar n. 041/2019), Decreto Municipal n. 308/2025 (dispõe sobre a declaração da necessidade temporária de excepcional interesse público) e demais leis aplicáveis; CONSIDERANDO que foi aplicado, com regularidade, a avaliação curricular para seleção dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado - Edital n.º 01/25, visando a seleção de pessoal para contratação temporária de ASSISTENTE DE ENSINO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MOTORISTA, NUTRICIONISTA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR (PEDAGOGO) e VIGILANTE PATRIMONIAL; CONSIDERANDO ainda que foram cumpridas todas as fases do processo seletivo, bem como transcorridos todos os prazos recursais. D E C R E T A: Art. 1º - Fica HOMOLOGADO, para que produza os efeitos de direito, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, concernente ao Edital nº 01/25, destinado ao preenchimento de vagas dos cargos de ASSISTENTE DE ENSINO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MOTORISTA, NUTRICIONISTA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR (PEDAGOGO) e VIGILANTE PATRIMONIAL, constando os aprovados e o cadastro de reserva no anexo único integrante deste Decreto para todos os efeitos legais. Art. 2º - Os candidatos foram selecionados de acordo com o quantitativo de vagas oferecidas no Edital nº 01/25, sendo que no interesse da Administração Municipal, poderão ser aproveitados os candidatos excedentes ao número de vagas fixadas, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado. Art. 3º - Os candidatos que tiveram médias finais iguais foram classificados de acordo com os critérios de desempate, conforme estabelecidos no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/25. Art. 4º - Fica determinado à Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a convocação e formalização dos contratos temporários dos aprovados, observando-se rigorosamente a ordem de classificação. Art. 5º - Fica determinado à Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para dar publicidade aos atos, sendo o placar da Prefeitura Municipal o local oficial para afixação das convocações pertinentes, bem como o site da Prefeitura Municipal e da empresa responsável pela aplicação do Processo Seletivo Simplificado, devendo ainda ser publicado o presente ato junto ao Diário Oficial do Estado de Goiás. Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se. GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAPÓ, Estado de Goiás, aos 25 dias do mês de março de 2025.
Frank Estevan Fausto dos Santos Oliveira - PREFEITO MUNICIPAL.



AVISO DE ADIAMENTO DA CONCORRÊNCIA Nº 002/2025 A Comissão de Licitação torna público que a Concorrência n° 002/2025, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia para construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) PORTE III, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, com abertura prevista para o dia 09/04/2025 às 08h00m, foi adiada para o dia 10/04/2025 às 09h00m, motivado pelo cumprimento do prazo previsto na Lei 14.133/2021. Maiores Informações: E-MAIL: cplabadiania@hotmail.com Abadiânia, 25 de março de 2025. **Marcos da Silva Comissão de Licitação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE EDEALINA – GO
AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.392/2025
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE EDEALINA** torna público que, após análise das manifestações de intenção de recurso apresentadas pelas empresas **EVEREST DISTRIBUIDORA LTDA** e **TRACTON COMÉRCIO DE TRATORES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, decidiu-se pelo não conhecimento dos recursos, em razão da não apresentação das razões recursais no prazo legal, conforme disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e no edital do certame. Mantém-se, portanto, a decisão de inabilitação das referidas empresas. Edealina – GO, 25 de março de 2025.
JHONATAN AMÉRICO DA SILVA - Pregoeiro Oficial

MUNICÍPIO DE CAVALCANTE
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025
O MUNICIPIO DE CAVALCANTE, torna público que fará realizar às 09h00min do dia 10 de abril de 2025, pelo sistema LICITANET (**https://www.licitanet.com.br/**), a concorrência eletrônica Nº 03/2025, do tipo menor preço global visando o execução de obra de reforma de 4 (quatro) bases de saúde situadas na região do são josé, salinas, capela do córrego fundo e vão de almas, zona rural do município de Cavalcante-GO, objeto da emenda impositiva do poder legislativo municipal. edital e seus anexos poderão ser examinados ou adquiridos no endereço: Rua Cristã, nº 11, Centro, em dias e horários de expediente ou pelos sites **www.cavalcante.go.gov.br** e **https://www.licitanet.com.br/.** Informações: **licitacaocavalcante2@gmail.com.** Cavalcante,
Vonei dos Santos Moreira, Agente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº007/2025
MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº007/2025.** DATA DE ABERTURA: 09 de abril de 2025. Horário: 09h00min. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE TELEMETRIA, TELECOMANDO, MONITORAMENTO EM TEMPO REAL E SUPORTE TÉCNICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM REGIME DE COMODATO PARA O DEMAE - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.** O Edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações do DEMAE ou pelo site: https://www.demae.go.gov.br/licitacao/pregao.html. Informações adicionais podem ser obtidas junto à comissão permanente de licitações através do e-mail: licitacao@demae.com.br. Caldas Novas, 26 de março de 2025.
FERNANDA CRISTE PEREIRA DE ARAÚJO - PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIÂNIA AVISO DE LICITAÇÃO TIPO PREGÃO PRESENCIAL 0027/2025 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 0027/2025 TIPO: MENOR PREÇO. INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, COM CONDUTOR PARA O TRANSPORTE DE PACIENTES, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO PELO (A) GESTOR (A). DATA: 10/04/2025 - HORA: 13H00M MAIORES INFORMAÇÕES: E-MAIL: cplabadiania@hotmail.com ABADIANIA, 25 DE MARÇO DE 2025. **LUIS ALBERTO PEREIRA DO PRADO MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA - GO
CONVOCAÇÃO DE CLASSIFICADOS PARA NOMEAÇÃO Nº 05/2025
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL - EDITAL N° 001/2024
RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Vila Boa-GO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que ficam CONVOCADOS, conforme determinado no Decreto nº 003/2025, os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal regido pelo Edital nº 001/2024.
Os convocados abaixo relacionados, deverão comparecer na Secretaria de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Vila Boa, localizada na Rua Antônio Costa Qd. 35 s/n, Jardim Nova Aurora – Vila Boa-GO em horário normal de Expediente (07:00 13:00) horas, num prazo máximo de 20 (vinte) dias munidos dos documentos autenticados arrolados no referido Edital, dos quais também serão listados abaixo.
ONDE LÊ-SE:
ANALISTA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES: 0010286 Ellen Alves Macedo. **Auxiliar Administrativo:** 0010161 Gleice Pereira Goes, 0011053 Danila De Oliveira Silva, 0012729 Valéria Moreira Dos Santos, 0012383 Neuzilene Santana De Souza, 0011292 Keila De Almeida Santos. **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:** 0012197 Mariana Santiago De Sousa, 0012696 Cristina Da Silva Sousa, 0012229 Samanta Ferreira De Paula, 0011974 Valdison Gomes Ribeiro, 0011997 Joelma Aparecida Francisco Fideles, 0010240 Leania Almeida Barro, 0012279 Layane Sardinha Fonseca Barros, 0010676 Amanda Rosa Dos Santos, 0011272 Thayse De Souza Oliveira, 0012395 Luanna Rodrigues De Souza, 0011294 Leila De Barros Pinto. **CONTROLADOR INTERNO:** 0011486 Renato Ribeiro Brandão. **GARI:** 0012546 Marcelo Gabriel Vieira Batista. **MERENDEIRA:** 0012576 Aline Gomes Felix. **MOTORISTA:** 0010654 Márcio Pereira Passos, 0010868 Lucas Dos Santos Souza, 0012171 Alan Diego Resende Da Silva, 0010301 Eliardo Oliveira Maciel, 0010159 Edirlei Rodrigues Dos Santos, 0011617 Mateus Cardoso De Mello Santos, 0012451 Ana Lúcia Pereira Dos Santos, 0011382 Josiney Reis Da Silva. **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - 30 HORAS:** 0012037 Maiara Da Silva Castro, 0010280 Janiele Martins Da Silva, 0011363 Marcilene Da Paixão Pereira De Sousa, 0011731 Junia Kelle Piris Dos Passos Vieira, 0012339 Rosimeire Pereira Dos Santos, 0010744 Luciana Da Silva Martins. PROFESSOR **EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 HORAS:** 0011740 Joanina Ferreira Da Costa, 0010590 Waleria Duarte Rodrigues (PCD), 0010844 Francielly Motta Torres, 0010322 Fabiana Araújo Silveira Sousa. **PROFESSOR DE ATIVIDADES:** 0010961 Aline Dos Santos Goncalves, 0011525 Vanda Francisco Pereira, 0010445 Cristiane Patrícia Genésio Da Silva, 0011671 Geones Brito Dos Santos, 0011733 Rayanne Dos Santos Magalhães, 0011616 Valeria Francisco Pereira, 0010902 Sandra Regina Conceição Silva, 0012214 Gabriella Louhainy Bispo Mendonca. **PROFISSIONAL DE EDUCAÇAO FÍSICA:** 0012288 Wander Gomes Ribeiro. **PSICÓLOGO:** 0011205 Eliêne Rodrigues Pereira. **VIGILANTE:** 0010114 Welington Alves Da Silva, 0010069 Thiago Rodrigues Gomes, 0012351 Davi Sousa De Freitas, 0011247 Douglas Santos Machado, 0011885 Samuel Smiht Sousa, 0010968 Samuel Gomes Dos Santos, 0011505 Jheimis Raick Campelo De Andrade.
LEIA-SE:
ANALISTA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES: 0010286 Ellen Alves Macedo. **AUXILIAR ADMINISTRATIVO:** 0010161 Gleice Pereira Goes, 0011053 Danila De Oliveira Silva, 0012729 Valéria Moreira Dos Santos, 0012383 Neuzilene Santana De Souza, 0011292 Keila De Almeida Santos. **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:** 0012197 Mariana Santiago De Sousa, 0012696 Cristina Da Silva Sousa, 0012229 Samanta Ferreira De Paula, 0011974 Valdison Gomes Ribeiro, 0011997 Joelma Aparecida Francisco Fideles, 0010240 Leania Almeida Barro, 0012279 Layane Sardinha Fonseca Barros, 0010676 Amanda Rosa Dos Santos, 0011272 Thayse De Souza Oliveira, 0012395 Luanna Rodrigues De Souza, 0011294 Leila De Barros Pinto. **CONTROLADOR INTERNO:** 0011486 Renato Ribeiro Brandão. **Gari:** 0012546 Marcelo Gabriel Vieira Batista. **MERENDEIRA:** 0012576 Aline Gomes Felix. **Motorista:** 0010654 Márcio Pereira Passos, 0010868 Lucas Dos Santos Souza, 0012171 Alan Diego Resende Da Silva, 0010301 Eliardo Oliveira Maciel, 0010159 Edirlei Rodrigues Dos Santos. **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - 30 HORAS:** 0012037 Maiara Da Silva Castro, 0010280 Janiele Martins Da Silva, 0011363 Marcilene Da Paixão Pereira De Sousa, 0011731 Junia Kelle Piris Dos Passos Vieira, 0012339 Rosimeire Pereira Dos Santos, 0010744 Luciana Da Silva Martins. **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 HORAS:** 0011740 Joanina Ferreira Da Costa, 0010590 Waleria Duarte Rodrigues (PCD), 0010844 Francielly Motta Torres, 0010322 Fabiana Araújo Silveira Sousa. **PROFESSOR DE ATIVIDADES**: 0010961 Aline Dos Santos Goncalves, 0011525 Vanda Francisco Pereira, 0010445 Cristiane Patrícia Genésio Da Silva, 0011671 Geones Brito Dos Santos, 0011733 Rayanne Dos Santos Magalhães, 0011616 Valeria Francisco Pereira, 0010902 Sandra Regina Conceição Silva, 0012214 Gabriella Louhainy Bispo Mendonca. **PROFISSIONAL DE EDUCAÇAO FÍSICA:** 0012288 Wander Gomes Ribeiro. **Psicólogo:** 0011205 Eliêne Rodrigues Pereira. **VIGILANTE:** 0010114 Welington Alves Da Silva, 0010069 Thiago Rodrigues Gomes, 0012351 Davi Sousa De Freitas, 0011247 Douglas Santos Machado, 0011885 Samuel Smiht Sousa, 0010968 Samuel Gomes Dos Santos, 0011505 Jheimis Raick Campelo De Andrade.
Os candidatos aprovados e classificados terão o prazo de até **30 dias,** contados da publicação da nomeação, **para comprovar todos os requisitos abaixo determinados e tomar posse.** Os documentos exigíveis para a nomeação estão contidos no artigo 9.3 do Edital 001/2024. O convocado (a) que não se interessar pela vaga deverá procurar a Secretaria Municipal de Recursos Humanos para preencher o Termo de Desistência de Nomeação num prazo máximo de trinta dias a contar com a desta da convocação. **Fica alertado que o não comparecimento no prazo deferido anteriormente poderá implicar na perda do direito à posse e de qualquer outro direito inerente ao concurso Público Municipal, conforme os termos do Edital. Fica retificado o Ato de Convocação 05/2025, ante a constatação de equivoco na convocação publicada em 25/03/2025 para o cargo de motorista, especificamente em face de 11617 Mateus Cardoso de Mello Santos, 12451 Ana Lucia Pereira dos Santos, 11382 Josiney Reis da Silva.** PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA, Estado de Goiás, aos 25 de março de 2025. SECRETARIA ESPECIAL DE RECURSOS HUMANOS.

MUNICÍPIO DE ISRAELÂNDIA-GO
AVISO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2025/SRP
O MUNICÍPIO DE ISRAELÂNDIA, ESTADO DE GOIÁS, torna pública a realização de licitação-modalidade PREGÃO PRESENCIAL-Tipo Menor Preço-Sistema de Registro De Preços-SRP (art. 55, inciso I, alínea "a" da Lei 14.133/21 "08 dias úteis", aquisição de bens, cujos critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto). Edital nº 09/2025, sessão 07/04/2025 as 09:00 hs. Objeto é a Contratação de Empresas para Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, circunscrito no território do Município de Israelândia, Estado de Goiás, para o período de 2025. Devendo os proponentes atenderem as condições do edital e anexos. Interessados poderão adquirir o edital nos dias de expediente de trabalho junto a Prefeitura Municipal (Rua Rio Claro, 186, Centro, Israelândia-GO na Sala da Secretaria Municipal de Licitações), site https://www.israelandia.go.gov.br/, Informações e-mail israelandialicitacao@gmail.com ou telefone 64 3678-1305. Israelândia-GO. 25/03/2025.
SERGIO HENRYQUE PEREIRA - Pregoeiro.

MUNICÍPIO DE ÁGUA LIMPA - GO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025.
Objeto: Aquisição de PNEUS E AFINS. Data de abertura: 09/04/2025, horário: 08:30hs, no mesmo local. Retirada do Edital no endereço eletrônico: www.pncp.gov.br na sede da Prefeitura ou no site: www.agualimpa.go.gov.br Água Limpa, 26/03/2025.
MARCOS HENRIQUE MOURA MARTINS, Agente de Contratação.

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº006/2025
Matéria veiculada na edição do Diário Oficial dos Municípios de Goiás no3330 de 25/03/2025, página 27 e no Diário da Manhã no13.263 de 24/03/2025, página 16, ONDE SE LÊ: 04 DE ABRIL DE 2025, ÀS 09:00 LEIA-SE: 10 DE ABRIL DE 2025, ÀS 09:00, os demais itens do Edital mantêm inalterados. Campo Limpo de Goiás, aos 25 de março de 2025.
VIVIAN MARIA DE GODOI HILARIO - PREGOEIRA

MUNICÍPIO DE GUAPÓ - ESTADO DE GOIÁS
EXTRATO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 001/25
APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/25
O MUNICÍPIO DE GUAPÓ – GO, através da Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado - CEPS, nomeada pela Portaria SME n. 007/2025, no uso das atribuições legais e considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 01/25 para preenchimento das vagas temporárias e formação do cadastro de reserva técnica dos cargos ofertados, **TORNA PÚBLICO,** a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Edital de Convocação n.º 001/25. O edital completo encontra-se publicado no placar e sites *www.itame.com.br* e *www.guapo.go.gov.br.* Guapó, aos 25/03/25.
ANA PAULA RODRIGUES ORCINO CUNHA - Presidente da CEPS

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE BEBIDAS ALCOÓLICA E NÃO ALCOÓLICAS EM GERAL DO ESTADO DE GOIÁSCNPJ.SOB Nº 25.103.912/0001-10.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.
O presidente SINDBEBIDAS/GOIÁS, CNPJ n° 25.103.912/0001-10, com sede na Rua L - 15 – QD.31 – Lt. 28 – Bairro Jardim Europa, CEP: 75.094-700, pelo seu presidente em exercício, Sr. Marcelo N. Seixas, uso de suas atribuições estatutária e Legislação sindical em vigor sobre a matéria, convoca a todos os associados e não associados, data base no mês de abril, para Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 03 de abril de 2025, as 08h00, em primeira convocação, com presença de no mínimo metade, mais um, dos associados, e as 08h30, no mesmo dia local, em segunda convocação com a presença de no mínimo , 1/3, CEP: 75094-700, dos associados, na Rua L – 15 – Qd. 31 – Lt.28 – Bairro Jardim Europa, Anápolis/GO. Para discutir com as empresas e Sindicato Patronal - A) -índice para reajustar o salário dos trabalhadores da categoria no período de 01 de abril de 2025 a 31 março de 2026, - B) – Discutir com trabalhadores presente na Assembleia Geral, o valor e pagamento de um Taxa em favor do Sindicato Laboral, - C) – Próprio trabalhador que não concorda com o desconto da referida taxa em seu salário, deverá ser dirigir ao Sindicato com seu pedido de não desconto escrito a mão e assinado pelo mesmo no prazo de 03/04 a 03/05/2025. – D) – Assuntos Geral: na ocasião discutir se problema da Categoria em geral, também assuntos de interesse da entidade.
Anápolis, 21 de março de 2025.
Marcelo Nascimento Seixas,
Presidente da Entidade.

A Construtora Caiapó LTDA, CNPJ N° 00.237.518/0001-43, torna público que requereu a Secretaria do Meio Ambiente – SEMMA a Licença Ambiental Unica – LAU para a instalação e operação da "Usina de Asfalto móvel" localizada na "Fazenda Flores Lugar Denominado Sitio Santa Clara" no município de Mineiros – GO, com a finalidade de atender a obra de utilidade pública, "Rodovia: GO-341 no trecho inicial Entr.BR-359(A) (Div.GO/MS), trecho final Entr.BR-346 (A)/359(B).

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Eletrônico nº 008/2025.
Sistema de Registro de Preços (SRP). Tipo – menor preço por item. Objeto: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS. Data de abertura: 08/04/2025 às 08:30 horas. O Edital está disponível no portal da transparência. Mais informações poderão ser obtidas com a Secretaria de Licitações de Cocalzinho de Goiás, através telefone: (62) 99681-0379 e endereço eletrônico: licitacoescocalzinho@gmail.com.
Cocalzinho de Goiás, 26 de março de 2025.
Zuleide Pereira Carneiro - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURILÂNDIA-GO
ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
A Prefeitura Municipal de Aurilândia - GO informa a correção do Aviso de Licitação publicado em 14.03.2025, referente à Concorrência Eletrônica nº 001/2025, tipo Menor Preço Global, conforme Lei Federal nº 14.133/2021. **Onde se lê: Abertura das propostas em 07/08/2025 às 09h31min. Leia-se: Abertura das propostas em 07/04/2025 às 09h31min.** Em razão da correção, o prazo para abertura das propostas será prorrogado para 17/04/2025 às 09h31min, e a disputa ocorrerá às 10h00min. Objeto: Contratação de empresa de construção civil para a edificação de uma Creche Tipo 2 - Padrão FNDE, a ser realizada no município de Aurilândia-GO, conforme o Termo de Compromisso nº 958361/2024 - Operação 1093326-92, celebrado junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Os demais itens do edital permanecem inalterados. O edital completo está disponível em https://www.aurilandia.go.gov.br, no site onde será realizado o certame, PNCP, ou poderá ser solicitado pelo e-mail licitacao@aurilandia.go.gov.br.
Aurilândia-GO, 25 de março de 2025.
Renato Ferreira Neves - Agente de Contratação

MUNICÍPIO DE MARZAGÃO – ESTADO DE GOIÁS
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2025 - SRP
A licitação foi declarada deserta. Marzagão, 21/03/2025.
INÊS MARQUES DA SILVA, Pregoeira.

Diário da Manhã
www.dmacervo.com.br

BOA SAFRA SEMENTES S.A.

CNPJ/ME sob o nº 10.807.374/0001-77

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Conselheiros e aos diretores da
Boa Safra Sementes S.A.
Formosa - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Boa Safra Sementes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor justo dos contratos de compra e venda futura de *commodities*

Veja a Notas explicativa n° 23 e nº 6.o. das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Como parte da operação de compra e venda de *commodities,* a Companhia mantém contratos de compra e venda futura, os quais são mensurados pelo valor justo conforme o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O valor justo dos contratos futuros são estimados com base em dados observáveis, preços cotados em bolsa, ajustados para diferenças nos mercados locais, como localização de partida dos grãos, quantidade, período de entrega futura, local de entrega e qualidade ou grau da mercadoria. Em alguns casos, os dados não são observáveis porque são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado. Em razão das incertezas e complexidades na determinação das premissas utilizadas na estimativa do valor justo dos contratos de compra e venda de *commodities* a termo, e do impacto que eventuais alterações poderiam trazer para o valor justo desses contratos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: • Inspeção, em base amostral, dos contratos a termo estabelecidos com o objetivo de obter evidência sobre as premissas relevantes utilizadas no cálculo do valor justo. • Recálculo, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, do valor justo para a totalidade dos contratos a termo que a Companhia mantinha em seus controles. • Avaliação da adequação da classificação e contabilização em relação aos requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável. • Avalição da adequação das divulgações relacionadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. • Entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de valorização dos instrumentos financeiros derivativos. Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de valorização dos instrumentos financeiros derivativos, identificamos a necessidade de melhorias dos controles internos que alteraram nossa avaliação quanto à natureza do nosso trabalho e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo dos contratos futuros, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro 2024.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e as suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e as suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 25 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-O
Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8.a	226.622	462.522	238.527	465.589
Títulos e valores mobiliários	8.b	96.510	115.366	338.507	264.525
Contas a receber	9	577.869	472.235	577.856	489.117
Estoques	10	217.085	137.938	227.243	138.096
Instrumentos financeiros derivativos		13.602	15.601	13.602	15.601
Adiantamentos a fornecedores	11	112.028	85.326	114.165	85.326
Mútuos entre partes relacionadas		–	8.000	–	–
Impostos a recuperar	12.a	173.719	56.450	174.552	56.700
Impostos de Renda e contribuição social	12.b	62.062	40.035	62.187	40.068
Outros créditos	13	3.471	31.065	1.265	404
Total do ativo circulante		**1.482.968**	**1.424.538**	**1.747.904**	**1.555.426**
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	8.b	8.205	7.014	8.205	7.014
Adiantamentos a fornecedores	11	4.724	1.350	339	1.358
Outros créditos	13	1.623	1.500	1.810	1.679
Impostos a recuperar	12.a	1.699	39.050	1.699	39.050
Ativo fiscal diferido	25	90.292	91.220	91.902	92.830
Imobilizado	14	696.037	539.688	802.234	648.615
Investimentos	15	56.433	105.081	1.781	1.755
Bens de direito de uso	20	27.202	31.930	8.517	14.904
Intangivel	16	503	264	2.211	1.973
Total do ativo não circulante		**886.718**	**817.097**	**918.698**	**809.178**
Total do ativo		**2.369.686**	**2.241.635**	**2.666.602**	**2.364.604**

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante					
Fornecedores	17	141.935	157.400	161.541	160.398
Financiamentos e empréstimos	18	142.464	373.624	140.956	38.533
Adiantamento de clientes	19	57.837	34.007	60.027	34.077
Instrumentos financeiros derivativos	24	2.196	–	2.196	–
Passivo de arrendamento	20	7.776	6.870	5.811	6.082
Obrigações sociais e trabalhistas		7.367	8.089	8.031	9.899
Dividendos a pagar		–	–	12.734	4.790
Juros sobre capital próprio a pagar		17.732	84.596	17.732	84.596
Obrigações tributárias	21	16.360	4.163	20.455	5.787
Total do passivo circulante		**393.667**	**668.749**	**430.083**	**344.162**
Não circulante					
Financiamentos e empréstimos	18	607.963	534.861	273.051	535.057
Passivo de arrendamento	20	21.261	25.396	9.198	12.878
Total do passivo não circulante		**629.224**	**560.257**	**282.249**	**547.935**
Patrimônio líquido	22				
Capital social		719.420	429.726	719.420	429.726
Reserva legal		36.373	31.700	36.373	31.700
Reservas de incentivos fiscais		522.096	522.096	522.096	522.096
Reservas de capital		4.304	1.451	4.304	1.451
Ações em tesouraria		(11.842)	–	(11.842)	–
Reserva de lucros		76.444	27.656	76.444	27.656
Patrimônio líquido atribuível a controladores		**1.346.795**	**1.012.629**	**1.346.795**	**1.012.629**
Participação de não controladores		–	–	607.475	459.878
Total do patrimônio líquido		**1.346.795**	**1.012.629**	**1.954.270**	**1.472.507**
Total do passivo		**1.022.891**	**1.229.006**	**712.332**	**892.097**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.369.686**	**2.241.635**	**2.666.602**	**2.364.604**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita operacional líquida	26	1.757.749	2.019.166	1.841.052	2.078.749
Custos dos produtos vendidos	27	(1.554.813)	(1.724.382)	(1.617.430)	(1.770.842)
Lucro bruto		**202.936**	**294.784**	**223.622**	**307.907**
Despesas de vendas	27	(34.746)	(26.594)	(44.003)	(26.765)
Despesas administrativas e gerais	27	(41.233)	(28.761)	(44.826)	(28.278)
Provisão para perdas esperadas	27	(665)	(3.641)	(665)	(3.641)
Outras receitas operacionais		1.282	4.996	10.991	4.288
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida de impostos		**127.574**	**240.784**	**145.119**	**253.511**
Receitas financeiras	28	174.324	155.186	182.674	157.341
Despesas financeiras	28	(192.516)	(198.284)	(152.322)	(156.357)
Financeiras líquidas		**(18.192)**	**(43.098)**	**30.352**	**984**
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial		(957)	10.677	2	(516)
Resultado antes dos impostos		**108.425**	**208.363**	**175.473**	**253.979**
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	(148)	98.687	(148)	98.687
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(14.817)	(5.549)	(14.817)	(7.714)
Resultado do período		**93.460**	**301.501**	**160.508**	**344.952**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores				**93.460**	**301.501**
Acionistas não controladores				**67.048**	**43.451**
Resultado por ação				**135.322**	**117.140**
Resultado por ação - básico (em R$)	29			0,72	2,57
Resultado por ação - diluído (em R$)				0,72	2,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Resultado do exercício	**93.460**	**301.501**	**160.508**	**344.952**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**93.460**	**301.501**	**160.508**	**344.952**
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores			93.460	301.501
Acionistas não controladores			67.048	43.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro liquido do exercício		93.460	301.501	160.508	344.952
Ajustes sobre o resultado do período					
Depreciação e amortização	14	18.905	3.106	24.269	8.363
Amortização de direito de uso	20	5.755	3.794	6.387	7.192
Resultado da baixa de ativo imobilizado	14	227	–	265	–
Resultado da baixa de ativo intangível	16	–	1	–	17
Provisão para perdas esperadas	9 e 11	664	3.641	665	3.641
Ajuste a valor presente do contas a receber	9	4.751	4.141	5.291	4.341
Ajuste a valor presente de contas a pagar	17	465	(307)	455	(318)
Juros sobre empréstimos e arrendamento	16	117.211	105.728	69.199	50.979
Transação de pagamento baseado em ações, liquidável em ações		2.853	269	2.853	269
Resultado com derivativos não realizados	28	25.965	34.392	25.965	34.392
Valor justo dos contrato futuros e estoques (estoques)	27	1.934	25.577	1.934	25.577
Provisão de devoluções de estoque	10	(452)	–	(452)	–
Participação em investidas pelo método de equivalência e amortização da mais valia	15	2.012	(10.677)	(5)	516
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	303	(98.687)	303	(98.687)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25	14.817	5.549	14.817	7.714
Outros		–	(18)	(20)	1.658
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	9	(144.415)	(253.423)	(97.792)	(263.820)
Estoques	10	(80.629)	(37.175)	(90.629)	(36.943)
Adiantamentos a fornecedores	11	(15.662)	(4.501)	(26.353)	(1.350)
Mútuos entre partes relacionadas		8.000	(6.725)		
Impostos a recuperar	12	(112.533)	(15.856)	(113.208)	(18.037)
Outros créditos	13	29.757	(17.305)	(3.277)	12.674
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores	17	(28.877)	51.228	688	52.840
Obrigações sociais e trabalhistas		(722)	102	(1.267)	971
Obrigações tributárias		9.930	2.143	12.401	1.237
Adiantamento de clientes	19	54.099	6.777	25.950	6.784
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**7.818**	**103.275**	**18.947**	**144.962**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.604)	–	(3.604)	–
Juros pagos	18	(119.894)	(89.706)	(75.477)	(29.296)
		–			
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(115.680)**	**13.569**	**(60.134)**	**115.666**
Fluxos de caixa de corrente das atividades de investimentos					
Aplicação de títulos e valores mobiliários	8.a e 8.b	(770.599)	(580.573)	(770.149)	(915.599)
Resgate de títulos e valores mobiliários	8.a e 8.b	782.573	456.338	689.735	711.054
Recebimentos pela venda de participação em investidas	15	40.940	–	40.940	–
Aumento de capital por aporte		–	(56.650)		–
Aportes de terceiros recebidos por controlada		–	–	107.738	–
Dividendos recebidos		3.860	9.247	–	–
Juros recebidos	28	–	55.938	–	–
Recursos provenientes de alienação do imobilizado	14	–	29.568	–	30.454
Adições do imobilizado	14	(173.954)	(213.414)	(176.625)	(250.246)
Adições do intangível	16	(136)	(44)	(136)	–
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		**(117.316)**	**(299.590)**	**(108.497)**	**(424.337)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos		–	(1.597)	(57.902)	(36.729)
Recebimento de recursos de acionistas		–		–	145.242
Recurso proveniente de alienação de investimentos	15		172.569		172.569
Pagamento do passivo de arrendamento	20	(8.241)	(6.237)	(5.583)	(4.401)
Juros sobre capital próprio pago	22	(104.596)	(26.304)	(104.596)	(26.304)
Mútuos entre partes relacionadas		–	–	–	–
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	27	(21.770)		(21.770)	
Recursos provenientes de emissão de ações ordinárias	22	300.000	–	300.000	
Custo de transação relacionada a emissão de ações	22	(10.306)		(10.306)	
Recompra de ações próprias	22	(11.842)	–	(11.842)	
Empréstimos e financiamentos pagos	18	(1.024.482)	(468.833)	(1.024.765)	(450.202)
Empréstimos e financiamentos tomados	18	873.092	825.610	873.092	719.346
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**(8.145)**	**495.208**	**(63.672)**	**519.521**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(241.141)**	**209.187**	**(232.303)**	**210.850**
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa		5.241	–	5.241	–
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8.a	462.522	253.335	465.589	254.739
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.a	226.622	462.522	238.527	465.589
		(235.900)	**209.187**	**(227.062)**	**210.850**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receitas	**1.759.031**	**2.122.849**	**1.852.043**	**2.181.724**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.748.670	2.002.606	1.831.973	2.062.189
Outras receitas	**10.361**	**120.243**	**20.070**	**119.535**
Produzir - Subvenção ICMS	9.079	16.560	9.079	16.560
Receitas diversas	1.282	103.683	10.991	102.975
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.464.110)**	**(1.668.740)**	**(1.426.356)**	**(1.707.937)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.131.833)	(1.205.356)	(1.274.108)	(1.755.353)
Materiais, Energia, Servs de terceiros e outros	(332.277)	(463.384)	(152.248)	47.416
Valor adicionado bruto	**294.921**	**454.109**	**425.687**	**473.787**
Depreciação e amortização	**(25.715)**	**(6.900)**	**(30.656)**	**(15.489)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**269.206**	**447.209**	**395.031**	**458.298**
Valor adicionado recebido em transferência	**173.367**	**96.816**	**182.676**	**87.760**
Receitas financeiras liquidas	174.324	86.121	182.674	88.276
Resultado de equivalência patrimonial	(957)	10.695	2	(516)
Valor adicionado total a distribuir	**442.573**	**544.025**	**577.707**	**546.058**
Distribuição do valor adicionado	**442.573**	**544.025**	**577.707**	**546.058**
Pessoal	**84.315**	**55.660**	**94.337**	**62.905**
Remuneração direta	59.196	24.405	66.948	31.650
Benefícios	21.867	28.563	23.616	28.563
F.G.T.S.	3.252	2.692	3.773	2.692
Impostos e contribuições	**65.183**	**86.427**	**76.391**	**82.161**
Federais	21.027	29.664	28.246	25.398
Estaduais	43.668	56.224	47.449	56.224
Municipais	488	539	696	539
Remuneração de capitais de terceiros	**199.615**	**100.437**	**246.471**	**56.040**
Juros	84.437	92.529	40.270	50.452
Alugueis	9.268	7.503	3.672	4.656
Instrumentos financeiros	105.910	405	202.529	932
Remuneração de capitais próprios	**93.460**	**301.501**	**160.508**	**344.952**
Lucros retidos do exercício	**93.460**	**301.501**	**160.508**	**344.952**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

		Reservas de Lucros								
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ações em tesouraria	Lucros/prejuízos acumulados	Patrimônio atribuível ao controlador	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**429.726**	**16.625**	**275.927**	**1.182**	**98.299**	–	–	**821.759**	**135.363**	**957.122**
Alienação de não controladores sem mudança no controle	–	–	–	–	–	–	–	–	317.793	**317.793**
Transações com pagamento baseado em ações	–	–	–	269	–	–	–	**269**	–	**269**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	301.501	**301.501**	43.451	**344.952**
Destinações:										
Constituição de Reserva Legal	–	15.075	–	–	–	–	(15.075)	–	–	–
Constituição de Reseerva de Incentivos fiscais	–	–	246.169	–	(98.299)	–	(147.870)	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–	(36.729)	**(36.729)**
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	(110.900)	**(110.900)**	–	**(110.900)**
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	–	27.656	–	(27.656)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**429.726**	**31.700**	**522.096**	**1.451**	**27.656**	–	–	**1.012.629**	**459.878**	**1.472.507**
Aumento de capital	300.000	–	–	–	–	–	–	**300.000**	107.738	**407.738**
Gasto com emissão de ações	(10.306)	–	–	–	–	–	–	**(10.306)**	–	**(10.306)**
Transações com pagamento baseado em ações	–	–	–	2.853	–	–	–	**2.853**	–	**2.853**
Ações próprias adquiridas	–	–	–	–	–	(11.842)	–	**(11.842)**	–	**(11.842)**
Adição de minoritário por venda de cotas	–	–	–	–	–	–	–	–	38.657	**38.657**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	93.460	**93.460**	67.048	**160.508**
Destinações:										
Constituição de Reserva Legal	–	4.673	–	–	–	–	(4.673)	–	–	–
Constituição de Reseerva de Incentivos fiscais	–	–		–	–	–		–	–	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–		–	(39.999)	**(39.999)**	–	**(39.999)**
Dividendos distribuidos para não controlador	–	–	–	–	–	–	–	–	(65.846)	**(65.846)**
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	–	48.788	–	(48.788)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**719.420**	**36.373**	**522.096**	**4.304**	**76.444**	**(11.842)**	–	**1.346.795**	**607.475**	**1.954.270**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

A Boa Safra Sementes S.A. ("Companhia" ou "Boa Safra") tem sua sede localizada na Avenida Circular, número 209, Setor Industrial no município de Formosa, Estado de Goiás. A Boa Safra é uma Companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre o número 25.704 desde 19 de abril de 2021. A Companhia é registrada no Novo Mercado da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), o que caracteriza o mais alto nível de governança corporativa no mercado de capitais brasileiro e suas ações são negociadas sob a denominação "SOJA3". A Companhia foi fundada em 7 de abril de 2009 e suas operações iniciaram em 31 de outubro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2024, a Boa Safra Sementes S.A. é composta por seis Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS), nos municípios de Formosa - GO, Água Fria - GO ,Cabeceiras - GO, em Buritis - MG, em Jaborandi - BA e Primavera do Leste - MT; e cinco Centros de Distribuição nos municípios de Sorriso - MT, Campo Novo do Parecis- MT, Ribeirão Cascalheiras - MT, Paraíso - TO e Balsas - MA; e seis filiais sendo Brasília - DF, Formoso - GO, Itapeva - SP, Ponta Grossa - PR, Santo Ângelo - RS e Planaltina - GO. Além destes, a Companhia está construindo uma UBS e, UBS em Primavera do Leste - MT e possui duas unidades de *Tolling* de Milho, em Uberlândia - MG.

1.1 Relação de entidades controladas e aquisição de controladas

Abaixo a lista de controladas da Companhia Boa Safra Sementes S.A.:

Razão social	**País**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Bestway Seeds do Brasil Beneficiamento de Sementes e Serviços S.A. (a)	Brasil	66,67%	66,67%
Suno Agro Fiagro Imobiliário (b)	Brasil	3,67%	12,90%
DaSoja Sementes S.A (c)	Brasil	45%	–

(a) Bestway Seeds do Brasil Beneficiamento de Sementes e Serviços S.A. ("Bestway Seeds").

Em 15 de setembro de 2022, a Companhia obteve o controle da Bestway Seeds, empresa situada em Uberlândia - MG, que se dedica substancialmente a prestação de serviços e tratamento de sementes de milho. Foram adquiridos 2/3 das ações do capital votante da investida, logo, a Companhia determinou que controla a Bestway Seeds por possuir poder de fato, em razão de deter a maior parte das ações e por ser a responsável pela tomada de decisões-chave da investida, sendo os demais acionistas a minoria, com menos da metade do seu poder de voto.

(b) Suno Agro Fiagro Imobiliário

A Companhia realizou a criação em 27 de abril de 2022 de um fundo em parceria com a Suno Agro Fiagro Imobiliário denominado Fundo SNAG 11 - Suno Agro FII - SNAG11, um fundo híbrido com alocação de recebíveis e imóveis. A Companhia realizou o aporte inicial de 25.000 para constituição do Fundo e posteriormente R$ 1250.000, totalizando um capital social de R$ 150.000. Atualmente, o fundo é negociado em bolsa (b3) e a Companhia detém atualmente 3,67%das cotas do fundo. No entanto, com base nos termos do acordo sob quais esse Fundo foi estabelecido, a Companhia recebe substancialmente todos os retornos relativos às suas operações e ativos líquidos e tem capacidade de direcionar as atividades dessa investida que afetam mais significativamente esses retornos.

(c) DaSoja Sementes S.A

Em 30 de novembro de 2023 a DaSoja Sementes S.A - "DaSoja", empresa situada em Palmas - TO, que se dedica substancialmente a comercialização de sementes de soja, milho, sorgo, feijão, forrageiras e mix de cobertura de solo, emitiu debêntures conversíveis em ações no valor de R$450 (quatrocentos e cinquenta mil reais) que foram adquiridas pela Boa Safra Sementes S.A com a opção de serem convertidas a qualquer momento em ações da DaSoja.

Em 16 julho de 2024, foi realizada a conversão das debêntures para instrumento patrimonial, momento em que a Companhia obteve o controle da investida. A subscrição de capital pela Boa Safra Sementes S.A integralizada mediante conversão das debêntures pela Companhia detidas em ações o que se equivale a 45% das ações que compõem o patrimônio líquido da investida. A Companhia determinou que controla a DaSoja Sementes S.A por ser a responsável pela tomada de decisões-chave da investida e estar envolvida nos processos diários da entidade. Este controle foi formalizado em documento assinado por ambas as partes. Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos da DaSoja estão incluídos inputs (uma sede e dez unidades com vários franqueados, estoques e relacionamento com clientes), processo de produção e força de trabalho organizada. O Grupo determinou que juntos, os inputs e processos adquiridos contribuem significativamente para a capacidade de gerar receita (outputs). O Grupo concluiu que o conjunto adquirido é um negócio. A aquisição da DaSoja está alinhada com a estratégia da Companhia de aumentar a base operacional da Boa Safra e diversificação de sua linha de produtos.

Nos 5 meses e 14 dias findos em 31 de dezembro de 2024, a DaSoja contribuiu com uma receita de R$ 160.492 e lucro de R$ 9.735 às demonstrações financeiras, consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024, a administração estima que a receita consolidada seria de R$ 1.969.728 e o lucro líquido consolidado seria de R$ 175.457. Para determinação desses montantes a administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados provisoriamente na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024.

i) Contraprestação transferida:

A Companhia adquiriu a participação na DaSoja por meio do pagamento via debêntures emitidas no montante de R$450, realizado em 16 de julho de 2024.

ii) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:

A tabela abaixo resumo o valor contábil dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	5.394
Contas a receber	85
Estoques	1
Adiantamentos a fornecedores	6.125
Impostos a recuperar	131
Outros créditos	4.862
Imobilizado	970
Fornecedores	(536)
Obrigações sociais e trabalhistas	(93)
Obrigações tributárias	(37)
Adiantamento de clientes	(16.721)
Empréstimos e financiamentos	(450)
Ativos identificáveis e passivos, líquidos	**(269)**

Mensuração do valor justo

Os ativos circulantes e não circulantes da DaSoja são compostos, basicamente, pelas seguintes contas: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) contas a receber; (iii) estoques, (iv) impostos a recuperar, (v) adiantamentos de fornecedores, (vi) outros créditos e (vii) imobilizado. Com base nas informações recebidas e discussões com a Administração, o avaliador concluiu que os principais saldos de curto e longo prazo existentes estão contabilizados a valor justo.

Já os passivos circulantes e não circulantes da DaSoja são compostos, basicamente, pelas seguintes contas: (i) fornecedores, (ii) obrigações trabalhistas, (ii) obrigações tributárias, (iv) adiantamentos de clientes e (v) empréstimos e financiamentos. Com base nas informações recebidas e discussões com a Administração, concluiu-se que eventuais ajustes a valor de mercado para tais contas de balanço são nulos ou imateriais devido às suas naturezas e os termos desses valores.

1.2 Sazonalidade

O setor do agronegócio apresenta sazonalidade, especialmente em razão dos ciclos da lavoura que dependem de condições climáticas específicas. Assim, considerando que as atividades dos produtores integrados da Companhia e, consequentemente, estão diretamente relacionadas aos ciclos das lavouras e têm natureza sazonal, as receitas da Companhia também apresentam sazonalidade. Os resultados operacionais sofrem variações significativas entre o período de plantio e colheita de cada safra, o que cria flutuações nos estoques, normalmente com picos no primeiro trimestre para cobrir as vendas na entressafra. A sazonalidade das culturas, e o ano agrícola encontra-se em função na cultura principal da Companhia, soja, ou seja, a que tem maior representatividade econômica, também implica na sazonalidade do lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social, o que pode causar uma comparabilidade não efetiva nos resultados operacionais apurados em bases diferentes do exercício social.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2025.

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota Explicativa nº 9 - provisão para perdas esperadas de crédito do contas a receber.
• Nota Explicativa nº 10 - determinação do valor justo dos estoques de *commodities*.
• Nota Explicativa nº 23 - Provisão para contingências
• Nota Explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros: determinação do valor justo dos contratos futuros de compra e venda de *commodities*.
• Nota Explicativa nº 25 - Exposições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis, em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
• Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
• Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa n° 24 - Instrumentos financeiros.

b. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa 1.1 e 15 - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem controle sobre uma investida;
• Nota explicativa 1.1 - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
• Nota explicativa 20 - prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo, e os estoques de *commodities* avaliados a valor justo.

6 Principais políticas contábeis

a. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para a tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme seu modelo de gestão vigente.

b. Receita operacional líquida

A receita operacional no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que o controle dos bens foi transferido para o comprador, e que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em fornecedores e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções nas datas de fechamento dos balanços, atualizando os valores do ativo e do passivo.

Prestação de serviços tolling

O *Tollin*g de beneficiamento de Sementes é o processo que consiste no recebimento, secagem, debulha, classificação, tratamento, ensaque e armazenamento das sementes. Os serviços são executados conforme demanda estipulada em contrato.

A Companhia reconhece o montante das suas receitas refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle dos produtos que oferece. Não existem programas de fidelidade.

A Companhia reconhece a receita proveniente da prestação de serviços de tolling, após a retirada da mercadoria beneficiada.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Pagamentos baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseados em ações concedidas aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseados em ações que não contenham condições de aquisição (*nonvesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseados em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que é liquidado em ações, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento.

	Opções	**Ações**	**Opções**	**Opções**	**Opções**	**Opções**	**Ações**	**Total**
Daa Atual	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	
Data Outorga	26/09/2024	20/06/2024	18/04/2024	01/09/2023	01/04/2023	01/09/2022	01/04/2023	
Data Exercício	26/09/2027	20/06/2027	18/04/2027	31/08/2026	31/03/2026	31/08/2025	31/03/2026	
Opções/ Ações	455.539	149.524	228.000	366.128	68.436	317.211	50.000	1.634.838
Valor Original	1.516	2.164	995	3.407	364	1.820	565	10.831
Total de opções de ações	**6**	**202**	**150**	**1229**	**182**	**1264**	**350**	**3.383**

Condições de aquisição do direito

O direito de aquisição de opções é adquirido após 3 (três) anos da data de outorga.

Despesa reconhecida no exercício

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$ 2.853 (R$ 268 em 31 de dezembro de 2023).

Todos os participantes do programa encontram-se dentro do período de *vesting.*

d. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

• Rendimentos sobre aplicação
• Variação cambial
• Descontos obtidos
• Juros sobre o passivo
• Descontos concedidos e tarifas bancárias
• Resultado com derivativos
• Ajuste a Valor Presente - AVP
• Outras despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitado a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Subvenção governamental

A subvenção governamental visa a compensar a Companhia por despesas tributárias incorridas e é reconhecida no resultado do exercício em uma base sistemática no mesmo período em que tais despesas são registradas.

Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas' em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas, trazendo assim seu efeito nulo dentro de Outras Receitas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

A Companhia reconhece as seguintes subvenções nessa sistemática:

• A Companhia participa do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR, que concede subvenção para investimento através do financiamento de 73% do valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado no período, em atendimento à Resolução n° 1.535/10; e o incentivo fiscal adquirido pela Companhia finaliza em 31 de dezembro de 2040. O prazo de quitação e/ou liquidação de cada operação é de 12 (doze) meses e possui encargos de 0,2% a.m.
• Além da taxa reduzida, há a possibilidade de receber um desconto sobre o valor de financiamento, condicionado ao atingimento de certos compromissos estabelecidos e apurados mediante pontuação definida contratualmente na subvenção governamental. Com base na pontuação acumulada ao longo do período, o desconto condicional é determinado conforme as disposições contratuais. O desconto pode ser aplicado como uma redução proporcional no valor total do financiamento com a contrapartida de reconhecimento na receita operacional líquida.
• A partir de 2020, amparada pela avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia passou a reconhecer a suspenção e a redução de base de cálculo de ICMS como subvenção de investimento, nos termos da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017.

A subvenção tem a natureza de receita da Companhia, tendo sua contrapartida na rubrica "Receitas operacionais líquidas" no resultado do exercício — e facultativamente destinada a uma reserva de lucros. A subvenção é reconhecida ao longo do período, em base sistemática, quando se tem a razoável segurança de que: (a) a entidade cumpra todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção; e (b) a subvenção seja recebida.

A Companhia constitui "Reserva de incentivos fiscais" ao final de cada exercício societário em que é apurado lucro. A Companhia mantém controles paralelos para que o valor correspondente da reserva seja capitalizado à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos

continua

DM 45 ANOS

continuação

estimados de conclusão e despesas de vendas.
A Companhia tem como principal foco a compra de commodities para produção de sementes certificadas. Adicionalmente, parte das *commodities* adquiridas que não se enquadram dentro das taxas de germinação e vigor esperados para sementes, são destinadas a comercialização com a finalidade de venda e obtenção de lucro com base nas variações dos preços e das margens.
Os estoques de produtos comercializáveis de grãos: Milho, soja, feijão são valorizados pelo seu valor justo com base em preços de mercado (*Mark to Market*) menos os custos para a venda. Os preços de referência de soja são públicos e são obtidos junto a Safras & Mercados.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).
O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:
• O custo de materiais e mão de obra direta
• Quaisquer outros custos para financiar e colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
• Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.
Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.
Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

j. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

k. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.
As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil
Edificações	50 anos
Máquinas e equipamentos	17 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Veículos	05 anos
Instalações	17 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

l. Ativos intangíveis

(i) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

m. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

n. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.
Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.
A vida útil estimada do ativo intangível é a seguinte:

	Vida útil
Marcas, patentes e licenças	5 anos

o. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A conta de clientes e outros recebíveis e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo do meio de Resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

p. Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado estão classificados como ao valor justo por meio do resultado. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.
Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:
Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.
A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:
• Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa
• Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis
• O pré-pagamento e a prorrogação do prazo
• Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.
O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) é tratada como consistente com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.
Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

q. Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.
No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

r. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

s. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação no preço de *commodities*. Os derivativos são mensurados inicialmente ao valor justo, e após o reconhecimento inicial os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

t. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos com vencimento não superior a três meses, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa a atender aos compromissos de curto prazo (não investimento).

u. Capital social

As quotas representativas do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.
Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

v. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.
Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da UGC exceder o seu valor recuperável.
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Perdas por redução ao valor recuperável

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática, com o intuito de avaliar a perda por redução ao valor recuperável no contas a receber, os seguintes procedimentos:
(i) Análise da experiência histórica de perdas com clientes e segmento no qual o cliente atua.
(ii) Cálculo do percentual histórico de perda da carteira.
(iii) Análise das faturas vencidas por cliente por meio do aging list.
Em complemento a atenuação do risco de perda, a Companhia adota como prática, com o intuito de avaliar a perda por redução ao valor recuperável nos adiantamentos a fornecedores, os seguintes procedimentos:
(iv) Análise da experiência histórica de perdas com adiantamento a fornecedores.
(v) Análise das faturas vencidas por cliente por meio do aging list.

Ativos financeiros

Instrumento financeiro e ativos contratuais
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:
• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.
As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).
A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:
• Através de informações prospectivas razoáveis e sustentáveis, a Companhia conclua que é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia sem recorrer a ações.
• Informações sobre pagamentos vencidos quando não for possível se basear em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivos.
Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.
Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
• Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário.
• Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias.
• Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais.
• A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.
• O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.
Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Quando baixados os valores são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
• Inadimplência ou atrasos do devedor.
• Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais.
• Indicativos de que o devedor ou o emissor irá entrar em falência/recuperação judicial.
• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras.
• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.
A Administração da Companhia não identificou qualquer aumento significativo em relação ao risco de crédito desde seu reconhecimento inicial, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

w. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.
As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

x. Bases de consolidação

(i) Combinações de negócio

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.
A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.
Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto(a), ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

y. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.
No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.
A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e na remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e pelas condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.
O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.
O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.
A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.
Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou a taxa na data de início; valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e, o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.
O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.
Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.
À medida que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda, conforme exigido pela atualização da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.
A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "Financiamentos e Empréstimos" no balanço patrimonial.

7 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
• As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
• As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
• Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.
A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

B. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:
• Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
• Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7)
As alterações não resultaram em impactos significativos para a Companhia.

8 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários	880	594	2.183	1.935
Depósitos bancários em moeda estrangeira	19.068	–	19.068	–
Aplicações financeiras (*)	206.674	461.928	217.276	463.654
	226.622	**462.522**	**238.527**	**465.589**

(i) As aplicações financeiras referem-se a aplicações com remuneração média anual atrelada a 101,5% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2024 (101,8% a.a CDI em 31 de dezembro de 2023).

b. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras (i)	104.715	122.380	346.712	271.539
	104.715	**122.380**	**346.712**	**271.539**
Circulante	96.510	115.366	338.507	264.525
Não Circulante	8.205	7.014	8.205	7.014

(i) As aplicações financeiras referem-se a aplicações com remuneração média anual atrelada, a 101,5% CDI (Certificado de Depósito Interbancário), as quais são mantidas como investimento em virtude da estratégia de fluxo de caixa da Companhia. Dentro dessa média de remuneração, consta o LTN pré-fixado de 11,34% (11,34% em 31 de dezembro de 2023). O saldo no não circulante refere-se aos Fundos de Investimento atrelado a operação de garantia vinculadas aos contratos de empréstimos com vencimento previsto para 2033.
As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e mensuração do valor justo relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e valores imobiliários estão incluídas na Nota Explicativa nº 24.

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de venda de produtos	534.992	486.530	546.247	486.530
Contas a receber de prestação de serviços	–	–	5.757	17.082
Contas a receber de operações de barter (i)	43.873	–	43.873	–
Partes relacionadas (Nota explicativa nº 30)	25.536	5.354	9.251	5.354
	604.401	**491.884**	**605.128**	**508.966**
Provisão para perdas esperadas	(4.199)	(2.067)	(4.199)	(2.067)
Ajuste a valor presente	(22.333)	(17.582)	(23.073)	(17.782)
Total	**577.869**	**472.235**	**577.856**	**489.117**

(i) As operações de barter representam transações comerciais nas quais a Companhia recebe bens ou serviços em contrapartida à venda de seus produtos, sem envolvimento direto de recursos financeiros.
Abaixo o *aging list* dos saldos a receber da Companhia em suas respectivas datas-bases:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber a vencer				
De 1 a 30 dias	18.867	6.294	17.922	6.294
De 31 a 120 dias	373.179	25.412	378.936	42.494
De 121 a 180 dias	170.875	419.158	182.130	419.158
Acima de 181 dias a 360 dias	4.449	2.472	4.449	2.472
	567.370	**453.336**	**583.437**	**470.418**
Contas a receber vencidos				
De 1 a 30 dias	18.779	11.976	18.779	11.976
De 31 a 120 dias	18.085	23.793	6.485	23.793
De 121 a 180 dias	-	2.191	2.745	2.191
Acima de 181 dias	167	588	167	588
	37.031	**38.548**	**21.691**	**38.548**
	604.401	**491.884**	**605.128**	**508.966**

As movimentações da provisão para perdas esperadas são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início	**(2.067)**	**(149)**	**(2.067)**	**(149)**
Adição de provisão	(12.451)	(1.918)	(12.451)	(1.918)
Reversão de provisão	10.319	–	10.319	–
Saldo final	**(4.199)**	**(2.067)**	**(4.199)**	**(2.067)**

Ajuste a valor presente

O saldo de contas a receber da Companhia segue prazos de recebimento relacionados ao período de safra, logo, existe um longo prazo entre o momento da venda e a respectiva liquidação do saldo. Dessa forma, os valores de contas a receber são ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro e os riscos e expectativas do ativo em suas datas originais. Os efeitos desse cálculo e das respectivas reversões são registrados no resultado do exercício. A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de 12,25% ao ano.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(17.582)	(13.441)	(17.782)	(13.441)
Adição de ajuste a valor presente	(22.435)	(4.141)	(22.975)	(4.341)
Reversão de ajuste a valor presente	17.684	–	17.684	–
Saldo final	**(22.333)**	**(17.582)**	**(23.073)**	**(17.782)**

10 Estoque

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Produto acabado				
Semente de soja	–	27.481	8.610	27.481
Semente de feijão	13.565	6.457	13.565	6.457
Soja em grãos	20.457	8.662	20.457	8.662
Semente de milho	7.459	4.604	8.013	4.604
Milho em grãos	.	2	–	2
Feijão em grãos	.	45	–	45
Sementes de trigo	10.977	4.064	10.977	4.064
Sorgo	9.489	5.063	9.489	5.063
Semente de capim	17.927	9.783	17.927	9.783
Provisão de devolução	4.983	1.120	5.067	1.120
Outras sementes	64	1.227	65	1.227
	84.921	**68.508**	**94.170**	**68.508**
Estoque em andamento				
Semente de soja em beneficiamento (i)	**–**	**–**	671	–
Matéria-prima				
Defensivos	97.222	46.732	97.460	46.890
Embalagens	34.225	22.497	34.225	22.497
Uso e consumo	717	201	717	201
	132.164	**69.430**	**132.402**	**69.588**
	217.085	**137.938**	**227.243**	**138.096**

(i) São gastos pré-operacionais para beneficiamento da semente, como mão-de-obra, energia e outros insumos que serão agregados ao custo do produto.

Os estoques de soja em grãos, milho em grãos e feijão em grãos são valorizados pelo seu valor justo deduzido dos custos de venda com base em preços de mercado ("*mark to market*"). Os preços de referência são públicos e obtidos junto a Safras & Mercados. O valor justo dos grãos resultou em uma perda de R$ (1.932) em 31 de dezembro 2024 e R$ (7.306) em 31 de dezembro de 2023. As sementes e demais estoques como defensivos, embalagens e materiais de uso e consumo são valorizados por seu custo médio.
Adicionalmente, os estoques foram reduzidos ao valor justo liquido no montante de R$ 2.117 (não houve em 31 de dezembro de 2023).

11 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores	109.614	78.703	111.797	78.711
Partes relacionadas (Nota 30)	7.394	9.696	2.963	9.696
	117.008	**88.399**	**114.760**	**88.407**
Provisão para perdas esperadas	(256)	(1.723)	(256)	(1.723)
Total	**116.752**	**86.676**	**114.504**	**86.684**
Circulante	112.028	85.326	114.165	85.326
Não Circulante	4.724	1.350	339	1.358

Os adiantamentos a fornecedores referem-se a adiantamento a fornecedores de matérias-primas e de insumos. O saldo apresentou aumento no período devido a adiantamentos para compra de matéria-prima utilizada no processo produtivo de sementes de soja e principalmente em virtude do pagamento antecipado de insumos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercado interno - Soja	39.686	57.314	41.869	57.314
Mercado interno - Insumos	64.911	6.999	64.911	6.999
Mercado interno - Partes relacionadas (nota 30)	7.394	9.696	2.963	9.696
Mercado interno - Imobilizado	–	1.614	–	1.614
Mercado interno - Outros	4.761	11.053	4.761	11.061
Total	**116.752**	**86.676**	**114.504**	**86.684**
Circulante	112.028	85.326	114.165	85.326
Não Circulante	4.724	1.350	339	1.358

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito sobre os adiantamentos a fornecedores a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus fornecedores, estabelecendo um limite de crédito e prazos, além de acompanhar permanentemente o saldo em aberto. A Companhia possui um comitê de crédito composto pela diretoria comercial, financeira e o presidente, que aprovam ou recusam tais solicitações de crédito.
As análises possuem, basicamente, três parâmetros:
• Análise quantitativa contendo avaliação criteriosa dos índices econômico-financeiros relativos a endividamento, liquidez e rentabilidade utilizados como os demonstrativos financeiro recebidos.
• Análise qualitativa que deve conter a estrutura societária; consultas aos órgãos fiscais, Sintegra e Serasa; relatório de visita técnica; tempo de atuação no mercado; referências comerciais; relação dos principais fornecedores; relação dos bens da empresa e/ou dos sócios.
• Análise de garantias, examinadas pelas áreas de Crédito e Jurídica, e solicitadas sob o critério da discricionariedade de sua Administração, visitas *in loco*.
A área de Crédito e Originação monitora a relação entre o crédito cedido aos fornecedores, contra o seu volume de entrega de produtos. Esse monitoramento visa garantir o acompanhamento dos limites de crédito disponibilizados e sugerir, quando viável, possíveis reavaliações de tais limites.

continua

continuação

Os adiantamentos com preço fixo estão garantidos por penhor mercantil representado por cédula de produtor rural. O saldo de adiantamentos concedidos será substancialmente realizado no próximo ano-safra através da entrega de produtos agrícolas e sementes de soja, pelos fornecedores parceiros.

A estimativa de perda por risco de crédito é avaliada baseada na análise de risco de *rating,* realizada pelo Departamento de Crédito da Companhia e no histórico de perda, tendo como principal premissa o não recebimento dos produtos acima de 360 dias após vencido.

Abaixo o *aging list* dos saldos a receber da Companhia em suas respectivas datas base:

	Controladora		Consolidado	
A vencer	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
A vencer de 0 a 30 dias	24.552	21.503	24.552	21.503
A vencer de 30 a 60 dias	4.343	718	4.343	718
A vencer de 60 a 120 dias	10.075	2.226	10.075	2.226
A vencer de 120 a 180 dias	64.525	29.894	62.277	29.894
A vencer de 180 a 360 dias	–	20	–	20
A vencer acima de 360 dias	5.535	1.350	5.535	1.358
	109.030	**55.711**	**106.782**	**55.719**
Vencido				
Vencido de 0 a 30 dias	6.513	10.056	6.513	10.056
Vencido de 30 a 60 dias	304	2.636	304	2.636
Vencido de 60 a 120 dias	494	5.503	494	5.503
Vencido de 120 a 180 dias	410	11.494	410	11.494
Vencido de 180 a 360 dias	45	1.276	45	1.276
Vencido acima de 360 dias	212	1.723	212	1.723
	7.978	**32.688**	**7.978**	**32.688**
	117.008	**88.399**	**114.760**	**88.407**

12 Impostos a recuperar

a. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (i)	144.268	72.935	144.268	72.935
PIS - Programa de Integração Social (i)	27.457	20.007	27.457	20.007
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	2.470	1.615	3.137	1.801
Outros impostos	1.223	943	1.389	1.007
	175.418	**95.500**	**176.251**	**95.750**
Circulante	173.719	56.450	174.552	56.700
Não circulante	1.699	39.050	1.699	39.050

(i) O saldo de PIS e COFINS é oriundo substancialmente de créditos de royalties pelo uso da tecnologia de terceiros para produção de sementes geneticamente modificadas. Como trata-se de um insumo imprescindível no processo produtivo, a Companhia com base na IN n° 1.911 e Leis 10.637 e 10.833 tomou crédito nos exercícios de 2019, 2020 e 2021, 2022, 2023 e 2024 dos valores anteriormente pagos. A Companhia tem plano de recuperar estes créditos por meio de compensação com demais tributos e ressarcimento junto à Receita Federal. A Companhia atualiza tempestivamente o estudo de recuperabilidade de tais créditos.

b. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	54.991	33.998	55.116	34.031
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSSL	7.071	6.037	7.071	6.037
	62.062	**40.035**	**62.187**	**40.068**

Esses valores referem-se aos impostos que são retidos, dos rendimentos de aplicações financeiras, apuração e o pagamento do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Companhia adota o regime de Lucro Real, o que implica em uma apuração precisa do lucro tributável e permite o reconhecimento de ajustes fiscais da estimativa seguindo as normativas fiscais e contábeis vigentes para garantir o correto cumprimento das obrigações tributárias e a adequada transparência nas demonstrações financeiras.

13 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Valores a receber com partes relacionadas (nota 30) (a)	–	30.000	–	–
Outros créditos (b)	5.094	3.396	3.075	2.914
	5.094	**33.396**	**3.075**	**2.914**
(-) Ajuste a valor presente	–	(831)	–	(831)
	5.094	**32.565**	**3.075**	**2.083**
Circulante	3.471	31.065	1.265	404
Não circulante	1.623	1.500	1.810	1.679

(a) Em 2023 houve uma transação de venda de benfeitoria a prazo (R$ 30.000) com a Fundo Suno Agro FII - SNAG 11, a preço de custo da construção das benfeitorias com prazo de recebimento de até 120 dias (vencimento para março de 2024).

(b) Em 31 de dezembro de 2024, são créditos da Controladora decorrentes de despesas antecipadas de R$ 300 (R$ 420 em 31 de dezembro de 2023), título de capitalização de R$1.500 (R$ 1.500 em 31 de dezembro de 2023), não houve adiantamentos a funcionários (R$ 227 em 31 de dezembro de 2023), dividendos a receber de R$2.286 (R$ 535 em 31 de dezembro 2023) e seguros em geral de R$ 1.008 (R$ 714 em 31 de dezembro de 2023).

14 Imobilizado

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024 e 2023- Controladora

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Instalações	Obras em andamento	Adiantamento para aquisição de imobilizado	Total
Custo										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.109**	**190.775**	**55.756**	**893**	**927**	**1.848**	**3.474**	**69.919**	**40.739**	**365.440**
Aquisições	6.732	–	17.226	777	643	2.932	428	186.630	–	215.368
Baixas	–	(26.902)	(2.224)	–	–	(617)	(165)	–	–	(29.908)
Transferência	11.074	117.764	41.984	–	–	–	–	(138.580)	(32.242)	–
Saldo em 31 de dezembro 2023	**18.915**	**281.637**	**112.742**	**1.670**	**1.570**	**4.163**	**3.737**	**117.969**	**8.497**	**550.900**
Aquisições	12.136	506	20.747	512	968	4.680	717	131.483	3.835	175.584
Baixas	–	–	(72)	–	–	(155)	–	–	–	(227)
Transferências	–	160.582	44.864	6.088	1.842	20	1.531	(206.429)	(8.498)	–
Saldo em 31 de dezembro 2024	**31.051**	**442.725**	**178.281**	**8.270**	**4.380**	**8.708**	**5.985**	**43.023**	**3.834**	**726.257**
Depreciação										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**(1.903)**	**(4.843)**	**(275)**	**(558)**	**(513)**	**(77)**	**–**	**–**	**(8.169)**
Depreciação	–	(569)	(2.194)	(201)	(260)	(594)	(52)	–	–	(3.870)
Baixas	–	508	157	–	–	150	12	–	–	827
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**(1.964)**	**(6.880)**	**(476)**	**(818)**	**(957)**	**(117)**	**–**	**–**	**(11.212)**
Adições	–	(7.710)	(8.650)	(458)	(830)	(1.079)	(289)	–	–	(19.016)
Baixas	–	–	–	–	–	8	–	–	–	8
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**(9.674)**	**(15.530)**	**(934)**	**(1.648)**	**(2.028)**	**(406)**	**–**	**–**	**(30.220)**
Valor contábil líquido										
Em 31 de dezembro de 2023	18.915	279.673	105.862	1.194	752	3.206	3.620	117.969	8.497	539.688
Em 31 de dezembro de 2024	31.051	433.051	162.751	7.336	2.732	6.680	5.579	43.023	3.834	696.037

Em 31 de dezembro de 2024 houve a capitalização dos custos de empréstimos que foram destinados às obras em andamento no valor de R$ R$18.561 e R$14.675 em 31 de dezembro de 2023, calculados utilizando uma taxa média de capitalização de 8,65% a.a (4,03% a.a em 31 de dezembro de 2023).

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Consolidado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Instalações	Obras em andamento	Adiantamento para aquisição de imobilizado	Total
Custo										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**25.567**	**210.275**	**92.239**	**956**	**964**	**1.996**	**3.476**	**70.256**	**40.739**	**446.468**
Aquisições	17.806	66.394	18.552	954	694	2.932	487	142.425	–	250.244
Baixas	–	(26.901)	(2.228)	–	(7)	(616)	(165)	(535)	–	(30.452)
Transferência	–	84.281	41.984	–	–	–	–	(93.753)	(32.512)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**43.373**	**334.049**	**150.547**	**1.910**	**1.651**	**4.312**	**3.798**	**118.393**	**8.227**	**666.260**
Aquisições	12.136	593	20.770	514	968	4.680	717	133.085	3.835	177.298
Baixas	–	–	(110)	–	–	(155)	–	–	–	(265)
Transferência	**–**	**161.577**	**44.864**	**6.088**	**1.842**	**20**	**1.531**	**(207.424)**	**(8.498)**	**–**
Aquisições - Combinação de negócios	–	–	685	272	–	–	–	–	–	957
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**55.509**	**496.219**	**216.756**	**8.784**	**4.461**	**8.857**	**6.046**	**44.054**	**3.564**	**844.250**
Depreciação										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**(2.508)**	**(5.400)**	**(277)**	**(561)**	**(525)**	**(77)**	**–**	**–**	**(9.348)**
Depreciação	–	(3.054)	(4.915)	(212)	(273)	(634)	(56)	–	–	(9.144)
Baixas	–	508	173	3	1	150	12	–	–	847
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**(5.054)**	**(10.142)**	**(486)**	**(833)**	**(1.009)**	**(121)**	**–**	**–**	**(17.645)**
Depreciação	–	(9.327)	(12.294)	(489)	(846)	(1.128)	(295)	–	–	(24.379)
Baixas	–	–	–	–	–	8	–	–	–	8
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**(14.381)**	**(22.436)**	**(975)**	**(1.679)**	**(2.129)**	**(416)**	**–**	**–**	**(42.016)**
Valor contábil líquido										
Em 31 de dezembro de 2023	43.373	328.995	140.405	1.424	818	3.303	3.677	118.393	8.227	648.615
Em 31 de dezembro de 2024	55.509	481.838	194.320	7.809	2.782	6.728	5.630	44.054	3.564	802.234

As obras em andamento são referentes à expansão da capacidade de armazenagem de *big bags* de sementes de soja, com expansão da unidade de Jaborandi - BA, e uma UBS e um centro de Distribuição na cidade de Primavera do Leste - MT. Os bens dados em garantia estão relacionados Nota Explicativa nº 18.

Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. Para as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização dos testes de provisão para recuperabilidade.

15 Investimentos

a. Composição

	Controladora	
Controladas	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Suno Agro FII - SNAG (a)	22.856	64.869
Bestway Seeds do Brasil Beneficiamento de Sementes e Serviços S.A.	31.315	38.436
DaSoja Sementes S.A.	481	–
Outros investimentos em coligadas (i)	1.781	1.776
	56.433	**105.081**

(a) A Companhia realiza a consolidação do Fundo SNAG 11 - Suno Agro FII pelo fato da maioria das negociações e os ativos do Fundo estarem diretamente relacionados coma Companhia, não tendo outro investidor com relação e transações de forma significativa.

b. Movimentação

Participação	Fundo SNAG 11 3,67%	Bestway Seeds do Brasil 66,67%	DaSoja Sementes 45%	Outros investimentos em coligadas(i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**184.069**	**33.193**	**–**	**2.290**	**219.552**
(+) Aportes	56.650	**–**	**–**	**–**	**56.650**
(-) Amortização da mais valia	**–**	1.231	–	(435)	**(1.648)**
(-) Venda de quotas das investidas	(172.569)	–	–	–	**(172.569)**
(+/-) Equivalência patrimonial	5.966	6.438	–	(79)	**12.325**
(-) Dividendos recebidos	(9.247)	–	–	–	**(9.247)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**64.869**	**38.436**	**–**	**1.776**	**105.081**
(+) Aportes	–	–	450	–	**450**
(-) Amortização da mais valia	–	(1.055)	–	–	**(1.055)**
(-) Venda de quotas das investidas	(40.940)	–	–	–	**(40.940)**
(+/-) Equivalência patrimonial	2.787	(6.066)	2.317	5	**(957)**
(-) Dividendos recebidos	(3.860)	**–**	(2.286)	**–**	**(6.146)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**22.856**	**31.315**	**481**	**1.781**	**56.433**

c. Resumo das informações financeiras

O quadro a seguir resume as demonstrações financeiras das investidas:

Informações financeiras resumidas em 31 de dezembro de 2024	**Suno Agro FII - SNAG 11**	**Bestway Seeds**	**DaSoja**	**Outros investimentos em coligadas(i)**
Ativos circulantes	579.208	9.595	35.282	1
Ativos não circulantes	53.720	36.752	923	7.317
Passivos circulantes	6.824	9.946	39.212	110
Passivos não circulantes	–	6.032	–	105
Patrimônio Líquido	546.727	39.468	(8.156)	7.420
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	75.931	(9.096)	5.149	(317)
Receita	78.736	22.188	153.594	–
Custos e despesas	(2.805)	(31.284)	(148.445)	(317)

Informações financeiras resumidas em 31 de dezembro de 2023	**Suno Agro FII**	**Bestway Seeds**	**Outros investimentos em coligadas (i)**
Ativos circulantes	486.235	20.429	1
Ativos não circulantes	53.077	43.785	7.317
Passivos circulantes	36.453	18.516	110
Passivos não circulantes	–	6.467	105
Patrimônio líquido	456.613	29.544	7.420
Lucro líquido	46.246	9.684	(317)
Receita	52.074	56.904	–
Custos e despesas	(5.828)	(47.220)	(317)

(i) Refere-se a participação de 25% na PR - JNW Administração De Bens Próprios e LTDA e 11,11% de participação no patrimônio líquido do Centro Tecnológico para Pesquisas Agropecuárias LTDA.

16 Intangível

a. Composição

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ágio por rentabilidade futura - Bestway Seeds do Brasil	–	–	1.704	1.704
Marcas, patentes e licenças	672	536	730	594
Total	**672**	**536**	**2.434**	**2.298**
(-) Amortização	(169)	(272)	(223)	(325)
Total	**503**	**264**	**2.211**	**1.973**

b. Movimentação do intangível

	Controladora			Consolidado			
Custo	**Softwares**	**Marcas e patentes**	**Total**	**Ágio por rentabilidade futura - Goodwill Bestway Seeds**	**Softwares**	**Marcas e patentes**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**448**	**45**	**493**	**1.704**	**500**	**45**	**2.249**
Aquisições	44	–	44	–	50	–	50
Baixas	(1)	–	(1)	–	(1)	–	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**491**	**45**	**536**	**1.704**	**549**	**45**	**2.298**
Aquisições	136	–	136	–	136	–	136
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**627**	**45**	**672**	**1.704**	**685**	**45**	**2.434**
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(209)**	**–**	**(209)**	**–**	**(259)**	**–**	**(259)**
Adição	(63)	–	(63)	–	(66)	–	(66)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(272)**	**–**	**(272)**	**–**	**(325)**	**–**	**(325)**
Depreciação	–	–	–	–	(1)	–	(1)
Baixas	103	–	103	–	103	–	103
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(169)**	**–**	**(169)**	**–**	**(223)**	**–**	**(223)**
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2023	219	45	264	1.704	224	45	1.973
Em 31 de dezembro de 2024	458	45	503	1.704	462	45	2.211

c. Testes de recuperabilidade de ágio

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (*impairment*) dos saldos de intangíveis, substancialmente representados por ágio pela expectativa de rentabilidade futura gerada na aquisição da Bestway Seeds do Brasil Beneficiamento de Sementes e Serviços S.A. A metodologia utilizada é a de fluxo de caixa descontado, considerando, entre outros aspectos, as premissas descritas abaixo:

- Receitas projetadas, deduzidas de impostos e custo da prestação de serviço de *tolling*.
- Estimativas dos custos diretos e indiretos na prestação de serviços.
- Gastos associados às despesas com vendas, administrativas e gerais.
- Utilização da metodologia Weighted Average Cost of Capital (WACC) para desconto a valor presente dos fluxos de caixa estimados. A taxa utilizada foi de 20% em 31 de dezembro de 2024 e 11,75% em 31 de dezembro de 2023.

O exercício da projeção abrange cinco anos, e as taxas de crescimento utilizadas foram obtidas através do desempenho histórico da investida, investimentos a serem realizados na capacidade produtiva e das projeções de crescimento disponíveis para o setor.

O ágio é submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou quando há indicativos de que pode apresentar indicação de redução ao valor recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o resultado dos testes não apresentaram redução ao valor recuperável em relação ao ágio.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Fornecedores (i)	132.495	151.055	152.027	154.064
Partes relacionadas (nota explicativa 30)	174	1.904	58	1.904
Outros passivos	11.363	6.073	11.554	6.073
	144.032	**159.032**	**163.639**	**162.041**
Ajuste a valor presente	(2.097)	(1.632)	(2.098)	(1.643)
Total	**141.935**	**157.400**	**161.541**	**160.398**

(i) Refere-se substancialmente à aquisição de insumos para produção e grãos para o processo fabril.

Ajuste ao valor presente de fornecedores

O saldo de fornecedores da Companhia segue prazos de pagamentos relacionados ao período de safra, logo, existe um longo prazo entre o momento da compra e sua respectiva liquidação. Dessa forma, os valores de fornecedores são ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado como índice de IPCA, Selic e CDI, quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos e expectativas do ativo em suas datas originais. Os efeitos desse cálculo e das respectivas reversões são registrados no resultado do período. A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de 12,25% em 31 de dezembro de 2024, 11,75% em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldo inicial	**(1.632)**	**(1.325)**	**(1.643)**	**(1.325)**
Adição	(465)	(307)	(455)	(318)
Saldo final	**(2.097)**	**(1.632)**	**(2.098)**	**(1.643)**

18 Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja Nota Explicativa nº 24.

a. Composição

					Controladora	
Modalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Taxa média % (a.a.)**	**Vencimento**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Capital de giro (ii)	R$	Selic/CDI/Pré	13,10%	2025 a 2026	102.069	353.061
Capital de giro (i)	USD	CDI+1.4 a.a.	16,30%	2025	2.917	5.417
CRA (ii)	R$	CDI+3%	15,15%	2042	336.803	336.688
Recurso livre	R$	Pré-fixado+IPCA	9,17%	2025 a 2033	308.638	213.319
Total					**750.427**	**908.485**
Circulante					142.464	373.624
Não circulante					607.963	534.861

Modalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Taxa média % (a.a.)**	**Vencimento**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Capital de giro (ii)	R$	Selic/CDI/Pré	13,10%	2025 a 2026	102.452	354.854
Capital de giro(i)	U$D	CDI+1.4 a.a	16,30%	2025	2.917	5.417
Recurso livre	R$	Pré-fixado+IPCA	9,17%	2025 a 2033	308.638	213.319
Total					**414.007**	**573.590**
Circulante					140.956	38.533
Não circulante					273.051	535.057

(i) A Companhia realizou a captação de cédula de crédito bancário com no montante de R$ 10.000, para o qual foi realizado ***swap*** de USD para o CDI com vencimento dessa operação é 2025.

(ii) Contém *Swap* de pré para CDI no montante de R$110.749 em 31 de dezembro de 2023 com vencimento em 2026.

(iii) A Companhia cedeu ao fundo de direitos creditórios (Fundo Suno Agro FII - SNAG 11) o montante de R$ 335.000 de fluxos de caixa futuros decorrentes de contas a receber de clientes em cobertura ao saldo em aberto do Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA com datas de liberação abaixo:

CRA	**Data de liberação**	**Valor**	**Juros Incorridos**	**Total**
1ª Liberação	04/08/2022	125.000	673	125.673
2ª Liberação	29/12/2022	145.000	780	145.780
3ª Liberação	06/12/2023	65.000	350	65.350
Total		**335.000**	**1.803**	**336.803**

b. Movimentação do saldo

Abaixo a movimentação do saldo de Financiamentos e Empréstimos:

Controladora

Modalidade	**31/12/2024**	**Pagamentos empréstimos juros**	**Provisão de juros**	**Pagamentos empréstimos principal**	**Captações empréstimos**	**31/12/2023**
Capital de giro	104.986	(57.762)	44.770	(1.018.500)	778.000	358.478
CRA	336.803	(44.528)	44.643	–	–	336.688
Recurso livre	308.638	(17.604)	23.813	(5.982)	95.092	213.319
	750.427	**(119.894)**	**113.226**	**(1.024.482)**	**873.092**	**908.485**

Modalidade	**31/12/2023**	**Pagamentos empréstimos juros**	**Provisão de juros**	**Pagamentos empréstimos principal**	**Captações empréstimos**	**31/12/2022**
Capital de giro	358.478	(31.316)	30.768	(455.500)	732.000	82.526
CRA	336.688	(40.548)	41.286	–	70.000	265.950
Recurso livre	213.319	(17.842)	30.765	(13.333)	23.610	190.119
	908.485	**(89.706)**	**102.819**	**(468.833)**	**825.610**	**538.595**

Consolidado

Modalidade	**31/12/2024**	**Pagamentos empréstimos juros**	**Provisão de juros**	**Pagamentos empréstimos principal**	**Captações empréstimos**	**31/12/2023**
Capital de giro	105.369	(57.873)	43.754	(1.018.783)	778.000	360.271
Recurso livre	308.638	(17.604)	23.813	(5.982)	95.092	213.319
	413.007	**(75.477)**	**67.567**	**(1.024.765)**	**873.092**	**573.590**

Modalidade	**31/12/2023**	**Pagamentos empréstimos juros**	**Provisão de juros**	**Pagamentos empréstimos principal**	**Captações empréstimos**	**31/12/2022**
Capital de giro	360.271	(23.929)	27.067	(449.038)	713.000	93.171
Recurso livre	213.319	(5.367)	23.385	(1.164)	6.346	190.119
	573.590	**(29.296)**	**50.452**	**(450.202)**	**719.346**	**283.290**

c. Obrigações contratuais

A Companhia não possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de Financiamentos e Empréstimos relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos nesses contratos (*covenants*).

A Companhia está sujeita a cláusulas que, se não observadas, poderão acarretar vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos nas modalidades de capital de giro, CRA e recursos livres, devendo a Companhia, nesses casos, antecipar o valor principal acrescido de juros. O vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia poderão ser desencadeados conforme cláusulas presentes em contratos de Financiamentos e Empréstimos existentes. Adicionalmente, o inadimplemento de obrigações assumidas por sociedades coligadas à Companhia e pelos controladores, que figuram como avalistas/garantidores de determinados contratos, também poderá acarretar o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos nas modalidades de capital de giro, CRA e recursos livres da Companhia. A Companhia espera cumprir os covenants do exercício social dentro de 12 meses após a data do relatório, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

d. Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia para o recurso livre são os próprios bens financiados, relacionados no quadro abaixo, e para capital de giro avais dos acionistas e títulos de capitalização.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Aplicações financeiras (nota explicativa 8.b)	104.715	122.380	346.712	273.200
Máquinas e equipamentos	94.123	110.462	94.123	110.462
Penhor de soja	38.391	38.391	38.391	38.391
	237.229	**271.233**	**479.226**	**422.053**

19 Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Adiantamento de clientes	55.071	32.220	57.261	32.290
Partes relacionadas (nota explicativa 30)	2.766	1.787	2.766	1.787
	57.837	**34.007**	**60.027**	**34.077**

Como forma de assegurar as vendas e minimizar o risco de crédito, a Companhia possui como prática solicitar adiantamento junto aos clientes, referente à venda de sementes de soja. Esses adiantamentos serão utilizados basicamente para a operação de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 não constam valores em atraso por parte da Companhia em honrar seus compromissos com os clientes.

20 Passivo de arrendamento e bens de direito de uso

a. Composição do saldo de bens de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
Natureza	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Imóvel rural - Primavera do Leste - MT (i)	5.669	6.197	–	–
Imóvel rural - Sorriso - MT (i)	15.639	17.008	–	–
Planta industrial Uberlândia - UBS (ii)	–	–	2.623	6.179
Arrendamento área - Cereais Sul e BSA Investimentos (iii)	5.894	8.725	5.894	8.725
	27.202	**31.930**	**8.517**	**14.904**

(i) Referem-se a imóveis arrendados junto ao Fundo Suno Agro FII - SNAG 11, controlado pela Companhia. Dessa forma, os valores de arrendamento reconhecidos na controladora são eliminados na consolidação, em que são reconhecidos pelo custo de aquisição na rubrica de imobilizado do consolidado.

(ii) Refere-se à Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) arrendada pela controlada Bestway Seeds.

(iii) Refere-se ao arrendamento da Unidade de Beneficiamentos de Sementes (UBS) de Formosa (GO), arrendada pela controladora.

A Companhia utilizou a taxa de desconto de 13,75% em seus arrendamentos.

b. Movimentação do saldo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
Passivo de arrendamento	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldo inicial	**32.266**	**10.887**	**18.960**	**10.447**
(+) Novos arrendamentos/atualização de contrato	1.027	24.707	–	12.387
(-) Pagamento realizados	(8.241)	(6.237)	(5.583)	(4.401)
(+) Juros reconhecidos	3.985	2.909	1.632	527
Saldo final	**29.037**	**32.266**	**15.009**	**18.960**
Circulante	7.776	6.870	5.811	6.082
Não Circulante	21.261	25.396	9.198	12.878

	Controladora		Consolidado	
Bens de direito de uso (ativo)	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldo inicial	**31.930**	**11.017**	**14.904**	**9.709**
(+) Novos arrendamentos	–	12.387	–	12.387
(+) Atualização de contrato	1.027	12.320	–	–
(-) Depreciação	(5.755)	(3.794)	(6.387)	(7.192)
Saldo final	**27.202**	**31.930**	**8.517**	**14.904**

c. Taxas de Desconto

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para o pagamento:

Fluxo de Caixa	**Nominal**	**Ajustado a valor presente**
Contraprestação do arrendamento	14.466	11.326
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(1.338)	(1.048)

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/Nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

Passivo de arrendamento	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**
Contábil - IFRS 16/ CPC 06 (R2)	34.222	28.683	22.061	17.721	14.570	10.988	6.917	2.291
Fluxo com projeção de inflação	36.068	28.901	21.854	17.542	14.422	10.877	6.847	2.268
Variação	5,4%	0,8%	-0,9%	-1,0%	-1,0%	-1,0%	-1,0%	-1,0%
Direito de uso líquido - saldo final								
Contábil - IFRS 16/ CPC 06 (R2)	19.142	13.533	10.518	7.739	4.959	2.180	493	–
Fluxo com projeção de inflação	18.867	13.055	9.951	7.093	4.236	1.378	508	–
Variação	-1%	-4%	-5%	-8%	-15%	-37%	3%	–
Despesa financeira								
Contábil - IFRS 16/ CPC 06 (R2)	4.110	3.445	2.650	2.128	1.750	1.320	831	275
Fluxo com projeção de inflação	5.956	3.663	2.443	1.949	1.602	1.209	761	252
Variação	44,9%	6,3%	-7,8%	-8,4%	-8,5%	-8,4%	-8,4%	-8,4%
Despesa de depreciação								
Contábil - IFRS 16/ CPC 06 (R2)	5.609	5.845	3.015	2.779	2.779	2.779	1.687	493
Fluxo com projeção de inflação	5.840	5.812	3.104	2.858	2.858	2.858	1.632	508
Variação	4,1%	-0,6%	3,0%	2,8%	2,8%	-3,3%	3,0%	2,9%

A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

Contratos por prazo e taxa de desconto média	**Taxa média percentual a.a**
1 ano	11,6%
2 anos	9,3%
3 anos	8,4%
4 anos	3,0%
5 anos	3,0%
6 anos	3,0%
7 anos	3,0%
8 anos	3,0%

21 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Obrigações tributárias				
Funde Infra a recolher	91	2.107	91	2.107
ICMS a recolher	1.939	1.460	2.117	1.492
IRPJ a recolher	8.613	–	10.661	280
CSLL a recolher	5.839	–	6.988	2
Provisão de devoluções (impostos a pagar)	(411)	(211)	(411)	(211)
Outras obrigações tributárias	289	807	1.009	2.117
Total	**16.360**	**4.163**	**20.455**	**5.787**

continua

continuação

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 768.834 (R$ 468.834 em dezembro de 2023). Está representado por 135.322 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente integralizado (R$ 8.834 em junho de 2020). Adicionalmente, a Companhia registrou o montante de R$ 39.108 com gastos com emissão de ações referente ao exercício de 31 de dezembro de 2021 e R$ 10.306 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, totalizando R$ 49.414 com gastos e ações. O capital social está apresentando como segue:

	2024
Capital Social	768.834
Gastos com emissão de ações	(49.414)
Total	**719.420**

	2023
Capital Social	468.834
Gastos com emissão de ações	(39.108)
Total	**429.726**

b. Emissões de ações ordinárias

Em 18 de abril de 2024 a Companhia emitiu 18.182 ações ordinárias a um preço de R$ 16,50 por ação (zero em 2023).

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Destinação dos lucros

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 10% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido remanescente pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido em reservas, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. A Companhia realizou, durante o exercício de 2024, o pagamento do montante de R$ 39.999, líquido dos impostos, a título de juros sobre capital próprio.

Controladora	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Resultado do exercício	93.460	301.501
(-) Reserva legal (5%)	(4.673)	(15.075)
(-) Reserva de incentivos fiscais	–	(348.135)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios (i)	**88.787**	**(61.709)**
Dividendos propostos (10%)	**8.879**	**–**
Juros sobre capital próprio pago	**39.999**	**110.900**
Dividendos a pagar (ii)	**–**	**–**

(i) Em 2023, dado a companhia ter usufruído de benefício fiscal de R$ 348.135, o montante superou o lucro líquido, não constituindo, assim, base para dividendos a distribuir. Deste total, R$ 246.169 foram constituídos em reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2023 e R$ 101.966 será transferido mediante a lucros futuros de acordo com a legislação fiscal.

(ii) Devido ao valor pago de juros sobre capital próprio ter sido superior aos dividendos mínimos obrigatório, não houve provisão de dividendos, conforme estatuto da Companhia.

e. Juros sobre capital próprio

Em conformidade com os requerimentos da Lei 9.249/95 (trata do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido) o pagamento dos juros sobre capital próprio fica condicionado à existência de reservas de lucros no período ou reservas, em montante igual ou superior a duas vezes os juros a serem pagos. A Companhia aprovou, juros sobre capital próprio de R$110.900, dos quais foram liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor de R$ 26.304, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor de R$ 84.596. A Companhia também aprovou e pagou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o valor de R$ 39.999 referente a juros sobre capital próprio do exercício.

f. Reserva de retenção de lucros

Corresponde ao saldo de lucros após as destinações estatutárias e legais à disposição dos acionistas conforme proposta da Administração. Sua destinação será deliberada por conta da assembleia que aprovar as demonstrações financeiras. Essa proposta está baseada na necessidade de manter capital de giro e de atender aos projetos atuais e de expansão dos negócios previstos no seu plano de investimento, denominado orçamento de capital.

g. Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações da Companhia detidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha R$ 11.842 ações em tesouraria. As ações em tesouraria destinam-se, principalmente, ao programa de opções da Companhia.

h. Participação de acionistas não controladores

A tabela a seguir resume as informações relativas à cada uma das controladas da Companhia que tem participação material de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intragrupo:

Informações financeiras resumidas em 31 de dezembro de 2024	**Suno Agro FII - SNAG 11**	**Bestway Seeds do Brasil**	**DaSoja Sementes**	**Total**
Patrimônio Líquido	546.727	39.468	(8.156)	
Lucro líquido	75.931	(9.096)	5.149	
Participação de não controladores nos ativos líquidos	96,33%	33.33%	55%	
Mais valia e Ágio	–	7.970	–	
Valor contábil da participação de não controladores na investida	**599.802**	**18.093**	**1.654**	**616.241**

Informações financeiras resumidas em 31 de dezembro de 2023	**Suno Agro FII**	**Bestway Seeds**	**Total**
Patrimônio Líquido	456.613	29.544	
Lucro líquido	46.246	9.656	
Participação de não controladores nos ativos líquidos	87,10%	33,33%	
Mais valia e Ágio	–	8.888	
Valor contábil da participação de não controladores na investida	**437.990**	**21.953**	**459.943**

23 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível no valor total de R$ 231.810 (R$ 86.678 em 2023). As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

Não há reconhecimento de provisão para contingências devido a Companhia não ter processos com probabilidade de perda provável. A natureza dos principais passivos contingentes são:

Tributário

Exposições financeiras na apuração do imposto de renda corrente

Em 22 de agosto de 2024 a Companhia teve conhecimento de um auto de infração de imposto de renda e contribuição social, referente aos anos de 2020, 2021 e 2022 em razão da exclusão dos valores de outros incentivos de ICMS da apuração do IRPJ e CSLL. A Companhia considera a probabilidade de perda como possível, motivo pelo qual entende não haver necessidade de registro de provisão nos termos do ICPC 22 (IFRIC 23) - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro. O valor da causa atualizado é de R$ 215.152. A Companhia também possui processo tributário referente a contribuição destinada ao SENAR no valor de causa de R$ 2.366.

Cível

Rescisão contratual, indenização por dano material e moral, multas.

Em 2021 foi firmado contrato com uma Construtora para uma obra a ser realizada em Jaborandi, dessa forma a Boa Safra realizou um adiantamento à construtora, porém a obra não foi entregue por pedido de rescisão de contrato por parte da Companhia por entendimento de má execução do serviço por parte da Construtora. Esta, por sua vez, entrou com processo judicial contra a Boa Safra para ressarci-la com o custo que tiveram até o momento da rescisão contratual, alegando a falência devido à esta rescisão contratual. O processo está em fase de estimativa de finalização aguardando audiência de instrução. O valor atualizado da causa é de R$8.300. A Companhia considera a probabilidade de perda para este processo como possível. A Companhia possui mais 3(três) processos referentes a dano material e moral com probabilidades de perdas possível no valor atualizado da causa de R$ 2.108.

Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 8 (oito) processos referentes a causas trabalhistas como horas extras, atualização salarial e outros benefícios empregatícios com probabilidades de perda possível no valor atualizado da causa de R$ 3.884.

24 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Controladora			**Valor contábil**		**Valor Justo**	
Instrumento financeiro	**Classificação**	**Nível**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo financeiro						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	–	226.622	462.522	–	–
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	–	104.715	122.380	–	–
Contas a receber de cliente	Custo amortizado	–	577.869	466.162	–	–
Adiantamento a fornecedores (i)	Custo amortizado	–	77.066	27.748		–
Operações com corretoras	Valor justo por meio do resultado	II	13.602	10.764	13.602	10.764
Swap de taxa de juros	Custo amortizado	–	–	4.837	–	–
Outros créditos	Custo amortizado	–	5.094	32.565	–	–
			1.004.968	**1.126.978**	**13.602**	**10.764**

Consolidado			**Valor contábil**		**Valor Justo**	
Instrumento financeiro	**Classificação**	**Nível**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo financeiro						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	–	238.527	465.589	–	–
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	–	346.712	271.539	–	–
Contas a receber de cliente	Custo amortizado	–	577.856	483.044	–	–
Adiantamento a fornecedores (i)	Custo amortizado	–	72.635	27.756	–	–
Operações com corretoras	Valor justo por meio do resultado	II	13.602	10.764	13.602	10.764
Swap de taxa de juros	Custo amortizado	–	–	4.837	–	–
Outros créditos	Custo amortizado	–	3.075	2.083	–	–
			1.252.407	**1.265.612**	**13.602**	**10.764**

Controladora			**Valor contábil**		**Valor Justo**	
Instrumento financeiro	**Classificação**	**Nível**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Passivo financeiro						
Fornecedores	Outros passivos financeiros	–	141.935	151.327	–	–
Passivo de arrendamento	Outros passivos	–	29.037	32.266	–	–
Financiamentos e empréstimos	Outros passivos financeiros	–	750.427	908.485	1.090.615	568.904
			921.399	**1.092.078**	**1.090.615**	**568.904**

Consolidado			**Valor contábil**		**Valor Justo**	
Instrumento financeiro	**Classificação**	**Nível**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Passivo financeiro						
Fornecedores	Outros passivos financeiros	–	161.541	154.325	–	–
Dividendos a pagar	Outros passivos	–	12.734	4.790	–	–
Passivo de arrendamento	Outros passivos	–	15.009	18.960	–	–
Financiamentos e empréstimos	Outros passivos financeiros	–	414.007	573.590	735.812	232.216
			603.291	**751.665**	**735.812**	**232.216**

(i) Composto por adiantamento de mercado interno - royalties, mercado interno - partes relacionadas e mercado interno - outros, conforme nota explicativa 11.

b. Mensuração do valor justo

Os saldos das contas a receber de clientes, contratos de mútuo com acionistas, fornecedores e outras contas a pagar, menos a perda (*impairment*), se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

• Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

• Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).

• Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no Nível 2. O valor justo dos ativos e passivos financeiros da Companhia aproximam-se de seu custo, com exceção dos Financiamentos e Empréstimos, os quais tinham como valor justo o montante de R$ 1.090.615 na Controladora e R$ 1.090.998 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2024 (R$ 568.904 na Controladora e R$232.216 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2023).

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

• Risco de liquidez

• Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

Os diretores da Companhia são responsáveis pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. As perdas de crédito estimadas sobre os ativos financeiros reconhecidas no resultado foram evidenciadas na Nota Explicativa n° 9.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis na venda de produtos e prestação de serviços.

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito, acompanhamento permanente do seu saldo devedor, obtenção de garantias e apólice de seguro para carteira de crédito. Historicamente, a Companhia não sofreu nenhum inadimplemento relevante de nossos clientes e, portanto, o seguro de crédito nunca foi acionado.

Adiantamento a fornecedores

O risco de crédito de adiantamento a fornecedores advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de adiantamentos realizados. Para atenuar esse risco, a Companhia tem como prática o acompanhamento detalhado dos prazos e vencimentos dessas transações, tendo como prazo médio histórico de recebimento de 360 dias, constituindo provisão de perdas para os valores vencidos acima deste prazo.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentam rating “AA” ou superior avaliados por instituições de referência, tais como S&P Global Ratings, Fitch Ratins e Moody’s Investors Service. Condições de mercado em relação a taxas, prazos e volume de exposição junto a cada instituição para que não haja concentração excessiva de recursos em um único banco também são avaliadas no momento da aplicação de recursos.

Contratos futuros

A Companhia, com o intuito de mitigar o risco de crédito para os contratos futuros realizados com produtores rurais, realiza uma seleção criteriosa de seus produtores considerando quesitos como histórico de pontualidade das entregas das matérias-primas, tempo de relacionamento comercial com o produtor e previsão da colheita.

A Companhia também realiza o acompanhamento da lavoura desde o seu plantio até a colheita por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas da Companhia. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em virtude da diversificação da carteira de produtores e dos procedimentos que monitoram esse risco.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

		Controladora		**Consolidado**	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Caixa e equivalentes de Caixa	8	226.622	462.522	238.527	465.589
Títulos e valores mobiliários	8	104.715	122.380	346.712	271.539
Contas a receber	9	577.869	466.162	577.856	483.044
Adiantamento a fornecedores (i)	11	77.066	27.748	72.635	27.756
Outros créditos	13	5.094	32.565	3.075	2.083
Instrumentos financeiros derivativos	23	13.602	15.601	13.602	10.764
		1.004.968	**1.126.978**	**1.252.407**	**1.260.775**
Circulante		990.416	1.125.478	1.242.053	1.259.096
Não circulante		14.552	1.500	10.354	1.679

(i) Composto por adiantamento de mercado interno - royalties, mercado interno - partes relacionadas e mercado interno - outros, conforme nota explicativa 11.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia e de sua diretoria, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia busca manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de caixa’ em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto ‘Fornecedores’) para os próximos 365 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros créditos’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à ‘Fornecedores’.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

		Controladora		**Consolidado**	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Fornecedores	17	141.935	151.327	161.541	154.325
Dividendos a pagar		–	–	12.734	4.790
Passivo de arrendamento	20	29.037	32.266	15.009	18.960
Financiamentos e empréstimos	18	750.427	908.485	414.007	573.590
Total		**921.399**	**1.092.078**	**603.291**	**751.665**
Circulante		292.175	531.821	321.042	203.730
Não circulante		629.224	560.257	282.249	547.935

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

Controladora 31 de dezembro de 2024	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**Até 12 meses**	**De 12 a 36 meses**	**De 36 a 60 meses**	**Acima de 60 meses**
Fornecedores	141.935	141.935	141.935	–	–	–
Passivo de arrendamento	29.037	42.647	8.328	13.290	9.312	11.717
Financiamentos e Empréstimos	750.427	1.465.840	105.811	189.271	137.500	1.033.258
Total	**921.399**	**1.650.422**	**256.074**	**202.561**	**146.812**	**1.044.975**

Controladora 31 de dezembro de 2023	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**Até 12 meses**	**De 12 a 36 meses**	**De 36 a 60 meses**	**Acima de 60 meses**
Fornecedores	151.327	151.327	151.327	–	–	–
Passivo de arrendamento	32.266	49.108	8.139	21.052	19.917	–
Financiamentos e Empréstimos	908.485	932.854	382.097	58.388	54.718	437.651
Total	**1.092.078**	**1.133.289**	**541.563**	**79.440**	**74.635**	**437.651**

Consolidado 31 de dezembro de 2024	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**Até 12 meses**	**De 12 a 36 meses**	**De 36 a 60 meses**	**Acima de 60 meses**
Fornecedores	161.541	161.541	161.541	–	–	–
Passivo de arrendamento	15.009	15.976	4.872	6.378	2.400	2.326
Dividendos a pagar	12.734	12.734	12.734	–	–	–
Financiamentos e Empréstimos	414.007	417.617	61.950	118.306	104.448	132.913
Total	**603.291**	**607.868**	**214.097**	**124.684**	**106.848**	**135.239**

Consolidado 31 de dezembro de 2023	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**Até 12 meses**	**De 12 a 36 meses**	**De 36 a 60 meses**	**Acima de 60 meses**
Fornecedores	154.325	154.325	154.325	–	–	–
Passivo de arrendamento	18.960	20.047	3.672	7.650	8.725	–
Dividendos a pagar	4.790	4.790	4.790	–	–	–
Financiamentos e Empréstimos	573.590	594.478	43.721	58.388	54.718	437.651
Total	**751.665**	**773.640**	**206.508**	**66.038**	**63.443**	**437.651**

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. Caso houvesse quebra de cláusulas restritivas, *‘Covenants’*, o fluxo de caixa da controladora nos próximo doze meses sofreria o impacto de R$ 608.777 (R$550.757 em 31 de dezembro de 2023). No consolidado, o fluxo de caixa nos próximo doze meses sofreria o impacto de R$ 273.865 (550.757 em 31 de dezembro de 2023).

f. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

f.1 Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de Financiamentos e Empréstimos, expostas, principalmente, à variação do CDI. A direção da Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas às suas dívidas:

		Controladora		**Consolidado**	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	8.a|8.b	311.389	584.308	563.988	735.193
Financiamentos e empréstimos	18	750.427	908.485	414.007	573.590

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo de aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos Financiamentos e Empréstimos e dos ativos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado. O Cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário II corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário III corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, conforme as tabelas a seguir.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos - Apreciação das taxas

Instrumentos financeiros Controladora	**Exposição em 31/12/2024**	**Index**	**Cenário I Provável %**	**Valor**	**Cenário II (+25%) 25%**	**Valor**	**Cenário III (+50%) 50%**	**Valor**
Aplicações financeiras	311.389	CDI	12,15%	37.834	15,19%	47.292	18,23%	56.751
Financiamentos e Empréstimos	(308.638)	IPCA	4,83%	(14.907)	6,04%	(18.634)	7,25%	(22.361)
Financiamentos e Empréstimos	(104.986)	Cdi/Selic	12,25%	(12.861)	15,31%	(16.076)	18,38%	(19.291)
CRA - Fundo Suno Agro FII - SNAG 11	(336.803)	CDI+3	15,15%	(51.026)	18,94%	(63.782)	22,73%	(76.538)
Total	**439.038**			**(40.960)**		**(51.200)**		**(61.439)**

Instrumentos financeiros Controladora	**Exposição em 31/12/2023**	**Index**	**Cenário I Provável %**	**Valor**	**Cenário II (+25%) 25%**	**Valor**	**Cenário III (+50%) 50%**	**Valor**
Aplicações financeiras	584.308	CDI	11,65%	68.072	14,56%	85.075	19,56%	102.137
Financiamentos e Empréstimos	(213.319)	IPCA	4,68%	(9.983)	5,85%	(12.479)	7,02%	(14.975)
Financiamentos e Empréstimos	(358.478)	Cdi/Selic	11,70%	(41.942)	14,63%	(52.445)	18,60%	(62.913)
Empréstimos - CRA - Fundo Suno Agro FII - SNAG 11	(336.688)	CDI+3	14,65%	(49.325)	18,31%	(61.648)		(74.004)
Total	**(324.177)**			**(33.178)**		**(41.497)**		**(49.755)**

Instrumentos financeiros Consolidado	**Exposição em 31/12/2024**	**Index**	**Cenário I Provável %**	**Valor**	**Cenário II (+25%) 25%**	**Valor**	**Cenário III (+50%) 50%**	**Valor**
Aplicações financeiras	563.988	CDI	12,15%	68.525	15,19%	85.656	18,23%	102.787
Financiamentos e Empréstimos	(308.638)	IPCA	4,83%	(14.907)	6,04%	(18.634)	7,25%	(22.361)
Financiamentos e Empréstimos	(105.369)	CDI/Selic	12,25%	(12.908)	15,31%	(16.135)	18,38%	(19.362)
Total	**149.981**			**40.710**		**50.887**		**61.064**

Instrumentos financeiros Consolidado	**Exposição em 31/12/2023**	**Index**	**Cenário I Provável %**	**Valor**	**Cenário II (+25%) 25%**	**Valor**	**Cenário III (+50%) 50%**	**Valor**
Aplicações financeiras	736.854	CDI	11,65%	85.843	14,56%	107.286	17,48%	128.802
Financiamentos e Empréstimos	(213.319)	IPCA	4,68%	(9.983)	5,85%	(12.479)	7,02%	(14.975)
Financiamentos e Empréstimos	(360.271)	CDI/Selic	11,70%	(49.325)	14.63%	(52.708)	17,55%	(63.228)
Total	**163.264**			**26.535**		**42.099**		**50.599**

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos - Depreciação das taxas

Instrumentos financeiros Controladora	**Exposição em 31/12/2024**	**Index**	**Cenário Provável III %**	**Valor**	**25%**	**Valor**	**50%**	**Valor**
Aplicações financeiras	311.389	CDI	12,15%	37.834	9,11%	28.375	6,08%	18.917
Empréstimos e financiamentos	(308.638)	IPCA	4,83%	(14.907)	3,62%	(11.180)	2,42%	(7.454)
Empréstimos e financiamentos	(104. 986)	CDI/Selic	12,25%	(12.861)	9,19%	(9.646)	6,13%	(6.430)
Cessão de recebíveis	(336.803)	CDI+3	15,15%	(51.026)	11,36%	(38.269)	7,58%	(25.513)
Total	**(439.803)**			**(40.960)**		**(30.720)**		**(20.480)**

Instrumentos financeiros Controladora	**Exposição em 31/12/2023**	**Index**	**Cenário I Provável %**	**Valor**	**Cenário II (-25%) 25%**	**Valor**	**Cenário III (-50%) 50%**	**Valor**
Aplicações financeiras	584.308	CDI	11,65%	68.072	8.74%	51.069	5,83%	34.065
Financiamentos e Empréstimos	(213.319)	IPCA	4,68%	(9.983)	3,51%	(7.487)	2,34%	(4.992)
Financiamentos e Empréstimos	(358.478)	CDI	11,70%	(41.942)	8,78%	(31.474)	5,85%	(20.971)
Cessão de recebíveis	(336.688)	CDI+3	14,65%	(49.325)	10,99%	(37.002)	7,33%	(24.679)
Total	**(324.177)**			**(33.178)**		**(24.894)**		**(16.577)**

Instrumentos financeiros Consolidado	**Exposição em 31/12/2024**	**Index**	**Cenário I Provável %**	**Valor**	**Cenário II (-25%) 25%**	**Valor**	**Cenário III (-50%) 50%**	**Valor**
Aplicações financeiras	563.988	CDI	12,15%	68.525	9,11%	51.393	6,08%	34.262
Financiamentos e Empréstimos	(308.638)	IPCA	4,83%	(14.907)	3,62%	(11.180)	2,42%	(7.454)
Financiamentos e Empréstimos	(105.369)	CDI/Selic	12,25%	(12.908)	9,19%	(9.681)	6,13%	(6.454)
Total	**149.981**			**40.710**		**30.532**		**20.355**

Instrumentos financeiros Consolidado	**Exposição em 31/12/2023**	**Index**	**Cenário I Provável %**	**Valor**	**Cenário II (-25%) 25%**	**Valor**	**Cenário III (-50%) 50%**	**Valor**
Aplicações financeiras	736.854	CDI	11,65%	85.843	8,74%	64.401	5,83%	42.959
Financiamentos e Empréstimos	(213.319)	IPCA	4,68%	(9.983)	31,51%	(7.487)	2,34%	(4.992)
Financiamentos e Empréstimos	(360.271)	CDI/Selic	11,70%	(49.325)	8,78%	(31.632)	5,85%	(21.076)
Total	**163.264**			**26.535**		**25.282**		**16.891**

Fontes: a informação do CDI foi extraída da base da B³, na data-base do último dia útil de dezembro de 2024, 2023. Os demais saldos registrados em Financiamentos e Empréstimos referem-se a contratos com taxas juros pré-fixados.

Risco de preço de commodities

A Companhia produz sementes de soja e milho, produtos esses caracterizados como *commodities* agrícolas, oriundos de produção de terceiros.

A Companhia adquire os grãos mencionados anteriormente no mercado interno, beneficia e vende produtos processados como sementes e grãos no mercado interno.

As *commodities* são negociadas junto aos produtores. Entre as práticas adotadas, destacamos o uso de operações de mercado futuro com preço fixo, como ferramentas de proteção contra oscilações de preços dos produtos.

As operações de compra e venda de sementes e produtos processados são casadas, utilizando ferramentas de proteção de preço fixo.

Tradicionalmente temos um *hedge* na originação da matéria-prima para produção de sementes. Pois, ao mesmo período que são realizadas as vendas aos clientes da Companhia também acontecem as compra de matéria-prima junto aos produtores integrados. Isso minimiza consideravelmente a exposição da Companhia à flutuação do preço das *commodities*. Eventualmente, na impossibilidade de aquisição da matéria-prima são utilizados instrumentos financeiros para mitigação de variação. Na operação da Companhia existe a política de limite de exposição em Dólar, tendo em vista a grande flutuação do câmbio nos últimos anos, reduzindo consideravelmente a exposição cambial.

Risco de *performance* dos contratos de compras acabam sendo minimizados em virtude dos adicionais que são pagos para os produtores integrados a título de bônus pela produção.

Análise de sensibilidade de preço de commodities

Com base no preço das *commodities* em vigor em 31 de dezembro, foi definido um cenário provável (Cenário I) para calcular o resultado das variações no período de 12 meses, assumindo que todas as outras variáveis são mantidas constantes e, com base nisso, variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) são calculadas conforme detalhado abaixo:

			Valorização		**Desvalorização**	
31/12/2024	**Quantidade (sc 60kg)**	**Cenário I**	**Cenário II (+25%)**	**Cenário III (+50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (-50%)**
Controladora						
Preço da soja (saca 60kg) CBOT		**120**	**150**	**180**	**90**	**60**
Posição comprada	2.454.938	294.593	368.241	441.889	220.944	147.296
Posição vendida	326.499	39.180	48.975	58.770	29.385	19.590

			Valorização		**Desvalorização**		
31/12/2023	**Quantidade (sc 60kg)**	**Cenário I**	**Cenário II (+25%)**	**Cenário III (+50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (-50%)**	**Cenário III (-50%)**
Controladora							
Preço da soja (saca 60kg) CBOT		**118**	**148**	**177**		**89**	**59**
Posição vendida							
Posição comprada	1.142.046	134.761	169.023	202.142		101.642	67.381

g. Futuro de commodities

Posição em 31 de dezembro de 2024

Produto	**Posição**	**Quantidade em Saca de 60 kg**	**Vencimento**	**Valor Justo**	**Resultado**
Soja	Compra	303.536	Janeiro/2025	40.619	40.619
Soja	Compra	59.975	Fevereiro/2025	6.862	6.862
Soja	Compra	87.700	Março/2025	10.225	10.225
Soja	Compra	1.360.351	Abril/2025	153.159	153.159
Soja	Compra	393.170	Maio/2025	44.546	44.546
Soja	Compra	122.100	Junho/2025	14.294	14.294
		105.106	Julho/2025	12.286	12.286
		23.000	Agosto/2025	2.773	2.773
Total		**2.454.938**		**284.764**	**284.764**

Produto	**Posição**	**Quantidade em Saca de 60 kg**	**Vencimento**	**Valor Justo**	**Resultado**
Soja	Venda	25.767	Janeiro/2025	3.666	3.666
Soja	Venda	53.333	Março/2025	6.258	6.258
Soja	Venda	141.666	Abril/2025	17.070	17.070
Soja	Venda	65.733	Maio/2025	7.792	7.792
Soja	Venda	15.000	Junho/2025	1.815	1.815
Soja	Venda	25.000	Julho/2025	2.993	2.993
	Venda				
Total		**326.499**		**39.594**	**39.594**

Posição em 31 de dezembro de 2023

Produto	**Posição**	**Quantidade em Saca de 60 kg**	**Vencimento**	**Valor Justo**	**Resultado**
Soja	Compra	106.140	Março/2024	12.317	12.317
Soja	Compra	428.398	Abril/2024	49.018	49.018
Soja	Compra	434.875	Maio/2024	50.330	50.330
Soja	Compra	76.333	Junho/2024	9.120	9.120
		20.000	Julho/2024	2.408	2.408
		76.300	Agosto/2024	9.087	9.087
Total		**1.142.046**		**132.280**	**132.280**

Valor justo dos instrumentos financeiros no balanço patrimonial

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, seja ele ativo ou passivo é reconhecido no balanço patrimonial da entidade.

Segue, abaixo, a conciliação de valor justo registrados no balanço patrimonial:

Efeitos no balanço patrimonial:

	Controladora e Consolidado	
Ativo	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Instrumentos financeiros derivativos (ativo)		
Operação com corretoras (i)	13.602	10.764
Swap de taxas de juros	–	4.837
	13.602	**15.601**

(i) Trata-se de transações com corretoras para proteção à oscilação do preço da matéria prima da Companhia.

h. Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Passivo Total	1.022.891	1.229.006	712.333	892.097
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(331.337)	(584.902)	(585.239)	(737.128)
(=) Dívida Líquida (A)	**691.554**	**638.031**	**127.094**	**154.969**
Total do patrimônio líquido (B)	1.346.795	1.012.629	1.954.270	1.472.507
Dívida Líquida com relação ao patrimônio líquido (A/B)	0,51	0,63	0,07	0,11

i. Operação com corretoras

Referem-se aos saldos a receber e a pagar de valores depositados referentes à margem e aos prêmios e ajustes pagos ou recebidos nas transações com instrumentos derivativos não liquidados na bolsa de valores.

25 Ativos e passivos fiscais diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os seguintes valores:

a. Controladora

	Ativo		**Passivo**		**Resultado**	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ajuste perda de estoque	3.663	–	–	–	3.663	**–**
Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa	89	1.289	–	–	(1.200)	1.289
Valor Justo estoque grãos	536	4.315	–	453	(3.326)	8.094
Prejuízo Fiscal e base negativa	90.710	70.524	–	–	20.186	70.524
Mais valia da aquisição da Bestway	4.969	5.750	–	–	–	–
Ajuste a Valor Presente - Contas a receber/ Fornecedores	9.020	6.260	714	555	2.601	1.534
Avaliação patrimonial	–	–	13.292	6.876	(6.416)	(3.848)
Devolução de vendas	–	1.612	–	–	(1.612)	1.612

continua

continuação

	Ativo 2024	Ativo 2023	Passivo 2024	Passivo 2023	Resultado 2024	Resultado 2023
Valor justo de resíduos	6.486	2.502	–	–	3.983	2.502
Provisão contas a pagar	–	10.019	–		(10.019)	10.019
Derivativos/*hedge*	–	–	11.175	3.660	(7.515)	6.468
Pagamento baseado em ações (Stock Options)	–	493	–	–	(493)	493
	115.473	**102.764**	**25.181**	**11.544**	**(148)**	**98.687**
Compensação (*)	(25.181)	(11.544)	(25.181)	(11.544)	–	–
Total	**90.292**	**91.220**	**–**	**–**	**(148)**	**98.687**

b. Consolidado

	Ativo 2024	Ativo 2023	Passivo 2024	Passivo 2023	Resultado 2024	Resultado 2023
Ajuste perda de estoque	3.663	–	–	–	3.663	–
Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa	89	1.289		–	(1.200)	1.289
Valor Justo estoque grãos	536	4.315	–	453	(3.326)	8.094
Instrumento financeiro	–	–	–	–	–	–
Mais valia da aquisição da Bestway	4.969	5.750	–	–	–	–
Prejuízo fiscal	92.320	72.134	–	–	20.186	70.524
Ajuste a Valor Presente - Contas a receber/ Fornecedores	9.020	6.260	714	555	2.601	1.534
Avaliação patrimonial	–	–	13.292	6.876	(6.416)	(3.848)
Devolução de vendas	–	1.612	–	–	(1.612)	1.612
Provisão contas a pagar	–	10.019	–		(10.019)	10.019
Valor justo de resíduos	6.486	2.502	–	–	3.983	2.502
Derivativos/*hedge*	–	–	11.175	3.660	(7.515)	6.468
Pagamento baseado em ações (Stock Options)	–	493	–	–	(493)	493
	117.083	**104.374**	**25.181**	**11.544**	**(148)**	**98.687**
Compensação (*)	(25.181)	(11.544)	(25.181)	(11.544)	–	–
Total	**91.902**	**92.830**	**–**	**–**	**(148)**	**98.687**

(*) Trata-se de compensação do passivo diferido, utilizando os saldos do ativo diferido que é composto, em sua maioria, pelo prejuízo fiscal.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
Reconciliação da taxa efetiva	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Resultado do exercício antes dos impostos	**108.425**	**208.363**	**175.473**	**253.979**
(-) Juros sobre capital próprio (i)	(39.999)	(110.900)	(39.999)	(110.900)
Resultado após juros sobre capital próprio	68.426	97.463	135.474	143.079
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesas com imposto a alíquota nominal	**(23.265)**	**(33.137)**	**(46.061)**	**(48.647)**
Exclusões Permanentes	**7.142**	**102.096**	**6.816**	**117.769**
Subvenções governamentais (ii)	3.087	117.769	3.087	117.769
Gastos com emissão de ações	3.504	–	3.504	–
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	226	(4.996)	226	–
Equivalência patrimonial	325	(10.677)	(1)	–
Adições permanentes	**1.158**	**24.179**	**24.280**	**21.851**
Total	**(14.965)**	**93.138**	**(14.965)**	**90.973**
IRPJ e CSLL diferidos	(148)	98.687	(148)	98.687
IRPJ e CSLL correntes	(14.817)	(5.549)	(14.817)	(7.714)
Alíquota efetiva	**(14%)**	**45%**	**(9%)**	**(36%)**

(i) Conforme nota explicativa nº 21, durante o exercício a Companhia destacou juros sobre capital próprio de acordo Lei 9.249/95 (trata do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido), nos montantes apurados sobre a base de 31 de dezembro de 2024 no montante de R$ 39.999, respeitando os mesmos dispositivos legais da Lei 9.249/95, limitando os juros sobre capital próprio em 50% do lucro acumulado. Os montantes de juros sobre capital próprio resultaram em uma redução dos impostos correntes de R$ 4.472 até 31 de dezembro de 2024 e R$ 21.176 em 31 de dezembro de 2023.

(ii) Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui apenas a subvenção do Produzir:

(a) Produzir é um programa do Governo do Estado de Goiás a partir da geração de ICMS pela Companhia, podendo ser utilizado até 2032. Trata-se de financiamento de 73% do ICMS apurado pelas empresas apura-se o ICMS do mês, recolhe-se 27% via DARE direto ao Tesouro Estadual. Antecipa o valor de 10% do valor financiado (73%), no ato de liberação de cada parcela mensal do benefício recolhe-se 0,2% de juro ao mês sobre o saldo devedor até sua quitação. Ao final do exercício de 2024, a Companhia reconheceu o total de R$ 9.079 (R$ 16.560 em 31 de dezembro de 2023).

26 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Sementes de soja	1.384.099	1.672.679	1.432.109	1.672.679
Soja em grãos	369.762	417.233	369.762	417.233
Beneficiamento de sementes de milho (Prestação de serviços)	–	–	22.874	59.161
Sementes de feijão	23.640	14.408	23.640	14.408
Feijão em grãos	3.535	2.864	3.535	2.864
Milho em grãos	1.349	3.522	1.349	3.522
Sementes de milho	998	1.129	998	1.129
Sementes de trigo	9.634	2.819	9.634	2.819
Defensivos	80.840	9.853	80.840	9.853
Semente de forrageiras	15.811		15.811	
Semente de sorgo	1.128	–	1.128	–
Receitas diversas	12.572	8.185	39.885	11.119
Receita bruta	**1.903.368**	**2.132.692**	**2.001.565**	**2.194.787**
Menos:				
Devoluções	(126.947)	(87.083)	(140.815)	(87.086)
Impostos sobre vendas	(27.751)	(43.003)	(28.777)	(45.512)
Produzir - Subvenção ICMS	9.079	16.560	9.079	16.560
Total de receita líquida	**1.757.749**	**2.019.166**	**1.841.052**	**2.078.749**

Receita líquida por cultivar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Natureza dos produtos				
Receitas operacionais:				
Milho	2.165	4.401	2.165	4.401
Beneficiamento de sementes de milho	–	–	21.596	56.649
Feijão	24.270	16.352	24.270	16.352
Soja	1.620.101	1.978.668	1.654.495	1.978.668
Outros	111.213	19.745	138.526	22.679
Total de receita líquida	**1.757.749**	**2.019.166**	**1.841.052**	**2.078.749**

a. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Indenizações recebidas	990	76	990	76
Receita com negociações de títulos	–	–	9.600	–
Ganho na valorização de cotas	219	4.814	269	–
Outras receitas operacionais	73	106	132	4.212
	1.282	**4.996**	**10.991**	**4.288**

27 Custos e despesas operacionais por natureza

Abertura dos gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Custos com insumos	(1.441.878)	(1.612.686)	(1.472.872)	(1.620.169)
Valor justo contratos de *commodities*	–	(15.367)	–	(15.367)
Ajuste de estoque a valor de mercado	(1.934)	(10.210)	(1.934)	(10.210)
Despesa com pessoal	(84.315)	(60.055)	(94.885)	(78.444)
Depreciação e amortização	(26.321)	(4.739)	(35.601)	(12.295)
Despesas de vendas	(34.746)	(26.594)	(47.392)	(27.393)
Despesas com manutenção	(6.836)	(4.145)	(7.848)	(6.320)
Despesas com serviços de terceiros	(3.306)	(4.538)	(7.280)	(8.372)
Despesas com impostos e taxas	(18.428)	(19.302)	(18.431)	(19.302)
Despesas corporativas (*)	(9.724)	(24.755)	(16.712)	(29.473)
Outras	(3.969)	(987)	(3.969)	(2.181)
	(1.631.457)	**(1.783.378)**	**(1.706.924)**	**(1.829.526)**

(*) Refere-se a bonificações, material de escritório, informática, uso e consumo e outras despesas vinculadas à parte administrativa.

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Natureza dos produtos				
Custos dos produtos vendidos e serviços	(1.552.879)	(1.698.805)	(1.615.496)	(1.745.265)
Valor justo a contrato de *commodities*	–	(15.367)	–	(15.367)
Ajuste de estoque a valor de mercado	(1.934)	(10.210)	(1.934)	(10.210)
Total custos dos produtos vendidos	**(1.554.813)**	**(1.724.382)**	**(1.617.430)**	**(1.770.842)**
Despesas comerciais	(34.746)	(26.594)	(44.003)	(26.765)
Provisão para perdas esperadas	(665)	(3.641)	(665)	(3.641)
Despesas administrativas e gerais	(41.233)	(28.761)	(44.826)	(28.278)
Total	**(1.631.457)**	**(1.783.378)**	**(1.706.924)**	**(1.829.526)**

Abertura das despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
Despesas comerciais	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Comissões	(12.711)	(14.600)	(12.711)	(14.600)
Viagens e estadias	(14.721)	(5.134)	(14.721)	(5.134)
Marketing	(6.256)	(3.827)	(6.256)	(3.827)
Outros (*)	(1.058)	(3.033)	(10.315)	(3.204)
	(34.746)	**(26.594)**	**(44.003)**	**(26.765)**

(*) Composto por prestação de serviço de representantes comerciais e perdas e avarias de estoques.

Abertura despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Comunicação	(642)	(732)	(3.535)	(732)
Informática	(3.078)	(3.395)	(3.156)	(3.395)
Viagens e estadia	(4)	(3.529)	(4)	(3.529)
Pessoal	(17.305)	(4.243)	(17.630)	(4.243)
Serviços de terceiros	(19.177)	(15.119)	(18.410)	(14.635)
Outros	(1.027)	(1.743)	(2.091)	(1.744)
Total	**(41.233)**	**(28.761)**	**(44.826)**	**(28.278)**

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receitas financeiras				
Rendimentos com aplicações financeiras	51.805	55.938	60.155	58.093
Descontos obtidos por antecipação e juros recebidos	17.762	7.740	17.762	7.740
Ajuste a valor presente - Contas a receber/Fornecedores	40.382	42.871	40.382	42.871
Instrumentos financeiros derivativos	63.909	43.223	63.909	43.223
Outros	466	5.414	466	5.414
	174.324	**155.186**	**182.674**	**157.341**
Despesas financeiras				
Juros apropriados sobre empréstimos	(36.914)	(51.243)	(37.351)	(50.452)
Ajuste a valor presente - Contas a receber/Fornecedores	(43.837)	(47.536)	(44.251)	(47.536)
Instrumentos financeiros derivativos	(58.322)	(53.369)	(58.322)	(53.369)
Juros sobre fornecedores	(162)	(113)	(162)	(113)
Juros sobre impostos	(927)	(177)	(927)	(177)
Juros CRA	(44.643)	(41.286)	–	–
Tarifa Bancária	(1.248)	(477)	(1.260)	(491)
Imposto sobre Operações Financeiras- IOF	(361)	(303)	(454)	(315)
Descontos concedidos	(1.791)	(977)	(1.830)	(981)
Outros	(4.311)	(2.803)	(7.765)	(2.923)
	(192.516)	**(198.284)**	**(152.322)**	**(156.357)**
Resultado financeiro líquido	**(18.192)**	**(43.098)**	**30.352**	**984**

29 Resultado por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas.

Média ponderada de ações ordinárias (Em milhares de ações)	**Nº Ação Movimentada**	**Média ponderada**
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro de 2021	**8.834**	420
Desdobramento de ações ordinárias à razão de 1 para 8 em fevereiro de 2021	61.842	4.135
Emissão de novas ações ordinárias oriunda da abertura de capital em abril de 2021	40.404	3.148
Emissão de novas ações ordinárias (Greenshoes) em maio de 2021	6.060	101.400
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2021	**117.140**	**109.103**
Ações ordinárias existentes em dezembro de 2023	–	**117.140**
Emissão de novas ações ordinárias (Greenshoes) em abril de 2024	18.182	12.261
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2024	**135.322**	**129.401**

	Lucro Líquido	**Lucro por ação**
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023 - Básico	301.501	2,57
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024 - Básico	93.460	0,72
Média ponderada de ações ordinárias diluído (Em milhares de ações)		

	2024	**2023**
Média ponderada de ações ordinárias para o lucro básico por ações	129.401	117.140
Efeito da diluição oriundo de:		
Efeito das opções de ações exercidas	317	317
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro	**129.718**	**117.457**

	Lucro Líquido	**Lucro por ação**
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023 - Diluído	301.501	2,57
Lucro atribuído às ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024 - Diluído	93.460	0,72

30 Informações por segmento

A Companhia possui dois segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócios estratégicas da Companhia. As unidades de negócio oferecem diferentes produtos e serviços para cada uma das unidades estratégicas. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- Segmento de produção de soja, principalmente sementes de soja e soja em grãos.
- Prestação de serviços de tolling (Consolidado)
- Outros segmentos, principalmente defensivos agrícolas e outras sementes.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas a seguir. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração da Companhia. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a gerência acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados dos segmentos.

a. Controladora

	31/12/2024			31/12/2023		
	Soja	**Outros**	**Total**	**Soja**	**Outros**	**Total**
Receita operacional líquida	1.620.101	137.648	1.757.749	1.978.581	40.585	2.019.166
Custos dos produtos vendidos	(1.408.797)	(119.695)	(1.528.492)	(1.685.762)	(34.573)	(1.720.335)
Depreciação	(24.260)	(2.061)	(26.321)	(3.966)	(81)	(4.047)
Resultado bruto	**187.044**	**15.892**	**202.936**	**288.853**	**5.931**	**294.784**
Despesas comerciais e provisão de perdas	(32.638)	(2.773)	(35.411)	(29.619)	(616)	(30.235)
Despesas administrativas e gerais	(38.004)	(3.229)	(41.233)	(28.175)	(586)	(28.761)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.182	100	1.282	4.887	109	4.996
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos	**117.584**	**9.990**	**127.574**	**235.946**	**4.838**	**240.784**
Receitas financeiras	160.673	13.651	174.324	84.386	1.735	86.121
Despesas financeiras	(102.270)	(8.689)	(110.959)	(35.671)	(730)	(36.401)
Juros	(75.170)	(6.387)	(81.557)	(90.958)	(1.860)	(92.818)
Resultado de equivalência patrimonial	(882)	(75)	(957)	10.467	210	10.677
Resultado antes dos tributos sobre o lucro (prejuízo)	**99.935**	**8.490**	**108.425**	**204.170**	**4.193**	**208.363**

b. Consolidado

	2024				2023			
	Soja	**Serviços**	**Outros**	**Total**	**Soja**	**Serviços**	**Outros**	**Total**
Receita operacional líquida	1.755.419	22.874	62.759	1.841.052	1.978.581	59.161	41.007	2.078.749
Custos dos produtos vendidos	(1.499.499)	(19.849)	(62.481)	(1.581.829)	(1.670.728)	(49.955)	(38.455)	(1.759.138)
Depreciação	(32.049)	(407)	(3.145)	(35.601)	(11.066)	(332)	(306)	(11.704)
Resultado bruto	**223.871**	**2.618**	**(2.867)**	**223.622**	**296.787**	**8.874**	**2.246**	**307.907**
Despesas de vendas	(42.590)	(591)	(1.487)	(44.668)	(29.085)	(870)	(451)	(30.406)
Administrativas e gerais	(40.941)	(677)	(3.208)	(44.826)	(27.470)	(569)	(239)	(28.278)
Outras operacionais	10.480	137	374	10.991	4.155	124	9	4.288
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos	**150.820**	**1.487**	**(7.188)**	**145.119**	**244.387**	**7.559**	**1.565**	**253.511**
Receitas financeiras	164.449	2.088	16.137	182.674	84.090	2.514	1.672	88.276
Despesas financeiras	(103.500)	(1.314)	(10.157)	(114.971)	(34.722)	(1.271)	(557)	(36.550)
Juros	(33.625)	(427)	(3.299)	(37.351)	(48.205)	(1.086)	(1.451)	(50.742)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	2	–	–	2	(512)	(3)	(1)	(516)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro (prejuízo)	**178.146**	**1.834**	**(4.507)**	**175.473**	**245.038**	**7.713**	**1.228**	**253.979**

A área de atuação da Companhia é dentro do território brasileiro, e as receitas são provenientes de comercialização de sementes de grãos.

As informações referentes aos ativos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia que, por sua vez, tomam decisões sobre os investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas.

31 Partes relacionadas

a. Controlador final

A Companhia é controlada pelo Sr. Marino Stefani Colpo e pela Sra. Camila Stefani Colpo, possuindo ambos o controle compartilhado.

b. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria e pelo conselho da Administração. A remuneração paga aos Diretores no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a título de remuneração foi de R$ 4.034 (R$ 4.717 em 2023). A remuneração paga ao Conselho da Administração, a título de remuneração, foi de R$ 1.144 (R$ 1.174 em 2023). A Companhia concede benefícios com características de longo prazo ao pessoal-chave da Administração, no exercício de 31 de dezembro de 2024 foram concedidos o montante de R$ 2.853 (R$ 269 em 31 de dezembro de 2023).

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As transações com partes relacionadas, realizadas nas condições a seguir, estão sumarizadas nas tabelas demonstradas abaixo, e compreendem:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Contas a receber (nota explicativa 9)				
Serra Bonita Sementes S.A (i)	4.155	–	4.155	–
Cereais Sul Ind. e Comercio Ltda. (vii)	2.303	3.626	2.303	3.626
DaSoja Sementes S.A (vii)	16.285	–	–	–
Fábio Badaró (vii)	–	–	–	69
Humberto Pimenta Martins	19	–	19	–
Marino Stefani Colpo	59	–	59	–
Agropecuária Gado Bravo (i)	2.715	1.728	2.715	1.728
Total	**25.536**	**5.354**	**9.251**	**5.423**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Adiantamento a fornecedores (nota explicativa 11)				
Agropecuária Gado Bravo (i)	2.963	9.000	2.963	9.000
Bestway Seeds do Brasil (viii)	4.431	–	–	–
Camila Stefani Colpo (x)	–	521	–	521
Serra Bonita Sementes S.A (i)	–	175	–	175
Total	**7.394**	**9.696**	**2.963**	**9.696**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Mútuos com partes relacionadas				
Bestway Seeds do Brasil (ii)	–	8.000	–	–
Total	**–**	**8.000**	**–**	**–**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Outros créditos (nota explicativa 13)				
Valores a receber Fundo Suno Agro FII - SNAG11 (ix)	–	30.000	–	–
	–	**30.000**	**–**	**–**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fornecedores (nota explicativa 17)			–	
Cereais Sul Ind. e Comercio Ltda. (vi)	–	200	–	200
Agropecuária Gado Bravo (x)	–	1.353	–	1.353
Camila Stefani (x)	58	59	58	59
Bestway Seeds do Brasil (ii)	116	–	–	–
BSA Investimentos (vi)	–	106	–	106
Serra Bonita Sementes S.A (i)	–	175	–	175
Formosa Logística (iii)	–	11	–	11
Total	**174**	**1.904**	**58**	**1.904**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Adiantamento de cliente (nota explicativa 19)				
Agropecuária Gado Bravo (i)	992	1.727	992	1.727
Cereais Sul Ind. e Comercio Ltda.	1.774	60	1.774	60
Total	**2.766**	**1.787**	**2.766**	**1.787**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Financiamentos e Empréstimos (nota explicativa 18)				
Pagamento de juros do CRA - Fundo Suno Agro FII - SNAG11 (v)	(44.528)	(40.548)	–	–
Fundo Suno Agro FII - SNAG11 - CRA (v)	336.803	336.688	–	–
Total	**292.275**	**296.140**	**–**	**–**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Arrendamento (nota explicativa 20)				
Pagamento de arrendamento a Cereais Sul (vi)	2.400	2.360	2.400	2.360
Pagamento de arrendamento a BSA Investimentos (vi)	1.272	1.248	1.272	1.248
Pagamentos de arrendamento ao SUNO AGRO (iv)	4.569	2.629	1.911	–
Total	**8.241**	**6.237**	**5.583**	**3.608**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Bens de direito de uso/Arrendamento (nota explicativa 16)				
Terreno arrendamento - Cereais Sul (vi)	3.853	5.704	3.853	5.704
Terreno arrendamento - BSA Investimentos (vi)	2.041	3.021	2.041	3.021
Imóvel rural - SUNO AGRO (iv)	21.308	23.205	–	–
Total	**27.202**	**31.930**	**5.894**	**8.725**
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Investimento				
Dividendos - Fundo Suno Agro FII - SNAG 11(xi)	3.860	9.247	–	–
Dividendos a pagar - Rogério Salamandac (xiii)	–	–	4.374	–
Juros sobre capital próprio				
Juros sobre capital próprio pago	104.596	26.304	21.030	26.304
Total	**104.596**	**26.304**	**21.030**	**26.304**

(i) Refere-se à aquisição de bens e mercadorias e contrato de cooperação para produção e reprodução por parte da Serra Bonita (produtor cooperado) e Agropecuária Gado Bravo de sementes de soja para a safra de 2023/2024. Por se tratar de produtores e cooperados ao mesmo tempo, há transação de compra e de venda da Companhia para estas partes relacionadas.

(ii) Refere-se à operação de mútuo entre a Companhia e a investida Bestway Seeds do Brasil, com a incidência de juros de 100% do CDI acrescidos de um spread.

(iii) Adiantamento para prestação de serviço de transporte.

(iv) Refere-se ao arrendamento entre a Companhia. e o Fundo Suno Agro FII - SNAG 11, para arrendamento de dois imóveis rurais localizados em Primavera do Leste e Sorriso, onde serão construídas futuras Unidades de Beneficiamento de Sementes. A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica.

(v) Refere-se à operação de cessão de fluxos de caixa de recebíveis pela venda de produtos para entrega futura ao Fundo Suno Agro FII - SNAG 11 - Fiagro Imobiliário, ocorridos em dezembro de 2023. A operação prevê a cobrança de juros de 3% acrescido do CDI (Certificado de Depósito Interbancário)

(vi) Refere-se ao arrendamento entre a Companhia e as empresas dos acionistas, BSA Investimentos e Cereais Sul Indústria e Comércio de Cereais Ltda. (ambas de controle dos acionistas controladores da Companhia), sendo imóveis referentes às instalações administrativas e unidades industriais. A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica. Ambas as empresas possuem a Sra. Camila Colpo como controladora em comum.

(vii) Trata-se de transação em condições normais de mercado de venda de sementes de soja.

(viii) Adiantamento para prestação de serviço de tolling com beneficiamento de sorgo para a Companhia.

(ix) Em 2023 houve uma transação de venda de benfeitoria a prazo (R$ 30.000) com o Fundo Suno Agro FII - SNAG 11 a preço de custo com prazo de recebimento de até 120 dias (quitado em março de 2024).

(x) Trata-se de transação em condições normais de mercado de compra de sementes de soja.

(xi) Valor refere-se aos dividendos recebidos equivalentes ao investimento no Fundo Suno Agro FII - SNAG 11.

(xii) Adiantamento de lucro realizado da DaSoja Sementes S.A para o sócio Rogério Salamandac.

(xiii) Refere-se ao valor pago no período findo em 30 de dezembro de 2024 pelo aluguel de sala comercial ao sócio Rogério Salamandac.

Transações que afetaram o resultado

As transações de compras significativas que influenciaram os resultados foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
Receita	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Agropecuária Gado Bravo Ltda.	5.609	1.885	5.609	1.885
DaSoja Sementes S.A.	111.197	–	–	–
Marino Stefani Colpo.	70	–	70	–
Humberto Pimenta Martins	19	–	19	–
Serra Bonita Sementes S.A.	5.250	3.638	5.250	3.638
Cereais Sul Ind. e Comercio Ltda.	6.828	13.597	6.828	13.597
Total	**128.973**	**19.120**	**17.776**	**19.120**
	Controladora		**Consolidado**	
Custos	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Agropecuária Gado Bravo Ltda.	(4.177)	(640)	(4.177)	(640)
Marino Stefani Colpo	(11)	–	(11)	–
Humberto Pimenta Martins	(7)	–	(7)	–
Camila Stefani Colpo	–	–	–	–
Cereais Sul Industria e Comércio Ltda.	(5.416)	(14.111)	(5.416)	(14.111)
DaSoja Sementes S.A.	(47.047)	–	–	–
Serra Bonita Sementes S.A.	(3.422)	(1.738)	(3.422)	(1.738)
Total	**(60.080)**	**(16.489)**	**(13.033)**	**(16.489)**
Despesas financeiras	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Juros apropriados - Fundo Suno Agro FII - SNAG 11- CRA	(44.643)	(39.834)	–	–
Total	**(44.643)**	**(39.834)**	–	–

32 Compromissos futuros

A Companhia possui diversos acordos no mercado de sementes de soja, milho, feijão e demais cultivares que a Companhia apresenta em seu catálogo.

	31/12/2024	**31/12/2023**
Contratos de venda futura	962.438	30.609

33 Transações que não envolvem caixa

As seguintes transações não envolveram caixa ou equivalentes de caixa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Contas a receber/Adiantamento de Clientes (i)	30.269	29.087	30.269	29.087
Fornecedores/Adiantamento a Fornecedores (ii)	12.947	17.621	12.947	17.621
Imobilizado (iv)	1.630	340	1.630	340
Direito de Uso/Arrendamento (iii)	1.027	12.387	–	24.707
Provisão de Juros sobre capital próprio / Reserva de Lucros (v)	19.999	–	19.999	–
Títulos e valores mobiliários / Investimentos (vi)	1.836	–	–	–
	67.708	**59.435**	**64.845**	**71.755**

(i) Encontro de contas entre adiantamento a clientes e contas a receber.

(ii) Encontro de contas entre adiantamento a fornecedores e fornecedores.

(iii) Adição de arrendamento mercantil pelo ativo de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento referentes a novos arrendamentos.

(iv) Venda de imobilizado, no qual não houve recebimento monetário. O recebimento foi realizado com base na troca por outro imobilizado.

(v) Provisão de juros sobre capital próprio a pagar com reflexo na reserva de lucros e obrigações tributárias referente a retenção do imposto de renda.

(vi) Valor referente à conversão das debentures emitidas pela DaSoja Sementes S.A.

34 Eventos Subsequentes

Captação de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRAs)

A Companhia captou em 21 de janeiro de 2025 o valor de R$ 500.000 com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) dividido em quatro séries pela Opea Securitizadora com prazo de até 10(dez) anos.

* * *

Abertura da empresa Qualiseed Sementes Ltda

Em 27 de fevereiro de 2025 a Companhia realizou a abertura da empresa Qualiseed Sementes Ltda localizada em Ponta Grossa-PR, com capital social a integralizar formado 100% pela Boa Safra Sementes S.A

Diretoria

Marino Stefani Colpov
Diretor Presidente
Felipe Marques
Diretor Financeiro

Contador

Ademir Gomes Lima
CRC MG-090001/O-1

Pareceres e declarações - Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Os diretores da Boa Safra Sementes S.A., sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 10.807.374/0001-77, com sede e foro na cidade de Formosa, Estado de Goiás, na Av. Circular nº 209, Setor Industrial, CEP 73.813-170 ("Companhia"), declaram, nos termos do art. 29, §1º, inciso II, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que, juntamente com os demais diretores da Companhia:

(a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e

(b) reviu, discutiu e concorda com as informações financeiras da Companhia referentes ao ano de 2024.

Formosa - GO

25 de março de 2025.
Marino Stefani Colpo
Diretor Presidente

Aviso

A Companhia deixa claro que as informações aqui divulgadas se tratam de demonstrações financeiras resumidas, e que, não devem, em hipótese alguma, serem consideradas isoladamente para tomada de qualquer decisão pelos acionistas.

Outrossim, a Companhia informa que é possível localizar as demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o relatório do auditor independente, diretamente no site da Companhia: https://ri.boasafrasementes.com.br/ - ou ainda mesmo, no site da Comissão de Valores Mobiliário (CVM) - https://sistemas.cvm.gov.br/

DM 45 ANOS

Semad embarga lixão de Aparecida

Vistoria realizada no dia 18 de março constata irregularidades apontadas no 1º semestre de 2024, e que município havia se comprometido a resolver

Redação

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) determinou o embargo do lixão de Aparecida de Goiânia. O município terá 30 dias para comprovar que passou a destinar os resíduos sólidos urbanos gerados para um aterro sanitário licenciado e 60 dias para apresentar um plano de descomissionamento e de monitoramento do lixão embargado.

A medida foi tomada depois de um ano de cobranças e de negociações para que as irregularidades fossem sanadas. Em julho de 2024, o município e a Semad assinaram um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) que visava a regularização das estruturas e da operação do local. Porém, em dezembro de 2024 a fiscalização da Semad constatou que os problemas apontados no TCA permaneciam os mesmos.

Diante do cenário, o Estado rescindiu o TCA e notificou o município para que passasse a destinar, de forma ambientalmente adequada, todos os resíduos sólidos urbanos gerados para um aterro sanitário devidamente licenciado em até 60 dias. Além disso, deveria solicitar a licença ambiental para o encerramento do lixão no mesmo prazo e apresentar um plano de descomissionamento da área em até três meses.

O município, por sua vez, apresentou um pedido para estender o prazo sob argumento de que estava enfrentando dificuldades legais e financeiras para contratar os serviços de um aterro particular. Com objetivo de avaliar a possibilidade de conceder mais prazo, a Semad fez uma nova fiscalização no aterro no dia 18 de março. Constatou-se que, embora tenha havido melhorias em alguns pontos levantados pelas vistorias anteriores, as irregularidades apontadas no TCA de julho de 2024 permaneciam inalteradas.

Entre os problemas detectados, destacam-se o recobrimento inadequado, falta de controle de dispersão de particulados e incômodos à vizinhança, insuficiência da rede de drenagem pluvial e atração de fauna oportunista (urubus, por exemplo). No que diz respeito aos problemas na rede de drenagem pluvial, cabe mencionar que a água armazenada nas cavas, oriunda da área do antigo lixão, continua chegando ao córrego Santo Antônio.

Nota

Através de nota, a gestão da Prefeitura de Aparecida esclarece que "as irregularidades apontadas no Aterro Sanitário do município foram ocasionadas por falta de investimentos da administração anterior".

Segundo a Prefeitura, é desproporcional "o anúncio realizado pela Semad nesta terça-feira, 25, haja vista que a interdição do Aterro Sanitário público pode onerar ainda mais município que se encontra com uma dívida herdada da administração anterior na ordem de R$ 500 milhões".

A nova gestão afirma que tem se esforçado para regularizar a situação e mantém diálogo constante com a Semad e o Ministério Público para regularizar a situação.

BOA SAFRA Sementes

BOA SAFRA SEMENTES S.A.
CNPJ/MF n° 10.807.374/0001-77
NIRE 52.3000.4239.9
Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas da **BOA SAFRA SEMENTES S.A**., companhia aberta, com sede social na cidade de Formosa, Estado de Goiás, na Avenida Circular nº 209, Bairro Formosinha (Setor Industrial I), CEP 73813-014, devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 10.807.374/0001-77, com seus atos construtivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE nº 52.3000.4239.9 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente à distância e digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2025, às 10:00 horas ("**Assembleia**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:

(A) Em sede de Assembleia Geral Ordinária:
(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes da Companhia;
(ii) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e
(iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025.
(B) Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:
(i) aprovar a alteração do caput do artigo 5º, do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), para refletir o aumento do capital social da Companhia no contexto do *follow-on* realizado em 2024, com a consequente consolidação do Estatuto Social.
Instruções e Informações Gerais
A Assembleia será realizada de modo exclusivamente à distância e digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ("**Plataforma Digital**") ou exercer o direito de voto mediante o uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81. A**s informações detalhadas relativas à participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital estão disponíveis na proposta da administração para a Assembleia ("Proposta da Administração") que poderá ser acessada por meio dos websites da Companhia (www.ri.boasafrasementes.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br).**
Participação por meio da Plataforma Digital
Observados os procedimentos previstos neste edital de convocação da Assembleia (**"Edital de Convocação"**) e na Proposta da Administração, para participar por meio da Plataforma Digital, cada acionista deverá acessar o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/768183219>, **até o dia 26 de abril de 2025**, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, incluindo (i) comprovante expedido pelo Escriturador (conforme abaixo definido), na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia; (ii) documentos para comprovação de identidade e poderes do acionista ou do representante, conforme indicados na Proposta da Administração; e (iii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social, na hipótese de representação por procurador ("**Cadastro**").
Os instrumentos de mandato deverão (i) ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, observado que (a) se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (b) se fundo de investimento: o acionista pode ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (ii) ser acompanhados dos documentos que comprovem os poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado, conforme o caso. Os acionistas que não efetuarem o Cadastro no prazo acima referido não poderão participar da Assembleia, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81.
Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia autorizará a participação na Assembleia somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). **O link recebido e a senha criada pelos acionistas serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.**
Participação por meio de Boletim de Voto
Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia, conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Itaú Corretora de Valores S.A. ("**Escriturador**"), conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; (iii) transmitir as instruções de voto diretamente à Central Depositária da B3 por meio da Área do Investidor, conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iv) preencher o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") disponível nos endereços indicados abaixo, cadastrando-o diretamente no endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/768183219>, conforme instruções contidas na Proposta da Administração. Não será recepcionado pela Companhia o Boletim de Voto enviado por correio postal ou eletrônico, nos termos do artigo 27, parágrafo 7º da Resolução CVM 81. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto.
Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na Assembleia, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, **a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na Assembleia**, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na Assembleia.
O percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal na Assembleia é de 2% (dois por cento) das ações. Caso não haja candidatos ao Conselho Fiscal, a solicitação de instalação formulada por meio do Boletim de Voto fica sem efeito, conforme artigo 36, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81.
Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (www.ri.boasafrasementes.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia.

Formosa, 25 de março de 2025.
Camila Stefani Colpo Koch
Presidente do Conselho de Administração

Troféu do Campeonato Goiano de 2025 será exposto no Palácio Maguito Vilela

Redação

O Palácio Maguito Vilela, sede da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), receberá, na manhã desta quarta-feira, 26, exposição dos troféus que serão entregues aos vencedores do Campeonato Goiano de Futebol 2025.

A exposição dos troféus será aberta às 10h, no saguão de entrada do edifício. Já é tradição a exibição da taça antes da final e esta será a terceira vez que a Assembleia Legislativa recebe o troféu, que ficará exposto até sexta-feira, 28.

O Poder Legislativo receberá o troféu a quatro dias da final, que será disputada entre as equipes do Vila Nova Futebol Clube e do Anápolis Futebol Clube, no domingo, 30, às 17 horas no Estádio Serra Dourada. O campeão levantará o troféu, que recebeu um design especial para essa temporada.

A taça de campeão goiano 2025 é uma réplica do estádio Serra Dourada, em alusão aos 50 anos de construção do maior palco do futebol goiano, refletindo sua arquitetura e grandiosidade. No domingo passado, 23, as duas equipes se enfrentaram pelo primeiro jogo da final, disputado no Estádio Jonas Duarte, em Anápolis e os donos da casa abriram uma vantagem de 2x0 contra o visitante.

Parceria

Essa exposição é resultado de uma parceria entre a Diretoria de Cultura,Esporte e Lazer da Assembleia e Federação Goiana de Futebol (FGF). A cerimônia de exibição do troféu contará com a presença do presidente da Casa, deputado Bruno Peixoto (UB); do presidente da Federação Goiana de Futebol, Ronei Freitas; do secretário Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia, Luiz Bittes; do diretor de Cultura, Esporte e Lazer da Alego, Jucelino Peixoto; e também deverá contar com a presença do secretário Estadual de Esporte e Lazer, Rudson Guerra e de parlamentares da Casa.

Além do troféu especial em homenagem ao Serra Dourada, outros dois troféus integram a premiação final; o troféu tradicional e um troféu especial para a equipe do interior que tiver realizado a melhor campanha. Como está na final, mesmo que perca o título para o Vila Nova, o Anápolis receberá o troféu de Campeão do Interior e uma premiação em dinheiro. Os três troféus estarão abertos à visitação até sexta-feira, 28, no saguão principal do Palácio Maguito Vilela.

Dólar cai para R$ 5,70 com dados fracos dos EUA

Agência Brasil

A divulgação de dados fracos da economia norte-americana e o tom duro da ata do Comitê de Política Monetária (Copom) fizeram o mercado financeiro ter um dia de euforia nesta terça-feira (25). O dólar caiu quase 1% após três altas, e a bolsa subiu pouco mais de 0,5%, aproximando-se do nível máximo do ano.

O dólar comercial encerrou esta terça vendido a R$ 5,709, com queda de R$ 0,043 (-0,75%). A cotação começou o dia em queda livre, chegando a R$ 5,67 pouco depois das 12h. Durante a tarde, acomodou-se em torno de R$ 5,70, com investidores aproveitando o valor barato para comprar dólares.